Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos

Região Sul

Folha_Rosto.indd 1 7/7/2008 14:02:30

Governo Federal
Presidente – Luiz Inácio Lula da Silva

Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Secretário – Paulo Vannuchi

Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos – Roberto Mangabeira Unger

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Presidente – Marcio Pochmann

EQUIPE DA PESQUISA

Coordenação geral
Ana Amélia Camarano

Assessoria técnica
Jurilza Maria Barros de Mendonça

Coordenação da pesquisa de campo
Micheline Christophe

Equipe técnica

Ana Amélia Camarano
Adriana Andrade
Daniele Fernandes carvalho
Juliana Leitão e Mello
Micheline Christophe
Sheila Epifanio
Solange Kanso

Estagiários

Henrique Diniz
Ricardo Ferreira

Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos

Região Sul

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Folha_Rosto.indd 3 7/7/2008 14:03:10

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2008

Características das instituições de longa permanência para idosos – região Sul/coordenação geral Ana Amélia Camarano – Brasília : IPEA; Presidência da República, 2008.

138 p. v. 3 : gráfs., mapas, tabs.

1. Bem-Estar Social 2. Idosos 3. Condições de Vida 4. Assistência aos Idosos 5. Brasil – Região Sul I. Camarano, Ana Amélia II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada III. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

ISBN - 978-85-7811-004-8
CDD 305.260981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	**7**
INTRODUÇÃO	**9**
REGIÃO SUL	**15**
PARANÁ	**29**
SANTA CATARINA	**43**
RIO GRANDE DO SUL	**57**
ANEXO	**73**

Apresentação

A presente publicação compõe o terceiro volume da série que apresenta os resultados da pesquisa "Condições de funcionamento e de infra-estrutura nas instituições de longa permanência (ILPIs) no Brasil", realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). Neste volume, os resultados da pesquisa se referem à região Sul.

Este estudo é a primeira experiência conhecida, de âmbito nacional, cujo objetivo é apresentar um retrato das ILPIs no que se refere às suas várias dimensões. Foram considerados sua capacidade física e de pessoal, seus recursos financeiros e humanos, os serviços oferecidos e as características dos idosos residentes, como idade, sexo e grau de autonomia. O objetivo primeiro do trabalho é que esse panorama possa subsidiar o setor público no seu papel de elaboração, implementação e fiscalização de políticas para idosos em situação de vulnerabilidade social e/ou sem laços familiares.

Os resultados aqui expostos para os estados da região Sul consistem em uma análise sobre um conjunto dos indicadores que visam captar a infra-estrutura física, os serviços oferecidos, os recursos humanos e financeiros disponíveis nessas instituições, os gastos e sua composição e algumas características dos idosos residentes. Além disso, acrescenta-se um Anexo Estatístico com uma série de tabelas, onde se encontram esses indicadores de uma forma mais desagregada.

Paulo Vannuchi
Secretário Especial dos Direitos Humanos

Apresentacao.indd 8 7/7/2008 14:05:11

Introdução

É fato já conhecido e reconhecido que o envelhecimento da população brasileira tem sido acompanhado pelo envelhecimento da própria população idosa e por transformações acentuadas nos arranjos familiares. As perspectivas para o futuro próximo são de crescimento a taxas elevadas da população idosa e "muito idosa", provocado pela entrada da coorte dos *baby boomers* na última fase de vida (*elderly boomers*) e pela redução da mortalidade nas idades avançadas. Apesar de esse crescimento estar sendo acompanhado por uma melhora nas condições de saúde desse grupo etário, o número de idosos com fragilidades físicas e/ou mentais tende a crescer, aumentando a demanda por cuidados.

Desde os anos 1970, a sociedade brasileira experimenta uma queda acelerada nos níveis de fecundidade e de mortalidade, mudanças no padrão de nupcialidade e nos arranjos familiares. Isto ocorre paralelamente ao aumento generalizado da escolaridade feminina, à inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho e a mudanças, também, no papel social das mulheres e no sistema de valores. Essas modificações podem enfraquecer os laços de solidariedade intergeracionais e já estão resultando em transformações nas formas de cuidado à população idosa. Em síntese, espera-se que aumente o número de idosos demandantes de cuidados e a oferta de cuidadores familiares se reduza.

Isso levanta a questão de quem oferecerá cuidados para esses idosos: a família ou as instituições? Essa questão não é específica do caso brasileiro. Ao longo da história, em quase todo o mundo, o cuidado com a geração mais velha tem sido atribuído aos descendentes, norma social reforçada pelo amparo da lei. Além disso, as normas sociais e familiares estabelecem que o papel de cuidar seja uma especificidade feminina. As jovens devem cuidar dos filhos e, na meia-idade ou na velhice, dos maridos doentes, pais e sogros idosos fragilizados.[1]

A legislação brasileira estabelece que a família é a principal responsável pelo cuidado do idoso. Isto está expresso na Constituição Federal de 1988, foi reforçado na Política Nacional do Idoso de 1994 e no Estatuto do Idoso de 2003. Essa legislação é resultado dos valores e preconceitos dominantes quanto ao cuidado institucional e os reforça. Acredita-se que o Estado e o mercado privado deverão ter que dividir com a família as responsabilidades no cuidado com a população idosa dependente. Uma das alternativas de cuidado que se pode vislumbrar são as instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), tanto públicas quanto privadas, sejam estas últimas filantrópicas e/ou com fins lucrativos. Em geral, encontram-se entre o público-alvo dessa modalidade aqueles indivíduos em idade mais avançada, com comprometimento físico e/ou mental, em carência de renda, sem família e/ou em condições de maus tratos familiares.

A residência em ILPIs não é uma prática comum na sociedade brasileira. A região Sul não foge à regra. Esta é uma primeira tentativa de se conhecer o número de instituições

1. NERI, A. L. *Desenvolvimento e envelhecimento*. Campinas: Papirus, 2006.

existentes e o de idosos nelas residindo. Na verdade, uma aproximação do número de idosos residentes pode ser obtida pelo número de idosos residentes em domicílios coletivos, levantados pelo Censo Demográfico de 2000. Para a população brasileira como um todo, foram encontrados 103 mil idosos nessas condições em 2000, o que representava aproximadamente 0,8% da população idosa, proporção igual à verificada para a região Sul. Nesse caso, isso significa 19.023 idosos aí residindo. Embora seja uma porcentagem bastante baixa, esses números ainda incluem pessoas residentes em outros tipos de domicílios coletivos além das ILPIs, tais como conventos, presídios, hotéis e hospitais. É provável que esse número esteja superestimado.

Os resultados da pesquisa apontam para 15.422 residentes com 60 anos ou mais nas instituições da região Sul. Esse número está subestimado, dado que 30 instituições, das 693 identificadas, ou seja, 4,3 % delas não responderam à pesquisa. Assumindo-se que nas instituições que não informaram o número de residentes exista o mesmo número médio de residentes encontrado nas que o informaram, estima-se que 747 idosos não foram contabilizados. Ou seja, o número de residentes estaria em torno de 16,2 mil, ou 0,7% da população idosa. Como esperado, essa proporção é inferior à verificada com os dados do censo demográfico, pois este considera domicílios coletivos de uma forma geral e, além disso, os períodos de tempo não são comparáveis.

Por outro lado, os dados do suplemento de saúde da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2003 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para a existência, na região Sul naquele ano, de aproximadamente 358 mil idosos com dificuldades para as atividades mais básicas da vida diária, quais sejam comer, tomar banho e/ou ir ao banheiro sozinhos. Foi constatado pela pesquisa que 16,2 mil residiam nas instituições da região. Isso significa que, no mínimo, 342 mil idosos estavam sendo cuidados ou descuidados pelas famílias. Como se verá neste livro, uma proporção elevada de idosos residentes nas ILPIs é independente, ou seja, as famílias estão se responsabilizando por um número elevado de idosos dependentes.

Baixa oferta de instituições, altos custos, preconceitos e estereótipos, aliados ao fato de os idosos preferirem ser cuidados pelas famílias, são alguns dos fatores que explicam a baixa proporção de idosos residindo nas ILPIs. Acredita-se, por outro lado, que a oferta não seja suficiente para atender à demanda existente, se se considerar a experiência dos idosos abandonados nos hospitais da rede pública e a freqüente constatação de violência familiar. Embora a proporção de idosos residentes não tenha ultrapassado os 15% em nenhum dos países com informações conhecidas, acredita-se que a demanda por cuidados institucionais tenda a crescer devido não só ao envelhecimento populacional e do próprio segmento idoso, mas também às mudanças nos arranjos familiares e à situação de pobreza em que vive a maioria das famílias brasileiras.

As ILPIs, que consistem nas tradicionais instituições asilares, representam uma das modalidades de cuidados de longa duração dirigidos a idosos com algum grau de dificuldade para a execução das atividades da vida diária, sem renda e/ou aqueles cuja família não possui meios financeiros, físicos ou emocionais para a prestação dos cuidados necessários. Essa modalidade de cuidados foi definida pela Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas) através da Portaria Seas nº 2.854/2000.[2] Para o Ministério do

2. Posteriormente alterada pela Portaria Seas nº 2.874/2000.

Desenvolvimento Social (MDS), órgão atualmente responsável pela política das ILPIs, atendimento integral institucional é aquele prestado em uma instituição asilar que deve oferecer serviços nas áreas social, psicológica, médica, de fisioterapia, de terapia ocupacional e outras atividades específicas para esse segmento populacional.[3]

Este livro apresenta um conjunto de indicadores que visam traçar o perfil das ILPIs da região Sul desagregado pelas unidades da federação (UFs). Esse perfil considera algumas características dos idosos residentes, as condições de infra-estrutura, os serviços oferecidos, a composição de gastos e os recursos com que contam (humanos e financeiros). Esses indicadores foram obtidos com os resultados da pesquisa *Condições de Vida e Infra-Estrutura nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) na região Sul*, empreendida nos anos de 2007 e 2008. Foi realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI). A presente introdução descreve brevemente os objetivos, a metodologia aplicada na pesquisa referida e apresenta a estrutura do livro.

1 - OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é gerar informações que possibilitem ao Estado e à sociedade civil adequarem suas ações no sentido de contribuir para uma melhor qualidade de serviços oferecidos pelas instituições de longa permanência. Para atingi-lo, propôs-se, em primeiro lugar, mapear as instituições existentes. A partir delas, objetivou-se estudar os modelos de cuidados oferecidos pelas ILPIs brasileiras, caracterizando-os quanto ao tipo de serviço, estrutura de funcionamento, recursos de que dispõem (humanos e financeiros), custos, bem como algumas características dos idosos residentes.

2 - METODOLOGIA DA PESQUISA

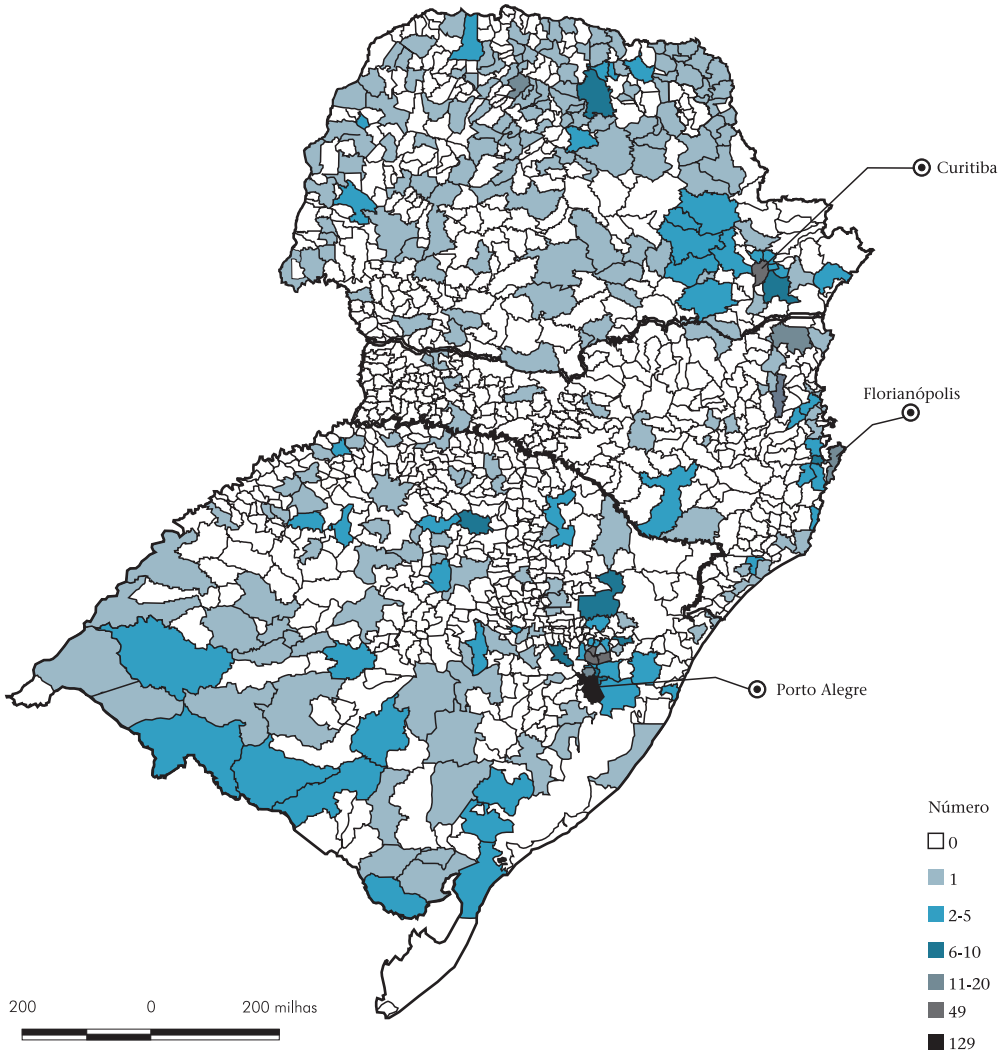
A pesquisa está sendo realizada em todo o território nacional, sendo a região Sul a terceira a ser pesquisada e o seu início ocorreu em outubro de 2006. A primeira etapa do trabalho consistiu em um levantamento da literatura nacional e internacional sobre ILPIs, o que incluiu também uma revisão da legislação federal pertinente. A partir da revisão bibliográfica, foi definido e testado um questionário a ser respondido pelas instituições. O questionário é auto-aplicável e levanta informações sobre as características dos serviços prestados, a infra-estrutura física, os recursos humanos, as fontes de financiamento, os gastos e sua composição, o número de idosos residentes, sua condição de autonomia etc.

O mapeamento foi feito a partir da elaboração do cadastro das instituições, que se configurou em um dos grandes desafios da pesquisa. O cadastro implicou o levantamento do número e da localização de todas as ILPIs que oferecem residência para idosos junto ao MDS, às secretarias municipais e estaduais de Assistência Social ou congêneres, aos Conselhos de Idosos das três esferas governamentais, ao Ministério Público, às Agências Nacional e Regionais da Vigilância Sanitária, às listas telefônicas, aos classificados de jornais etc. Foram identificadas 693 instituições na região Sul. Sua localização por município da região está disposta no mapa a seguir. Observa-se uma

3. MDS – Programa de atenção à pessoa idosa.

concentração destas no sul e no nordeste da região e nas áreas em torno das capitais. Por outro lado, a região central é muito pouco servida por instituições. Porto Alegre possui o maior número delas, 129.

MAPA **Região Sul: localização espacial das instituições de longa permanência para idosos por município – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

A partir do cadastro elaborado, deu-se início à aplicação dos questionários. Esse trabalho foi realizado por correio, *e-mail*, fax e telefone, de acordo com a disponibilidade dos dirigentes ou responsáveis pelas instituições. Além de enviar o questionário por correio, com envelope selado para resposta, a equipe da pesquisa fez contatos telefônicos com os dirigentes para esclarecer dúvidas e sensibilizá-los a responder. Contou-se com a colaboração de conselheiros estaduais e municipais e técnicos das secretarias, também estaduais e municipais, para esse trabalho de sensibilização.

O índice de resposta foi considerado muito satisfatório em todos os estados. Como se pode observar na tabela a seguir, em Santa Catarina as instituições identificadas e em funcionamento responderam ao questionário enviado, embora nem todas tenham respondido a todas as perguntas. A menor taxa de resposta foi obtida no Rio Grande do Sul, onde 7,8% das instituições não responderam. No Paraná, apenas 1,2% das instituições não participaram da pesquisa. As informações que apresentaram maior dificuldade no seu levantamento foram aquelas relativas a receitas e despesas. Muitas das instituições têm suas contas administradas pela prefeitura e outras, as filantrópicas, por exemplo, recebem muitas doações em espécie (roupas e alimentos) e contam com trabalho voluntário e de funcionários cedidos por órgãos públicos. Além disso, são isentas de várias contribuições como previdenciárias etc. As respostas dos questionários preenchidos permitiram a montagem da base de dados a partir da qual foram calculados os indicadores aqui apresentados.

TABELA 1
Sul: número de instituições de longa permanência identificadas e respondentes por unidade da federação – 2007-2008

Unidade da federação	Identificadas em funcionamento	Respondentes	Taxa de resposta (%)
Paraná	251	248	98,8
Santa Catarina	96	96	100,0
Rio Grande do Sul	346	319	92,2
Sul	693	663	95,7

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

3 - ORGANIZAÇÃO DO LIVRO

Como já se mencionou, o livro apresenta o terceiro conjunto de resultados da pesquisa. Esse conjunto consiste num sistema de indicadores que busca traçar o perfil das instituições estudadas para a região Sul como um todo e desagregado pelas UFs que a compõem. O livro conta com mais quatro capítulos, além desta introdução e de um anexo. O capítulo 2 apresenta uma descrição sucinta dos indicadores para a região Sul e os seguintes, para os três estados que a compõem. O anexo consiste de 31 tabelas de indicadores para a região Sul e para cada estado individualmente.

Este perfil foi dividido em quatro partes: localização espacial, algumas características dos residentes (sexo, idade e grau de dependência) e das instituições (infra-estrutura física, natureza, serviços oferecidos e gastos) e os recursos disponíveis tanto humanos quanto físicos.

Região Sul em destaque

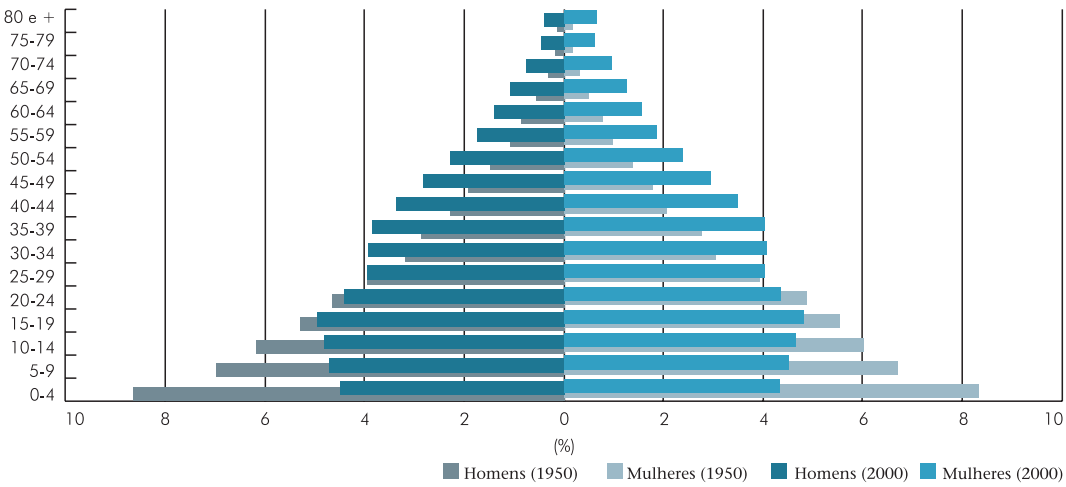
Região Sul em destaque

1 - A POPULAÇÃO IDOSA

Em 2000 havia na região Sul aproximadamente 25 milhões de habitantes, sendo 2,3 milhões com 60 anos e mais de idade. Isso corresponde a 9,2% do total da população, proporção acima da média brasileira, de 8,6% à epoca. Entre as regiões brasileiras, a Sul foi a segunda a apresentar a maior proporção de idosos. Nos anos 1950 também já era uma das regiões com o maior percentual, 4,0%. Essa proporção mais elevada revela que a região passa por um processo de envelhecimento populacional mais acelerado que a média nacional. Nos últimos 50 anos, a população total da região passou a ser três vezes maior, enquanto a população idosa passou a ser sete vezes maior. O gráfico 1 apresenta a distribuição proporcional da população da região Sul por sexo e idade em 1950 e 2000.

Pode-se observar que a população da região experimentou dois movimentos nesse período: o envelhecimento pela base (estreitamento da base) e o envelhecimento pelo topo (alargamento do topo). Esses dois processos resultaram de queda da fecundidade e da mortalidade em todas as idades e, portanto, alteraram a distribuição por idade. Como dito anteriormente, em 1950 a população idosa representava 4,0% da população total, e em 2000, 9,2%. Nesse período a proporção da população menor de 15 anos diminuiu de 42,8% para 27,5% da população total. E o contingente na faixa de 15 a 59 anos aumentou de 53,1% para 63,3%.

GRÁFICO 1 **Região Sul: distribuição proporcional da população por sexo e idade – 1950 e 2000**



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1950 e 2000.

A distribuição por sexo da população idosa da região segue os padrões nacional e internacional, já que apresenta uma proporção crescente de mulheres. Em 1950 a participação de homens e de mulheres no total da população idosa era praticamente igual, em torno de 50%, e em 2000 a proporção de mulheres aumentou para 55%.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),[1] a população idosa na região Sul ultrapassou os 2,4 milhões de pessoas em 2007, o que representou cerca de 9% da população total. O total de idosos residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) foi de 15.422 pessoas, o que corresponde a apenas 0,6% da população idosa da região. A tabela 1 apresenta o número de idosos e o de idosos residentes nas ILPIs por estado na região Sul. Comparando-se os estados que a compõem, nota-se que o Rio Grande do Sul apresentou a maior proporção de idosos na população total (10,4%), enquanto Santa Catarina registrou a menor (8,0%). A proporção da população idosa residente no total da população foi de 0,6% em todos os estados da região.

TABELA 1
Região Sul: número de idosos e de idosos residentes nas instituições de longa permanência por estado – 2007

	População idosa[a]	% da população idosa no total da população	População idosa residente nas ILPIs[b]	% da população idosa residente no total da população
Paraná	871.125	8,3	5.542	0,6
Santa Catarina	481.111	8,0	2.521	0,5
Rio Grande do Sul	1.147.481	10,4	7.359	0,6
Total	2.499.717	9,0	15.422	0,6

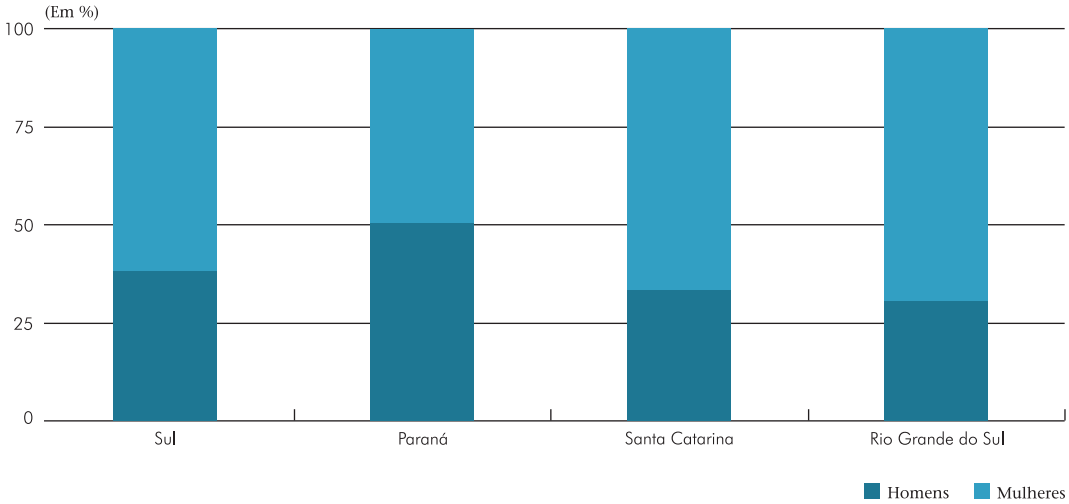
Fontes: [a] Estimativas dos totais populacionais realizadas pelo IBGE.
[b] Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

O gráfico 2 mostra a distribuição por sexo dos idosos residentes em ILPIs nos estados da região Sul. Observa-se que há predominância feminina em quase todos eles, à exceção do Paraná, cuja proporção de homens e mulheres foi praticamente a mesma. O Estado do Rio Grande do Sul apresentou a maior proporção de mulheres (69,4%), seguido de Santa Catarina, com 66,8%. A média regional foi de 61,7%.

As instituições de longa permanência são destinadas às pessoas com 60 anos e mais de idade, conforme previsto em lei; no entanto, atendem, também, a uma pequena parcela da população fora dessa faixa de idade. Na região Sul aproximadamente 13% dos residentes não são idosos, sendo a maior proporção de mulheres (52,1%). O gráfico 3 mostra que a proporção de residentes aumenta com a idade, independentemente do sexo, como esperado, dado que as fragilidades físicas e mentais aumentam com ela. Esse crescimento é mais acentuado entre as mulheres, principalmente no grupo de 80 anos e mais de idade.

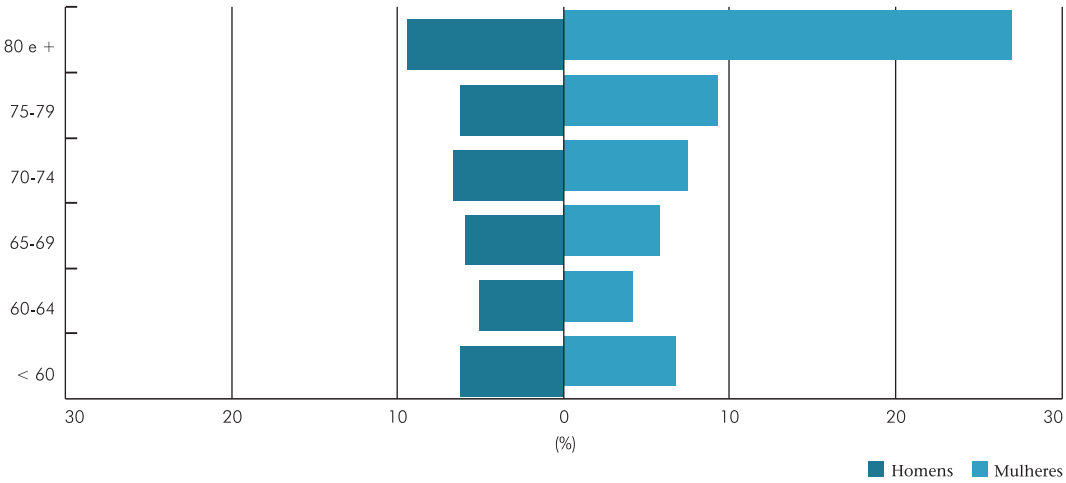
1. Foram utilizadas as Projeções de Populações do IBGE para 2006 com a finalidade de fazer comparações com os dados da Pesquisa ILPI/Ipea coletados em 2006-2007.

GRÁFICO 2 **Região Sul: composição por sexo da população idosa residente nas instituições de longa permanência segundo os estados – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

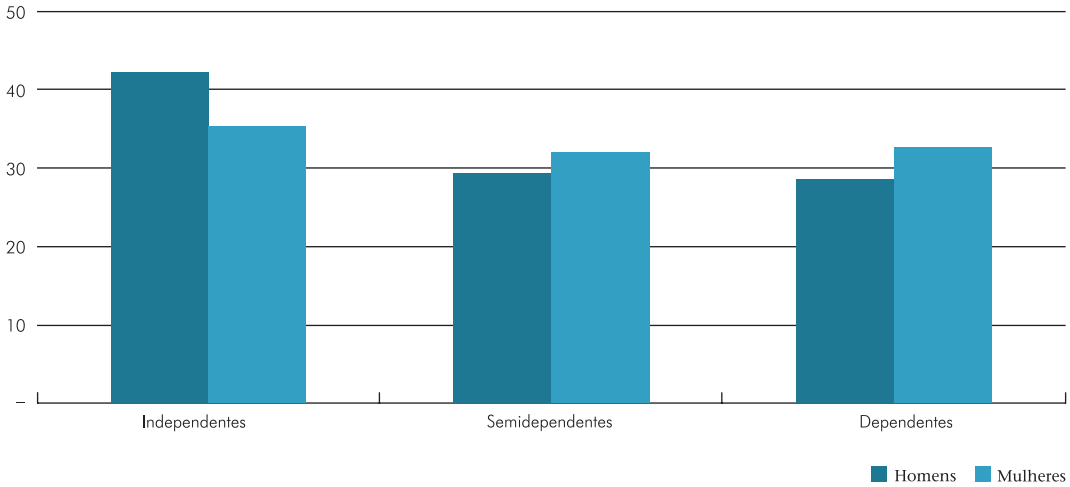
GRÁFICO 3 **Região Sul: distribuição proporcional da população de idosos residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Como observado, a idade (e a perda de autonomia física e/ou cognitiva muitas vezes decorrente dela) é um determinante importante para a busca de uma residência institucional. Para isso também foi investigado o grau de dependência dos residentes nas ILPIs, classificados em: independentes, semidependentes e dependentes. Cabe destacar que essas informações referem-se ao total de residentes e não apenas à população idosa. O que se observa é que a maior parte dos residentes é independente fisicamente, cerca de 38,1%; o grupo dos semidependentes e o dos dependentes constituem aproximadamente 30% cada um. Quando a informação é desagregada por sexo, observou-se uma limitação maior entre as mulheres, estas apresentaram proporções mais elevadas de semidependentes (32,0%) e dependentes (32,6%), enquanto os homens registraram as maiores de independentes (42,2%). O gráfico 4 apresenta a proporção de residentes por grau de dependência segundo o sexo.

GRÁFICO 4 **Região Sul: proporção de residentes nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007-2008**



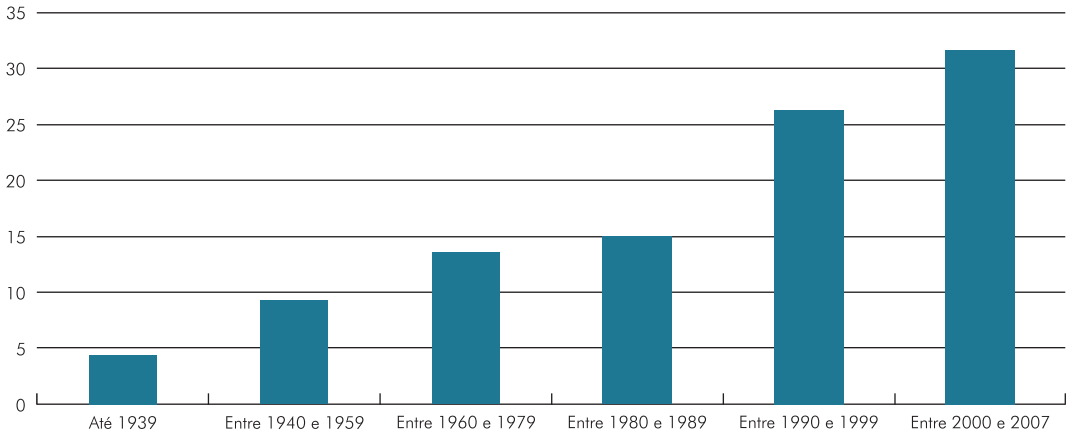
Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

2 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DA REGIÃO SUL

2.1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS

Na região Sul foram identificadas 693 ILPIs, e 663 responderam à pesquisa, ou seja, 95,7%. Aproximadamente a metade das instituições está localizada no Rio Grande do Sul. Das participantes, 642 responderam à pergunta sobre o ano de início do seu funcionamento. As primeiras cinco foram abertas ainda no século XIX no Estado do Rio Grande do Sul, a primeira em 1835. O aumento de ILPIs foi crescente ao longo das décadas, tendo se acentuado a partir dos anos 1980. Até então haviam sido criadas 174, o que corresponde a 27,1% do total. Entre 1980 e 2007 foram inauguradas 468 instituições, o que corresponde a mais de 70% do total pesquisado. A maioria, 47,1%, está localizada no Rio Grande do Sul. Saliente-se que estas são as instituições sobreviventes. É provável que outras tenham sido criadas e fechadas ao longo do período.

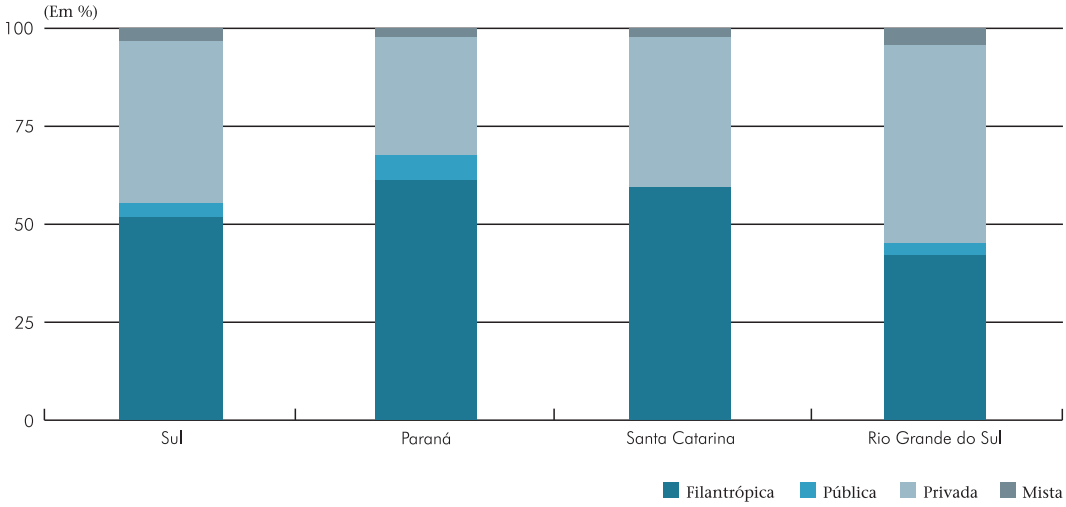
GRÁFICO 5 **Região Sul: distribuição proporcional das instituições de longa permanência por ano de início de funcionamento – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Uma das características pesquisadas sobre as ILPIs foi a sua natureza jurídica: filantrópica (sem fins lucrativos), privada (com fins lucrativos), pública e mista. O gráfico 6 mostra a distribuição proporcional das ILPIs segundo a natureza, por estado. Na região Sul observou-se que 51,9% delas declararam ser filantrópicas, 41,2% privadas com fins lucrativos, 3,9% públicas e 3,0% mistas. Essas proporções variam de um estado para outro: por exemplo, Paraná e Santa Catarina contam proporcionalmente com mais ILPIs de natureza filantrópica, e o Rio Grande do Sul, com as de natureza privada com fins lucrativos. O Paraná registrou a maior proporção de ILPIs públicas (6,0%). O Estado de Santa Catarina não declarou nenhuma ILPI pública.

GRÁFICO 6 **Região Sul: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza por estado – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Das 649 ILPIs que responderam ao quesito sobre regimes de funcionamento, classificados como aberto, semi-aberto e fechado, cerca de 76% declararam ter um regime aberto ou semi-aberto, totalizando 495 instituições. As outras 154 possuem regime fechado, perfazendo aproximadamente 24% do total. Outra questão investigada foi a escolaridade do diretor da casa. A maioria (em torno de 80%) declarou que o diretor tem pelo menos o ensino médio completo. Esta última constatação merece ressalvas, uma vez que se observou, por meio de contatos telefônicos posteriores à coleta das informações, que há uma distinção entre a pessoa que representa e responde oficialmente pela instituição e a pessoa que a administra no dia-a-dia. Em muitos casos, o dirigente oficial tem escolaridade mais elevada que a daquele que gerencia o cotidiano da casa.

2.2 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

As informações sobre as características de infra-estrutura física das instituições foram investigadas por meio de perguntas sobre a extensão da área física e construída, os espaços existentes, o número de leitos e de residentes. O objetivo é inferir se os residentes moram em lugares amplos, quais espaços são utilizados e quais permitem maior interação entre eles, bem como o número de leitos por quarto, tendo em vista a regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O quesito área física total foi respondido por 505 instituições. A maior ILPI declarou ocupar um terreno de 100.000 m² no Rio Grande do Sul, e a menor, em Santa Catarina, ocupa 192 m². A área média foi de 7.070 m², mas cabe destacar que esse resultado é afetado pelos valores extremos. No que diz respeito à área construída, a menor e a maior foram encontradas no Paraná, 71 m² e 31.146 m², respectivamente. A área construída média foi de 1.122 m², resultado também afetado pelos valores mínimos e máximos. A partir da declaração sobre as áreas tanto física como construída foi possível calcular quanto, em média, a área construída ocupa da área total: a média para a região como um todo foi de 38,5%. Entre os estados a maior ocupação foi observada no Rio Grande do Sul e a menor no Paraná. A tabela 2 apresenta as informações sobre área física total e construída.

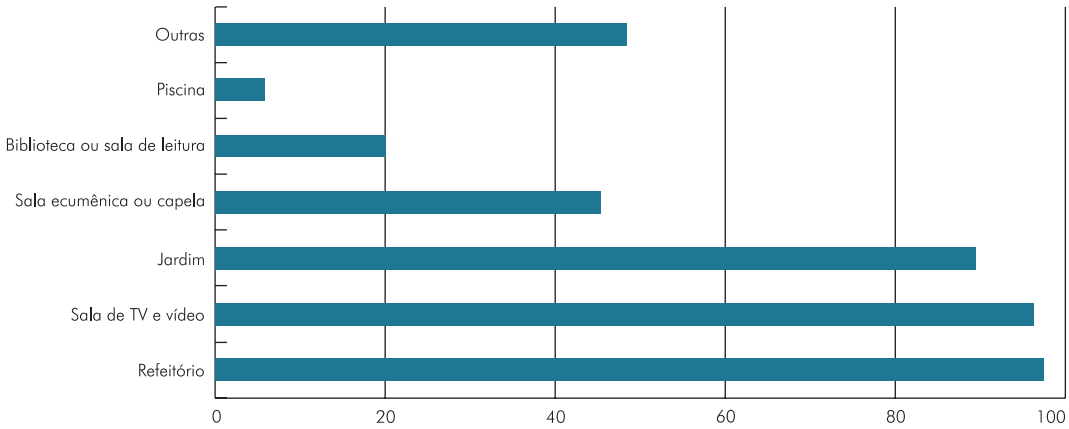
Quanto aos espaços internos, mostrados no gráfico 7, estes sugerem que os terrenos onde se situam as ILPIs são espaçosos e podem possibilitar uma interação entre os residentes. Quase a totalidade delas declarou ter refeitório e sala de TV/vídeo e 89,4% têm jardim. Menos da metade possui sala ecumênica ou capela. Sala de leitura ou biblioteca foi citada por 20,0% das instituições. Uma proporção expressiva (48,3%) das ILPIs declarou ter outros espaços, como sala de jogos, horta/pomar etc.

TABELA 2
Região Sul: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008

	Área física total em m²	Área construída em m²
Média	7.069,85	1.121,66
Mínimo	192,00	71,50
Máximo	100.000,00	31.146,00
ILPs respondentes	505	531

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

GRÁFICO 7 **Região Sul: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo os espaços existentes – 2007-2008**

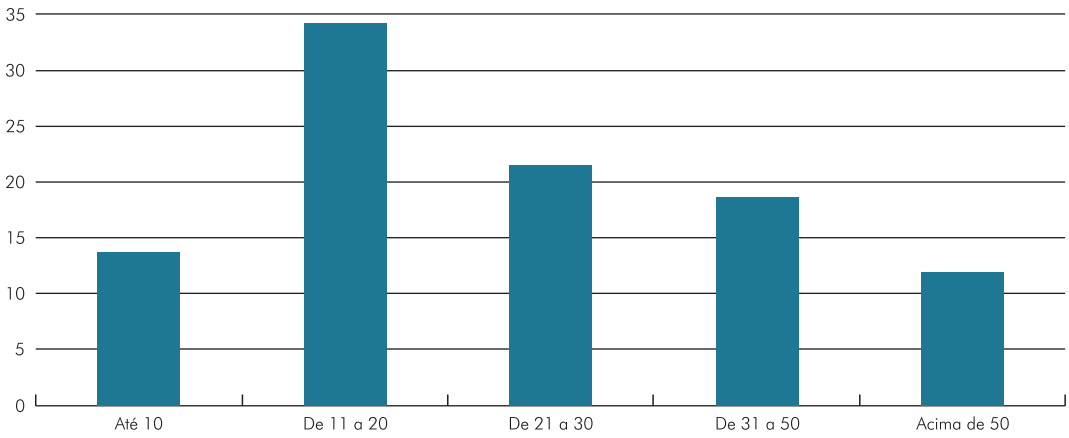


Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

A quantidade de residentes é um indicativo do tamanho das instituições. Na região Sul o número médio de residentes por ILPIs é de 28, mas a categoria que apresenta a proporção mais elevada (34,3%) é de 11 a 20 residentes. O gráfico 8 revela que 69,5% das instituições têm no máximo 30 residentes e apenas 11,9% declararam ter mais de 50. Comparando-se os estados da região, todos apresentaram comportamento semelhante, sendo Santa Catarina aquele que possui a maior proporção de ILPIs que contam com mais de 50 residentes (18,8%) e o Paraná o que registrou a maior proporção de instituições com até 10 residentes (16,5%). O Rio Grande do Sul apresentou a maior proporção na categoria de 11 a 20 residentes (40,9%).

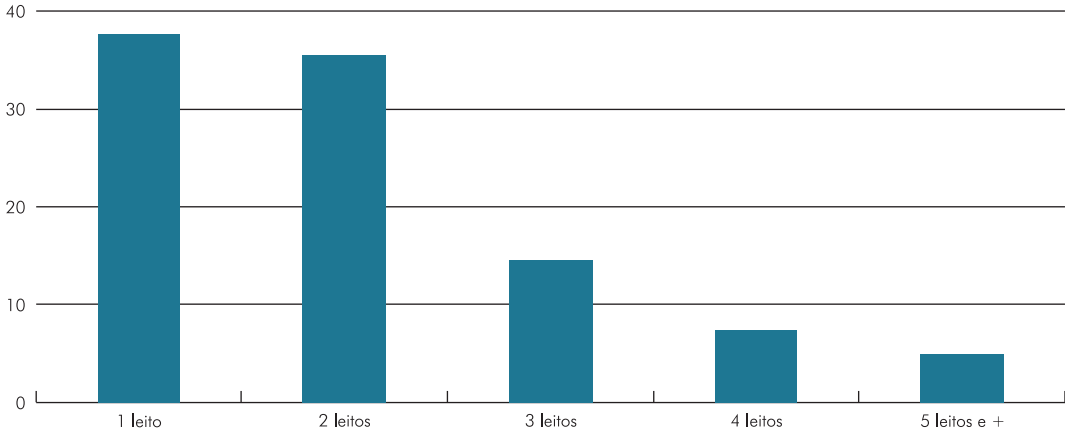
O gráfico 9 apresenta a distribuição dos quartos segundo o número de leitos. Na região Sul, 87,7% das acomodações dos residentes são compostas por no máximo três

GRÁFICO 8 **Região Sul: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

GRÁFICO 9 **Região Sul: distribuição proporcional dos quartos das instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007-2008**



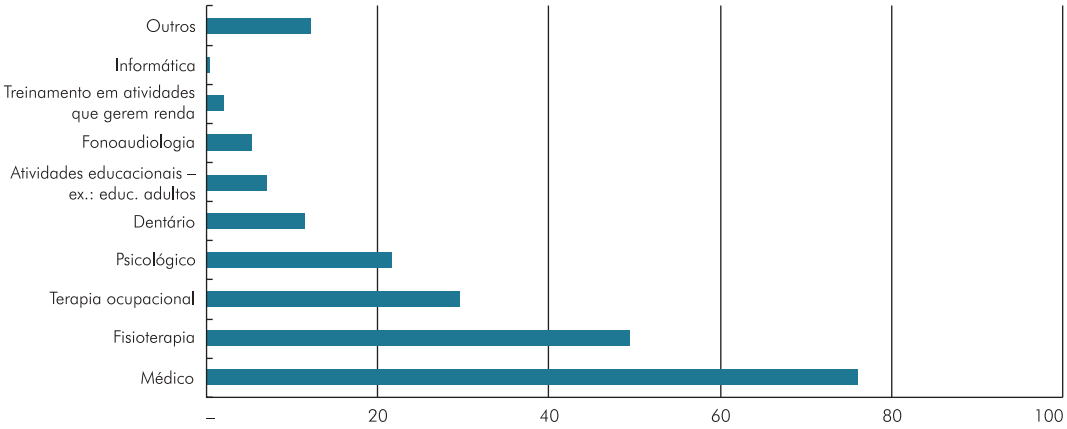
Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

leitos. Dessas, uma elevada proporção (37,7%) tem apenas um leito. Aquelas com cinco leitos ou mais somavam 4,9% do total de quartos, o que sugere uma certa privacidade aos residentes e uma adequação razoável à legislação da Anvisa. Como grande parte das instituições (41,2%) é privada com fins lucrativos, possivelmente estas tenham condições de arcar com as despesas de quartos com um leito.

2.3 - SERVIÇOS OFERECIDOS

As instituições da região declararam oferecer vários serviços, sendo a maioria de saúde. O gráfico 10 apresenta a distribuição proporcional das instituições segundo o tipo de serviço próprio oferecido. Destaca-se a diversidade de serviços oferecidos que necessitam de profissionais especializados, como é o caso do serviço médico presente em 76,0% das casas pesquisadas. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, mais de 80% das ILPIs oferecem esse serviço, e no Paraná, cerca de 60%. Além do serviço médico, nessa ordem, estão presentes também a fisioterapia, a terapia ocupacional, o psicológico e o dentário. Grande parte desses serviços foi declarada como sendo próprios (41,6%). Ressalta-se que uma proporção expressiva de ILPIs recebe a visita do Programa da Saúde da Família (PSF).[2] Na região Sul foi de aproximadamente 40%, sendo que são as instituições do Paraná aquelas que recebem mais visitas, proporcionalmente falando. Outro serviço oferecido pelas próprias instituições é a fonoaudiologia, presente em aproximadamente 6%.

GRÁFICO 10 **Região Sul: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço oferecido – 2007-2008**



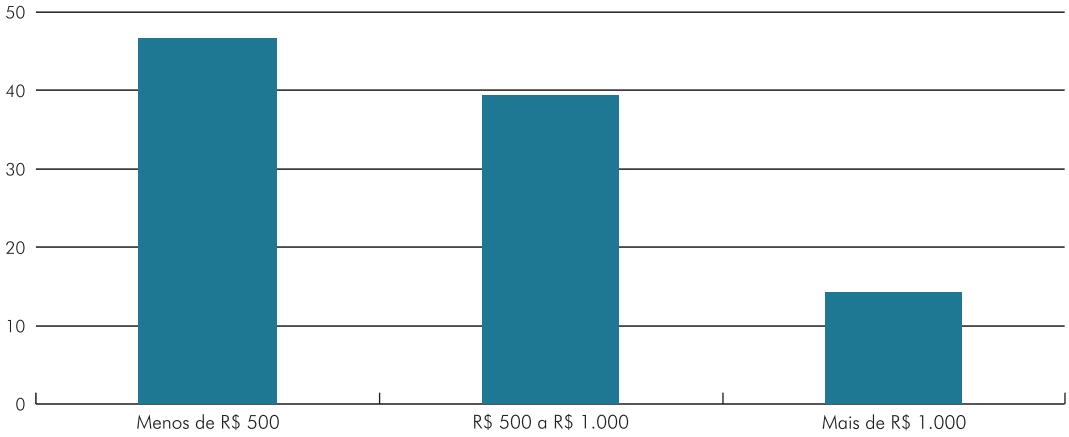
Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

2. Os dados do Ministério da Saúde, de dezembro de 2006, mostram que as equipes de saúde da família (ESF) e da saúde bucal (ESB) do programa estão presentes em 88,3% e 72,2% dos municípios da região, respectivamente. Isso corresponde a uma cobertura de 44,6% e 37,0% da população pelas duas modalidades de equipe do programa. Em Santa Catarina, a ESF atende 64,1% da população e a ESB, 47,0%. Com uma proporção mais baixa está o Rio Grande do Sul, com 30,5% e 22,2%, respectivamente. A proporção da população atendida no Paraná pela ESF é de 48,4% e pela ESB é de 47,0%. Esses dados referem-se à população total, incluindo aí não-idosos e não-residentes nas instituições. Ver: www.ministeriodasaude.gov.br.

3 - O CUSTO DE MANUTENÇÃO DE UM RESIDENTE

Os gastos mensais das ILPIs da região Sul variam de R$ 600,00 a R$ 192.000,00, resultando em um gasto médio de R$ 18.569,96. Este valor é bastante afetado pelos extremos, ou seja, tem variância elevada. O custo médio por residente é de R$ 636,19. Das instituições que declararam custo por residente, aproximadamente 47% informaram ter um gasto *per capita* inferior a R$ 500,00. Já 39,3% reportaram que os seus custos ficam na faixa de R$ 500,00 a R$ 1.000,00 e 14,1% gastam mais de R$ 1.000,00 por residente, como está apresentado no gráfico 11. Quando se observam os dados por unidades da federação (UFs) verifica-se que esses custos variam e divergem do comportamento regional. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina a proporção mais elevada de ILPIs é a daquelas cujo custo *per capita* está entre R$ 500,00 e R$ 1.000,00 (43,7% e 48,7%, respectivamente). O mais alto custo médio por residente foi observado nas ILPIs de Santa Catarina, bem como a proporção mais elevada de gasto *per capita* acima de R$ 1.000,00: aproximadamente 23% das ILPIs estão nessa faixa.

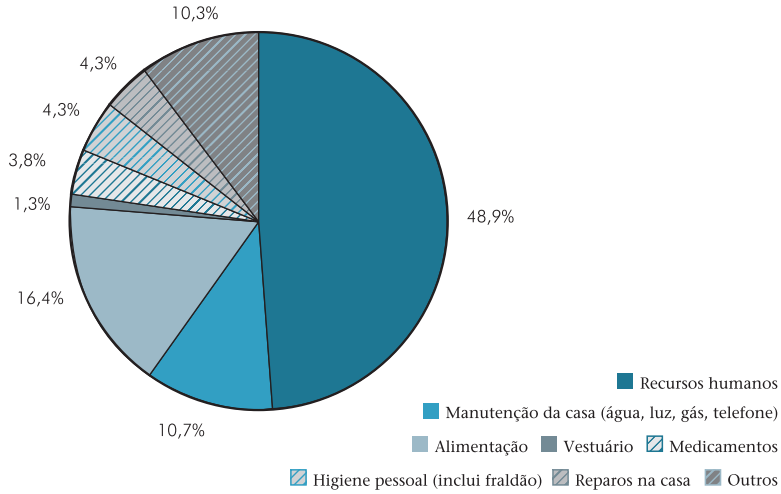
GRÁFICO 11 **Região Sul: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o gasto mensal *per capita* – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

A maior parte dos gastos das instituições sulistas, ou seja, 48,9%, é destinada ao pagamento de funcionários. Em segundo lugar estão os gastos com alimentação (16,4%), seguidos de manutenção da casa (10,7%), bem inferiores à proporção de pagamento de funcionários. Somadas, essas três despesas são responsáveis por cerca de 76% dos gastos identificados. O restante dos gastos está classificado em: outros (10,3%), medicamentos (3,8%), reparos na casa (4,3%), higiene pessoal (4,3%) e, por fim, vestuário (1,3%). A baixa proporção de gastos com vestuário e mesmo com alimentos pode ser explicada pelas doações que as ILPIs recebem da comunidade ou mesmo dos familiares dos residentes. Isto é muito comum nas instituições filantrópicas. O gráfico 12 mostra a distribuição dos gastos das ILPIs segundo sua composição.

GRÁFICO 12 **Região Sul: distribuição proporcional dos gastos das instituições de longa permanência – 2007-2008**



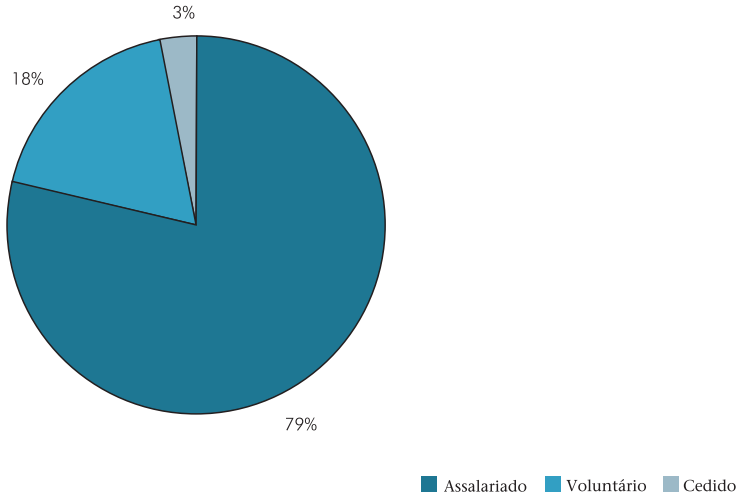
Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4 - OS RECURSOS COM QUE CONTAM AS INSTITUIÇÕES

4.1 - RECURSOS HUMANOS

A composição do quadro de funcionários das ILPIs foi pesquisada segundo três categorias: assalariado, voluntário e cedido. Na região Sul, do total de funcionários, 78,8% são assalariados, 18,1% voluntários e 3,1% cedidos, conforme mostra o gráfico 13. Essa elevada proporção de funcionários assalariados é afetada pela natureza das instituições. A região Sul conta com uma parcela expressiva de ILPIs privadas com fins lucrativos (41,2%).

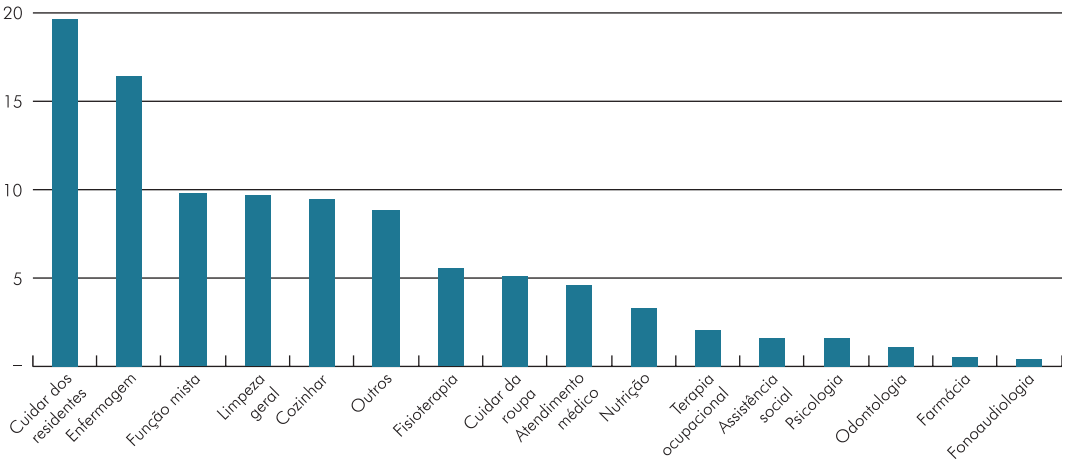
GRÁFICO 13 **Região Sul: distribuição proporcional dos funcionários segundo a condição – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

O gráfico 14 apresenta os funcionários distribuídos pelas funções principais. A função que ocupa maior número de pessoas é a de cuidador, que absorve 19,6% dos funcionários. Em seguida estão os profissionais de enfermagem que totalizam 16,4% dessa distribuição. Os funcionários que realizam atividades não especializadas, como limpar, lavar, passar, cozinhar, ou que exercem funções mistas, representam 34,0% do total de pessoal. Apesar de as ILPIs declararem possuir profissionais em diversas áreas, são relativamente poucos os funcionários com especialização maior, como fisioterapeutas, médicos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, psicólogos, dentistas, farmacêuticos e fonoaudiólogos, que juntos compõem apenas 21,1% dos recursos humanos disponíveis. Aproximadamente 94% desses profissionais atuam como funcionários assalariados e voluntários, 47,6% e 46,1%, respectivamente. A proporção de cedidos é bem baixa, 6,3%.

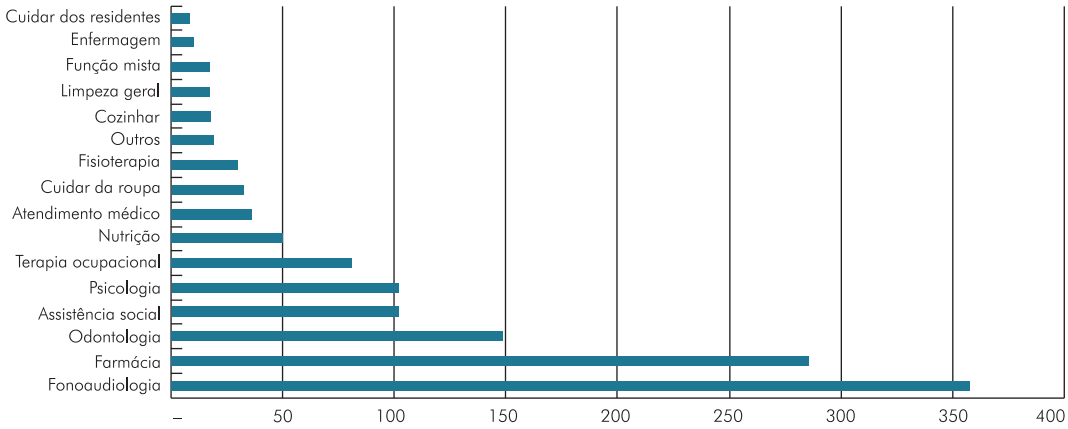
GRÁFICO 14 **Região Sul: distribuição percentual do quadro de pessoal das instituições de longa permanência por tipo de função – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Quando se mensura o número de residentes por profissional, observa-se que, para cada cuidador, na região Sul há em média nove residentes, valor bastante diferente quando se observam as outras funções desempenhadas pelo restante dos profissionais. No entanto, cabe ressaltar que essa relação não considera o grau de dependência dos residentes nem a carga horária dos profissionais. Por exemplo, supor que os cuidadores trabalham oito horas por dia, sem computar a folga, a relação se eleva para 27. No caso de funções mais específicas, como fonoaudiologia, farmácia, odontologia e psicologia, são poucos os profissionais, e essa relação residente/funcionário ultrapassa os 100 residentes para cada especialista, alcançando 357 residentes para cada fonoaudiólogo, conforme mostra o gráfico 15.

GRÁFICO 15 **Região Sul: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008**

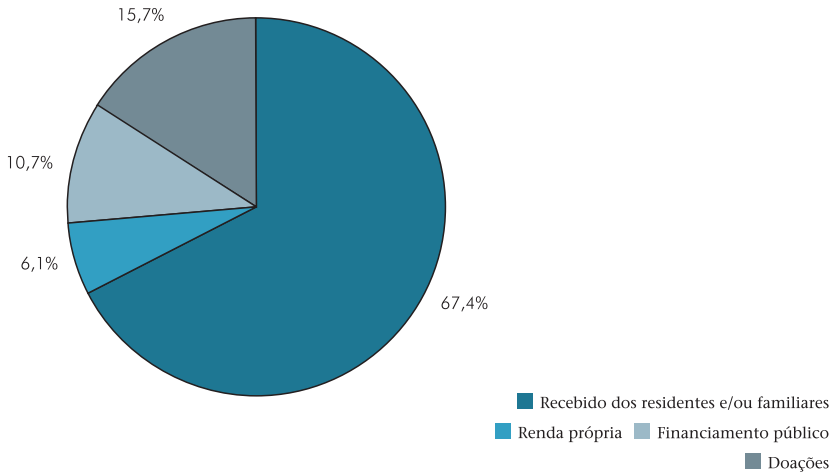


Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de residentes por funcionário é o quociente entre o número de residentes e o número de funcionários assalariados segundo a sua função.

4.2 - RECURSOS FINANCEIROS

O gráfico 16 apresenta a composição percentual das fontes de financiamento com que contam as ILPIs da região Sul. Aproximadamente 67% de seus recursos são oriundos de residentes e/ou familiares. Isso pode ser explicado pela natureza das instituições, já que 41,2% são privadas com fins lucrativos. As outras fontes de financiamento são doações de organizações não-governamentais (ONGs), de instituições religiosas, da comunidade etc. (15,7%); financiamento público (10,7%); e renda própria (6,1%). Comparando-se os estados, estes apresentaram o mesmo comportamento da média regional. Destaca-se o maior financiamento público para o Paraná (19,8%) e a maior proporção das doações em Santa Catarina (22,1%). Cerca de 59% das instituições da região declararam que auxiliam os idosos com idade de 65 anos ou mais no recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Isto também depende da natureza jurídica das instituições, e só ocorre nas instituições públicas ou filantrópicas.

GRÁFICO 16 **Região Sul: composição percentual das fontes de financiamento das instituições de longa permanência – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Paraná

Paraná

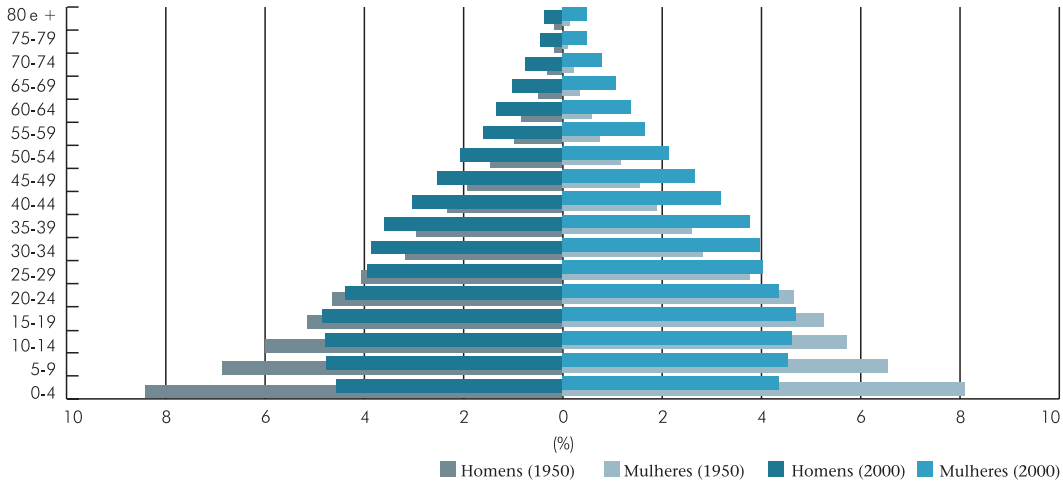
1 - VISÃO GERAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO

O Estado do Paraná ocupa uma área de 199.314,850 km², que está dividida em 399 municípios. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, o estado possuía 9.563.458 habitantes, sendo considerado o sexto mais populoso do Brasil, contendo 5,6% da população brasileira. Em 50 anos, a população paranaense, que era composta por 2.115.547 habitantes em 1950, praticamente quintuplicou seu tamanho.

Esse aumento se distribuiu de forma diferenciada entre os vários grupos etários. Observando o gráfico 1, nota-se uma diminuição na base da pirâmide etária, indicando que houve redução do tamanho da população de 0 a 14 anos em quase a metade, enquanto aumentou a proporção dos que tinham de 15 a 59 anos, que passou de 54% para 63%, e a dos de 60 anos e mais. Esta última proporção duplicou nesses 50 anos, alargando o topo da pirâmide. Constituíam 8,5% da população total do estado. Apesar de representar quase o dobro em 1950, essa proporção estava abaixo da média regional (9,2%) e bem próxima da média nacional (8,6%). Salienta-se que esse grupo populacional é considerado idoso pela Política Nacional do Idoso e pelo Estatuto do Idoso.

O aumento da proporção da população idosa em contraposição à redução da população jovem caracteriza um processo de envelhecimento populacional pela base. O aumento da expectativa de vida nas idades avançadas em curso no estado nos últimos 20 anos levou a um envelhecimento da própria população idosa. Ou seja, a proporção da população mais idosa – a que possui 80 anos ou mais –, está se ampliando num ritmo mais acelerado que o da população idosa. Esse aumento acarreta mudanças na composição etária dentro desse grupo, é o envelhecimento pelo topo. Em 1950, 5.973

GRÁFICO 1 **Paraná: distribuição proporcional da população por sexo e idade – 1950 e 2000**



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1950 e 2000.

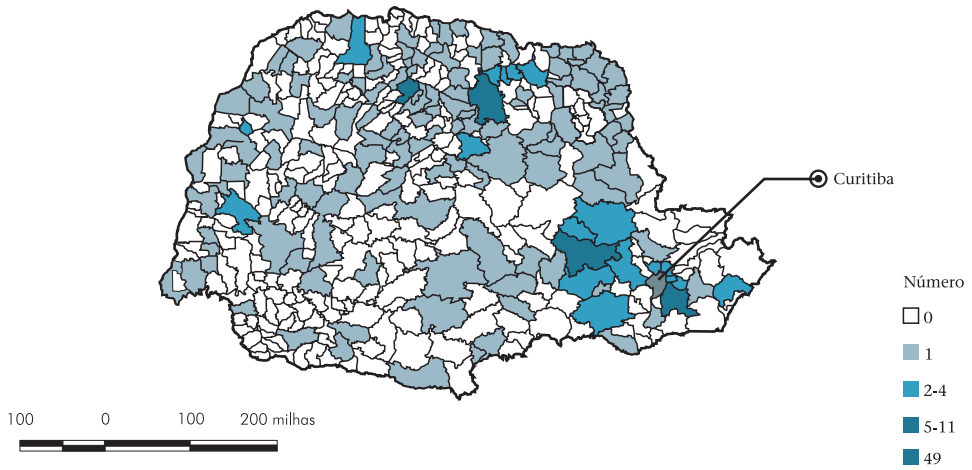
pessoas tinham 80 anos ou mais; em 2000, esse grupo atingiu 85.624 pessoas. Em relação ao total da população idosa, isso significava 8,3% em 1950 e 10,8% em 2000. Porém, esse crescimento não ocorreu de forma homogênea para ambos os sexos. As mulheres foram responsáveis por 52,9% do grupo de idosos como um todo, e entre os mais idosos, essa proporção alcançou 57,9%.

O objetivo deste capítulo é traçar um perfil das instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) do Estado do Paraná. Esta introdução é a primeira das cinco seções que formam este capítulo. Na segunda seção é apresentada a localização das instituições identificadas no estado. O perfil dos residentes nas ILPIs por sexo, idade e grau de dependência é mostrado na terceira seção. A descrição das características de funcionamento dessas instituições e os recursos humanos e financeiros com que contam as ILPIs estão apresentados na quarta e quinta seções, respectivamente.

2 - QUANTAS SÃO E ONDE ESTÃO AS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA?

Das 251 ILPIs encontradas no Paraná, 248 participaram da pesquisa (98,8%). Essas instituições estão distribuídas em 147 municípios do estado, incluindo a capital, Curitiba, que abriga 49 delas. Em segundo lugar está Maringá, que possui 11 instituições, seguida de São José dos Pinhais e Londrina, com 10 e 9 instituições, respectivamente. As demais instituições estão dispersas, com uma certa concentração no nordeste do estado.

MAPA **Paraná: localização espacial das instituições de longa permanência para idosos por município – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

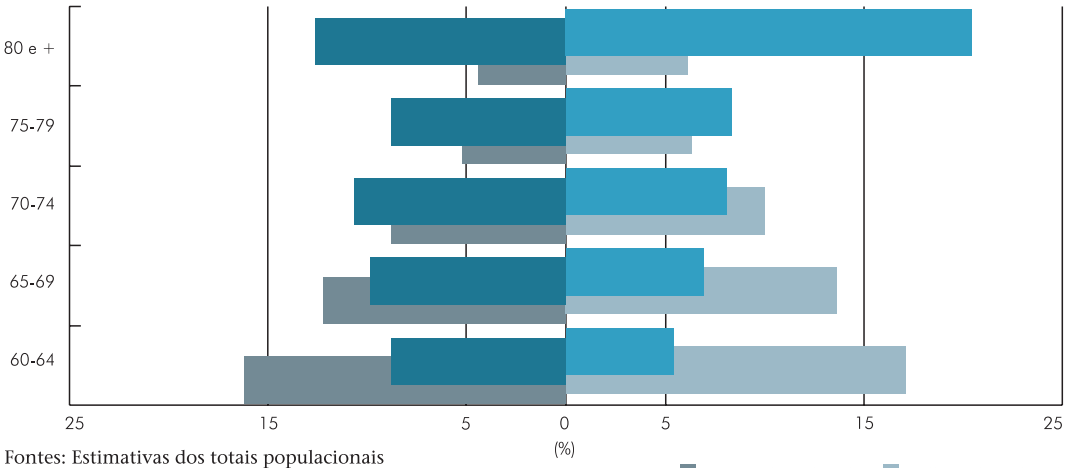
3 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS RESIDENTES

Nas 248 instituições que responderam à pesquisa foram encontrados 6.939 residentes, sendo que para 24 deles não se obteve qualquer informação sobre sexo ou idade, e para 291 houve informações apenas sobre o sexo dos idosos. Do total de residentes,

5.542 possuem 60 anos ou mais, o que representa 0,6% da população idosa do Estado do Paraná.

O gráfico 2 apresenta a distribuição por sexo e idade da população idosa do estado comparada à dos residentes. Observa-se que, entre os residentes, a proporção estudada aumenta com a idade, ao contrário do que se verificou na população estadual. Uma outra diferença entre os dois grupos populacionais diz respeito à composição por sexo. Esta é mais homogênea entre os residentes, 50% são homens e 50%, mulheres. Já entre os residentes mais idosos, as mulheres estão em maior proporção, constituem 61,8% do total de idosos com 80 anos ou mais.

GRÁFICO 2 **Paraná: distribuição proporcional da população de idosos do estado e de idosos residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade – 2007 e 2008**



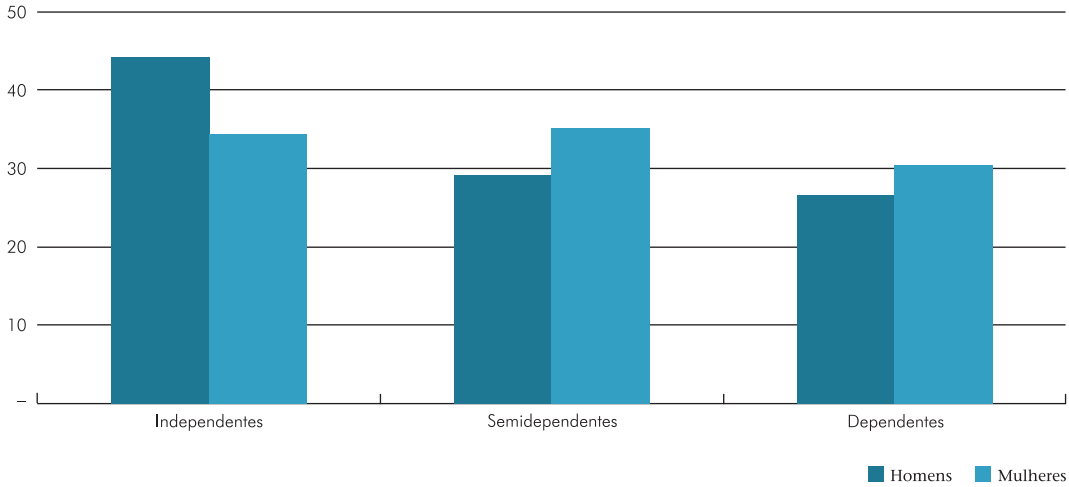
Fontes: Estimativas dos totais populacionais realizadas pelo IBGE e estratificadas por sexo e idade pelo MS/SE/Datasus e Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Os homens encontrados nas ILPIs são mais independentes que as mulheres, ou seja, têm maior autonomia para realizar atividades da vida diária. As mulheres apresentam maior necessidade de cuidados e estão em maior proporção entre os residentes semidependente[1] e dependentes.[2] Esses dados sugerem que, na maior parte dos casos, os homens procuram uma ILPI por falta de vínculos familiares, enquanto as mulheres estão nessas instituições devido a alguma fragilidade na saúde que dificulta o cuidado pelas pessoas mais próximas.

1. Grau de dependência II – idosos com dependência em três atividades de autocuidado para a vida diária tais como: alimentação, mobilidade, higiene.

2. Grau de dependência III – idosos com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e ou com comprometimento cognitivo.

GRÁFICO 3 **Paraná: proporção de residentes nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007 e 2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

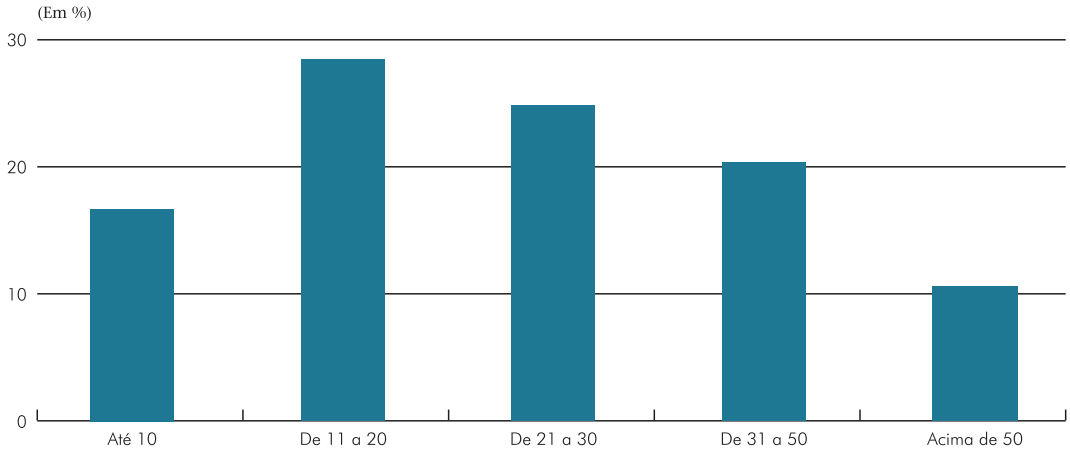
4 - CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES

Para traçar um perfil das instituições quanto ao tamanho e à infra-estrutura, foram considerados o número de residentes nas instituições, a área física e construída, os espaços disponíveis existentes e o número de leitos por quarto.

4.1 - NÚMERO DE RESIDENTES

No gráfico 4, observa-se que, entre as instituições que participaram da pesquisa, 16,5% possuem menos de 10 residentes e 28,2%, de 11 a 20 residentes. Ou seja, pode-se falar no predomínio de instituições pequenas. Um quarto delas (24,6%) declarou abrigar 21 a 30 pessoas e 20,2%, 31 a 50. Apenas em 10,5% das instituições residiam mais de 50 pessoas.

GRÁFICO 4 **Paraná: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007 e 2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4.2 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

As instituições dispõem, em média, de uma área física de 7.186,13 m² e uma área construída de 1.146,97 m². Esta corresponde a 35,1% da área total. Essas médias foram calculadas com base nas informações fornecidas por 222 instituições que responderam ao quesito de área física e por 228 que responderam sobre a área construída. A variação em torno das duas médias é muito grande; existem instituições no estado com área física total de 240,00 m², bem como de 99.825,00 m², e com área construída variando de 71,50 m² a 31.146,00 m².

Quanto ao total de leitos por quarto das instituições paranaenses, 69,5% delas possuem até dois leitos em cada um. Quartos com três leitos correspondem a 17,0%, e com quatro, 7,7%. Ou seja, do total de quartos, 94,2% atendem à Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa),[3] que estabeleceu um limite máximo de quatro pessoas por dormitório. Essas informações podem ser visualizadas no gráfico 5.

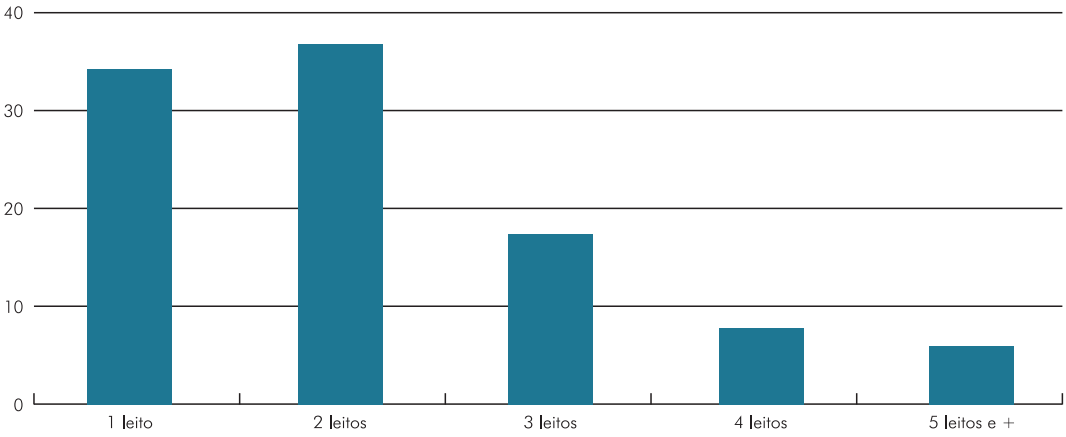
Outras áreas das instituições, utilizadas pelos residentes, também foram consideradas e estão mostradas no gráfico 6. O refeitório foi o ambiente mencionado pelo maior

TABELA 1
Paraná: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008

	Área física total (m²)	Área construída (m²)
Média	7.186,13	1.146,97
Mínimo	240,00	71,50
Máximo	99.825,00	31.146,00
Instituições respondentes	222	228

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

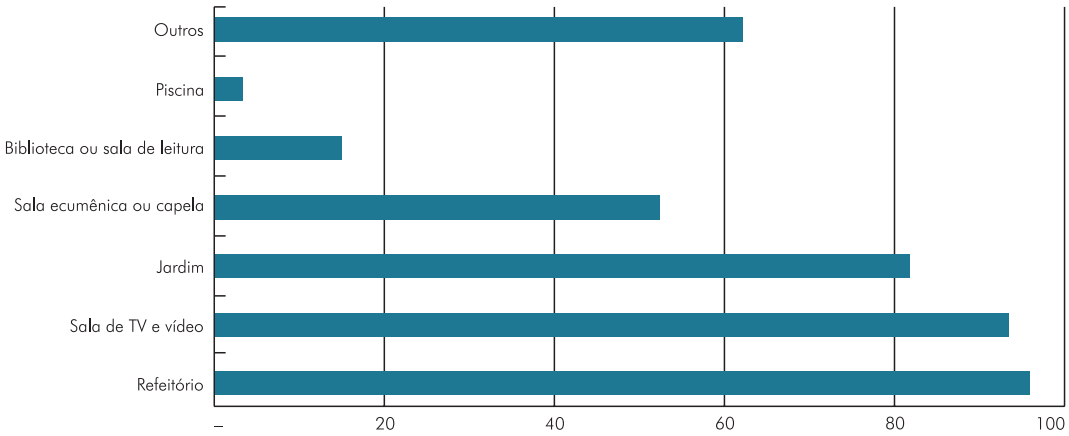
GRÁFICO 5 **Paraná: distribuição proporcional dos quartos nas instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007 e 2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

3. RDC 283, de 26 de setembro de 2005.

GRÁFICO 6 **Paraná: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo os espaços existentes – 2007 e 2008**



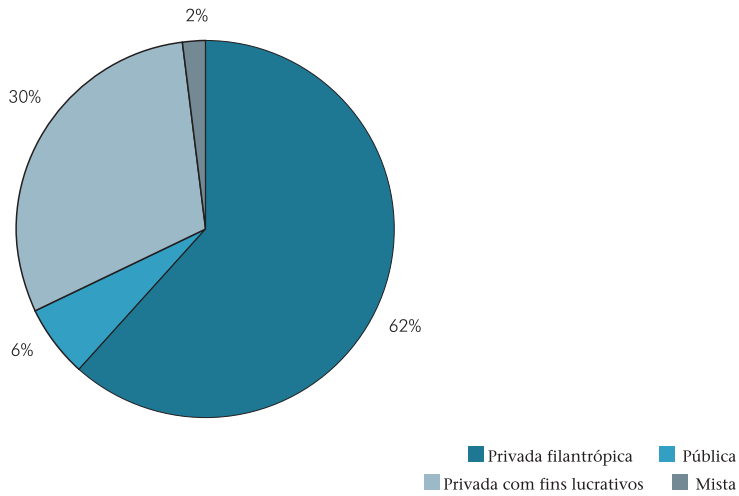
Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

número de respondentes, 97,1%; seguido de sala de TV e vídeo, 94,7%. Em terceiro lugar vem o jardim, encontrado em 82,9% das ILPIs; a sala ecumênica ou capela são citadas por 53,1% delas. Biblioteca ou sala de leitura e piscina estão em 15,1% e 3,3%, respectivamente. Outras áreas, como sala de fisioterapia, consultório médico, lavanderia, posto de enfermagem, vestiário para funcionários, sala de jogos, horta, pomar etc., são encontradas em 63,7% das instituições.

4.3 - NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES

No Paraná, 61,7% das instituições são privadas filantrópicas, categoria que abrange tanto as leigas como as religiosas. As privadas com fins lucrativos são responsáveis por 30,2% e as públicas por 6,0%. Aquelas que se declararam mistas (pública de direito privado) somam 2% (ver gráfico 7).

GRÁFICO 7 **Paraná: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Entre as instituições respondentes, a mais antiga no estado foi inaugurada em 1906, e até 1939 apenas cinco entraram em funcionamento. A partir de então, o número de instituições tem crescido sistematicamente, como mostra a tabela 2. O maior crescimento relativo ocorreu nesta década.[4]

TABELA 2
Paraná: número e distribuição proporcional de instituições de longa permanência por ano de início de funcionamento – 2007-2008

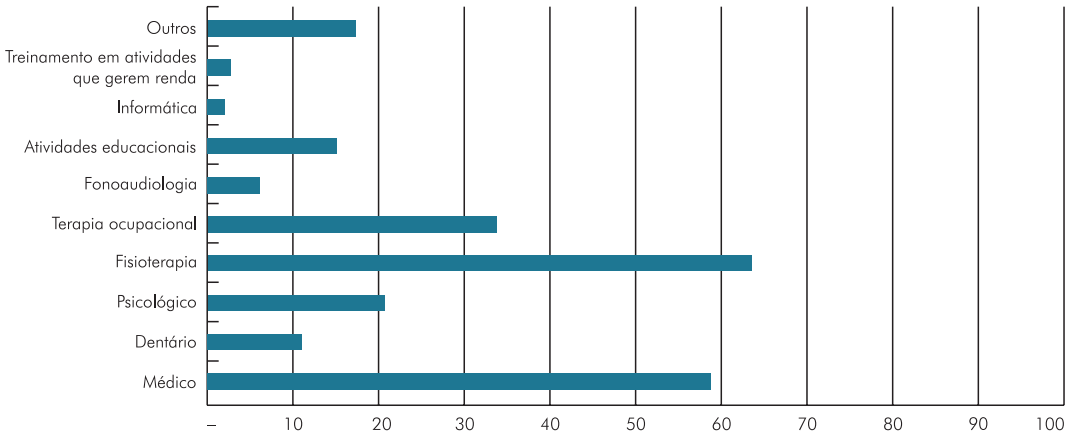
Ano	Número	%
Até 1939	5	2,1
Entre 1940 e 1959	17	7,1
Entre 1960 e 1979	55	22,9
Entre 1980 e 1989	52	21,7
Entre 1990 e 1999	61	25,4
Entre 2000 e 2007	50	20,8
Total de respondentes	240	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4.4 - SERVIÇOS OFERECIDOS

Apenas 144 instituições responderam ao quesito sobre os serviços próprios que oferecem aos residentes. Entre eles a fisioterapia é o mais encontrado em 92 delas (63,9%), conforme mostra o gráfico 8. O serviço médico é oferecido em 59,0% delas e 34,0% proporcionam terapia ocupacional. Serviços psicológicos e dentários são disponibilizados por 20,8% e

GRÁFICO 8 **Paraná: proporção das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço oferecido – 2007 e 2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4. É possível que outras instituições tenham sido criadas e fechadas ao longo do período em estudo.

11,1% das instituições, respectivamente. Atividades educacionais como a alfabetização de adultos foram encontradas em 15,3%, e outros serviços como musicoterapia, nutricionista, professores de educação física etc. foram declarados por 15,3%.

4.5 - GASTOS

De acordo com as 228 instituições que declararam os gastos da instituição, em média a despesa com cada residente é de R$ 564,58. Mas a variação entre os gastos é grande e podem ser encontradas instituições que gastam R$ 100,00 e outras que gastam até R$ 2.477,31, por pessoa (ver tabela 3). Muitas instituições filantrópicas recebem ajuda da comunidade, de empresas e de estabelecimentos locais, na forma de remédios, roupas e alimentos, diminuindo os seus gastos com essas doações e contribuindo para a dispersão apontada. Outro fator que pode ter contribuído para essa disparidade no gasto *per capita* são os voluntários, os funcionários cedidos pelas prefeituras e os convênios estabelecidos com universidades e clínicas médicas, que minimizam, dessa forma, o gasto das instituições com recursos humanos.

TABELA 3
Paraná: relação gastos por residente nas instituições de longa permanência – 2007-2008

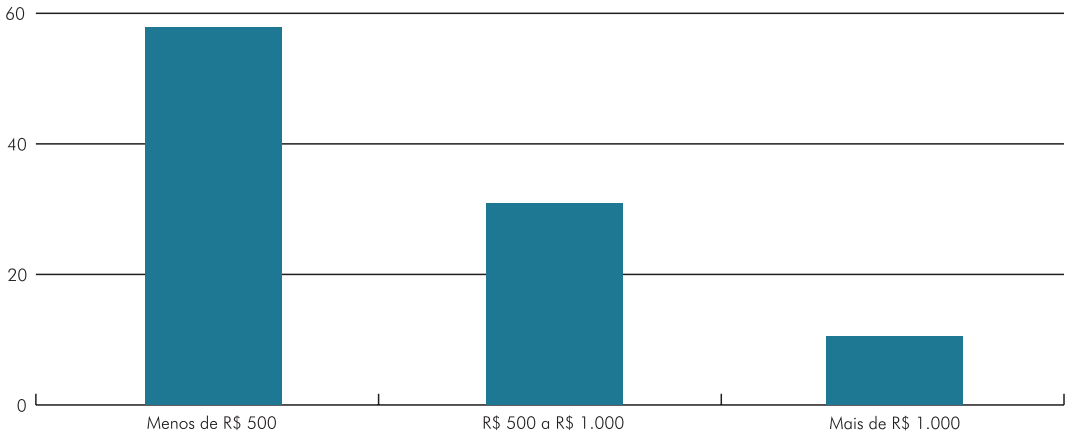
Custos por residente	R$
Médio	564,58
Mínimo	100,00
Máximo	2.477,31
Desvio-padrão	374,51

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH
Nota: O número total de ILPIs que declarou informações sobre os gastos foi de 228.

Das instituições que responderam ao questionário, 58,3% apontaram ter um gasto mensal menor do que R$ 500,00 por residente, 31,1% gastam entre R$ 500,00 e R$ 1.000,00, e apenas 10,5% declararam gastar acima de R$ 1.000,00 por residente, como pode ser observado no gráfico 9.

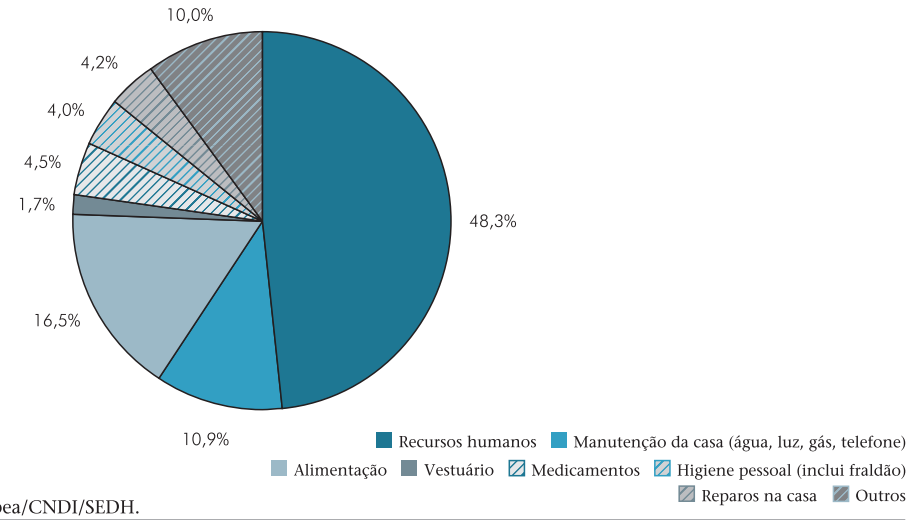
O maior dispêndio das instituições estudadas é com recursos humanos, o que corresponde a 48,3% do gasto total. Em segundo lugar está a alimentação, com 16,5%; a manutenção da casa (água, luz, gás e telefone) corresponde a aproximadamente 10,9%. Outros citados foram os gastos com combustível, aluguel, material de escritório etc., também em torno de 10%. Medicamentos, higiene pessoal e reparos na casa representam cerca de 4,5% do gasto total, e vestuário, 1,7%.

GRÁFICO 9 **Paraná: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o gasto mensal *per capita* (em reais) – 2007 e 2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

GRÁFICO 10 **Paraná: composição percentual dos gastos das instituições de longa permanência – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

5 - RECURSOS DISPONÍVEIS

5.1 - RECURSOS HUMANOS

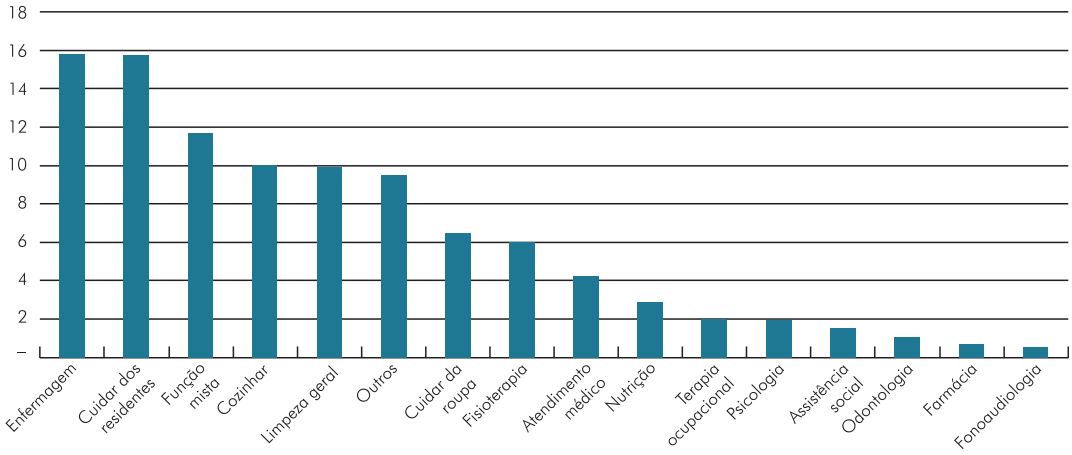
Como citado na seção anterior, no quadro de funcionários das instituições foram encontrados diferentes tipos de servidores: os contratados diretamente pelas ILPIs, os cedidos pelo estado ou município, que trabalham na instituição, mas são pagos por outra fonte e os voluntários. Predominam os contratados, compondo 76,7% do quadro funcional. Os funcionários voluntários representam 18,7% e o pessoal cedido 4,6% do total.

O pessoal da enfermagem (auxiliares e técnicos de enfermagem e enfermeiros) são os funcionários mais encontrados e representam 15,8% do total de servidores.

Em segundo lugar vem os cuidadores, que corresponde a 15,8%. Os empregados que exercem várias funções dentro da instituição constituem 11,7% do total. Funcionários que estão encarregados de cuidar da roupa e de fazer a limpeza geral ou da cozinha, juntos somam 26,5%.

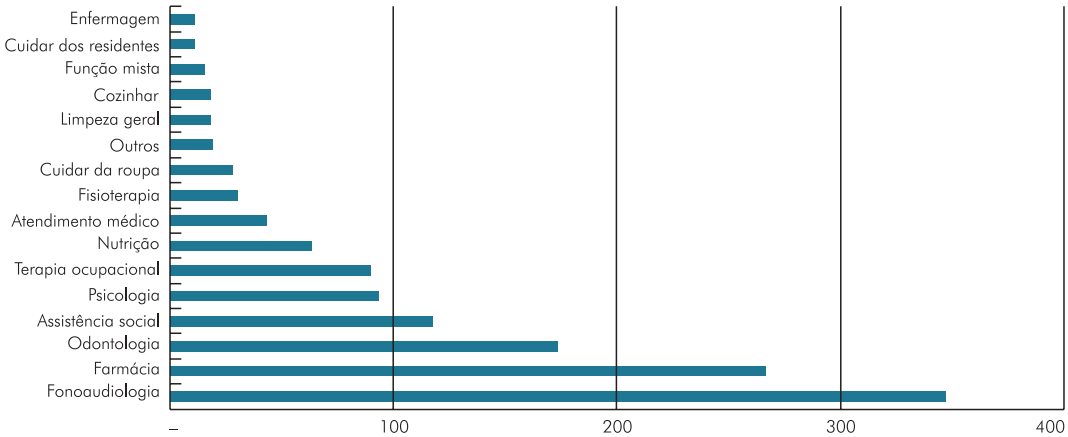
Já os funcionários especializados como médico, fisioterapeuta, nutricionista, terapeuta ocupacional, psicólogo, assistente social, dentista, farmacêutico e fonoaudiólogo formam 21%. Entretanto, o farmacêutico e o fonoaudiólogo são encontrados em menor número nas instituições, 0,7% e 0,5%, respectivamente. Entre os voluntários, esses profissionais especializados, excluindo-se os enfermeiros, correspondem a aproximadamente 55% e os cedidos, 41%. Outros tipos de função, tais como motorista, jardineiro, secretária, guarda noturno, professor de educação física etc. absorvem 9,5% do total de funcionários.

GRÁFICO 11 **Paraná: distribuição percentual do quadro de pessoal das instituições de longa permanência por tipo de função – 2007-2008**



Como o número de profissionais especializados que atuam nas instituições é reduzido, com exceção do pessoal de enfermagem, o número de residentes por funcionários é alto. Cada fonoaudiólogo atende uma média de 347 residentes, cada médico, 43 e cada fisioterapeuta, 30. A relação entre o pessoal de enfermagem é bem menor, são 12 para cada profissional. Para os cuidadores, que são os funcionários mais encontrados nas ILPIs, a relação também é de 12 para cada cuidador. Entre os encarregados da limpeza, da rouparia e da cozinha, existem 28 residentes para cada funcionário que cuida da roupa, e 18 para cada um da limpeza e da cozinha (ver gráfico 12).

GRÁFICO 12 **Paraná: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008**

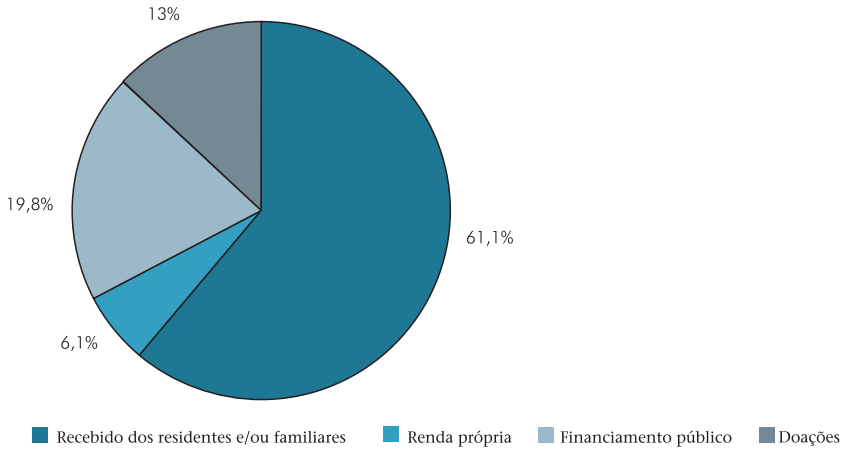


Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de residentes por funcionário é o quociente entre o número de residentes e o número de funcionários assalariados segundo a sua função.

5.2 - FONTES DE FINANCIAMENTO

A maior parte dos recursos financeiros com que as instituições contam é oriunda dos residentes e/ou familiares, responsáveis por 61,1% do orçamento total. O financiamento público compõe 19,8%, as doações da comunidade, de empresas e estabelecimentos locais respondem por 13,0% e a renda própria, oriunda de almoços, festas beneficentes, aluguéis de casas etc. corresponde a 6,1% desse orçamento (ver gráfico 13).

GRÁFICO 13 **Paraná: composição percentual das fontes de financiamento das instituições de longa permanência – 2007 e 2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Santa Catarina

Santa Catarina

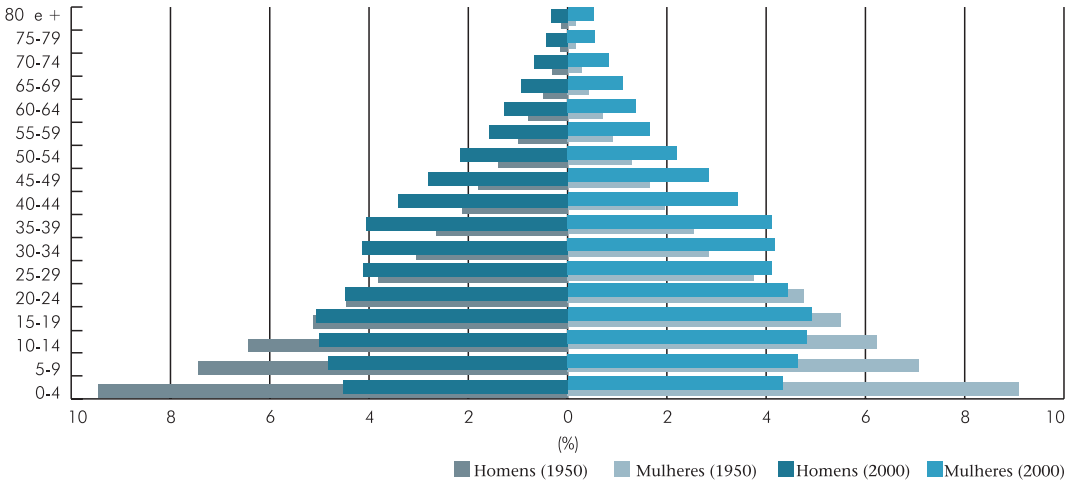
1 - VISÃO GERAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO

Santa Catarina é o menor estado da região Sul tanto em extensão territorial quanto em volume populacional. É formado por 293 municípios, distribuídos em uma área territorial de 95.346 km², e faz divisa com os estados do Rio Grande do Sul e Paraná e com a Argentina. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, sua população era de aproximadamente 5 milhões de habitantes. Destes, 430 mil tinham 60 anos e mais e eram considerados idosos, segundo a definição da Política Nacional do Idoso (PNI). Isso equivale a 8,0% da população naquele ano, o que caracteriza o estado como o de menor proporção de idosos da região. A proporção média de idosos no Sul foi de 9,2%, ligeiramente inferior à média nacional, de 8,6% no mesmo ano.

Apesar disso, em consonância com o que ocorreu nos demais estados brasileiros, houve um progressivo aumento da proporção de idosos na composição da população do estado desde 1950. Nesse período, em termos absolutos, a população idosa teve um aumento de aproximadamente oito vezes. Relativamente aos demais grupos etários, a proporção de idosos mais que dobrou, passando de 3,6% em 1950 para 8,0% em 2000. Tal processo é conhecido por envelhecimento populacional e caracteriza-se pela mudança nos pesos dos diversos grupos etários no total da população, como ilustra o gráfico 1.

Constatam-se também mudanças no interior dos grupos etários que compõem a população idosa, indicando que os idosos estão experimentando uma esperança de vida mais elevada. Em 1950, 7,6% deles tinham 80 anos e mais, enquanto, em 2000, já constituíam 10,8%. A distribuição dessa população por sexo em Santa Catarina acompanha de perto o padrão nacional, onde se observa uma predominância de mulheres. Em 2000,

GRÁFICO 1 **Santa Catarina: distribuição proporcional da população por sexo e idade – 1950 e 2000**



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1950 e 2000.

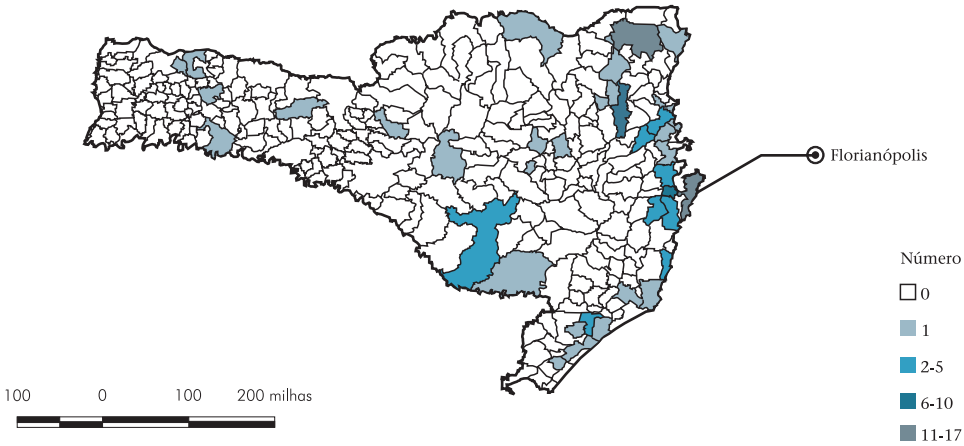
as mulheres representavam 54,8% dos idosos e os homens, 45,2%. Para a população brasileira, as proporções foram de 55,1% e 44,9%, respectivamente, no mesmo ano.

O objetivo deste capítulo é traçar um retrato do funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) em Santa Catarina. O texto está organizado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção apresenta a localização espacial das ILPIs pelos municípios do estado. A terceira traça um breve perfil dos residentes nas instituições por sexo, idade e condição de autonomia. Na quarta seção, apresentam-se algumas das características do funcionamento dessas instituições e, na quinta, os recursos humanos e financeiros com que contam.

2 - QUANTAS SÃO E ONDE ESTÃO AS ILPIs?

Foram identificadas 96 ILPIs em Santa Catarina. Todas responderam à pesquisa, o que conferiu ao estado a taxa de resposta mais elevada da região. As instituições estão localizadas em 38 municípios, o que corresponde a uma cobertura municipal de apenas 13%. Ou seja, em aproximadamente 87% dos municípios não se encontram instituições de cobertura para idosos. A maior parte se situa na capital, Florianópolis, que conta com 16, seguida de Joinville, a nordeste do estado, que possui 12 instituições, conforme mostra o mapa a seguir. Em Blumenau, também a nordeste, foram identificadas nove instituições, e em São José, próximo da capital, sete. Ou seja, a cobertura é menor a oeste do estado. Em todos esses municípios, à exceção de Florianópolis, a proporção de idosos é inferior à média do estado, o que pode sugerir que o número maior de ILPIs nesses municípios deve estar relacionado mais ao seu nível de desenvolvimento social, cultural e econômico do que ao envelhecimento de sua população.

MAPA **Santa Catarina: localização espacial das instituições de longa permanência para idosos por município – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

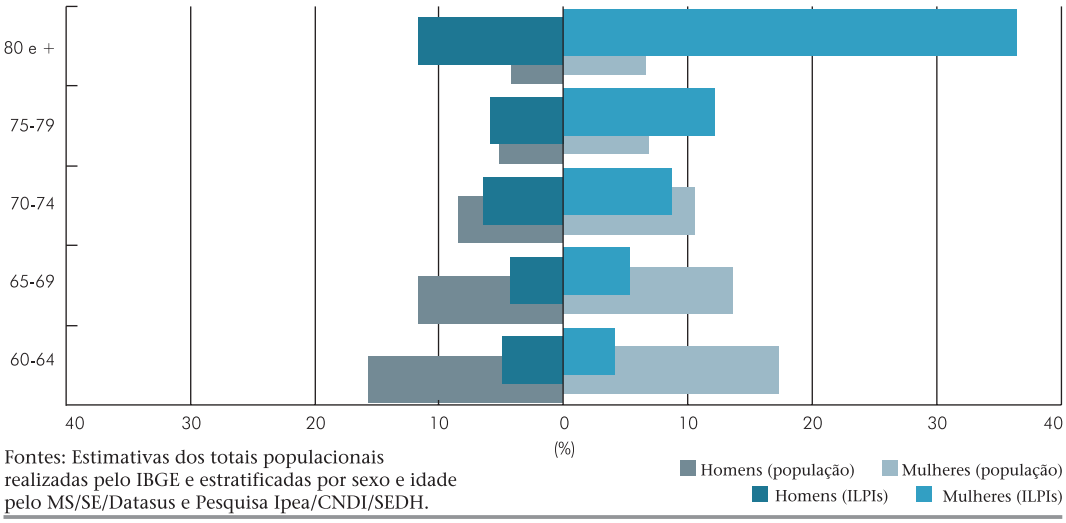
3 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS RESIDENTES

Foram encontrados 2.922 residentes nas instituições estudadas. Como tem sido observado também em outros estados, uma parcela desses residentes de Santa Catarina tem idade inferior a 60 anos. Aproximadamente 11% estão nessa condição. Do total de residentes,

no entanto, a grande maioria é idosa, 2.521 pessoas, o que corresponde a 86,3%. Em relação à população idosa estadual, os residentes constituem apenas 0,5%. Ou seja, a cobertura dessa modalidade de atendimento é bastante baixa.

Outros 2,7% dos residentes têm idade ignorada. Entre a população idosa, observa-se o predomínio daqueles com 80 anos e mais, em particular, das mulheres, o que corrobora estudos nacionais e internacionais sobre o tema. Aproximadamente 31% do total de idosos em ILPIs são mulheres com 80 anos e mais. O gráfico 2 compara a distribuição da população idosa residente em ILPIs e a do estado. Constata-se uma desproporcionalidade entre a população idosa feminina residindo em ILPIs e a observada para o conjunto da população. Apesar de em ambos os casos a proporção de mulheres entre a população idosa ser mais elevada que a de homens, nas ILPIs elas estão sobre-representadas. Utilizando as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o mesmo período da pesquisa, observa-se que as mulheres representavam 55,0% do total da população idosa, enquanto, nas ILPIs, a proporção comparável é de 66,8%. Entre os mais idosos, tal predomínio se intensifica. Para os idosos residindo em ILPIs, entre aqueles de 80 anos e mais, 75,8% são mulheres.

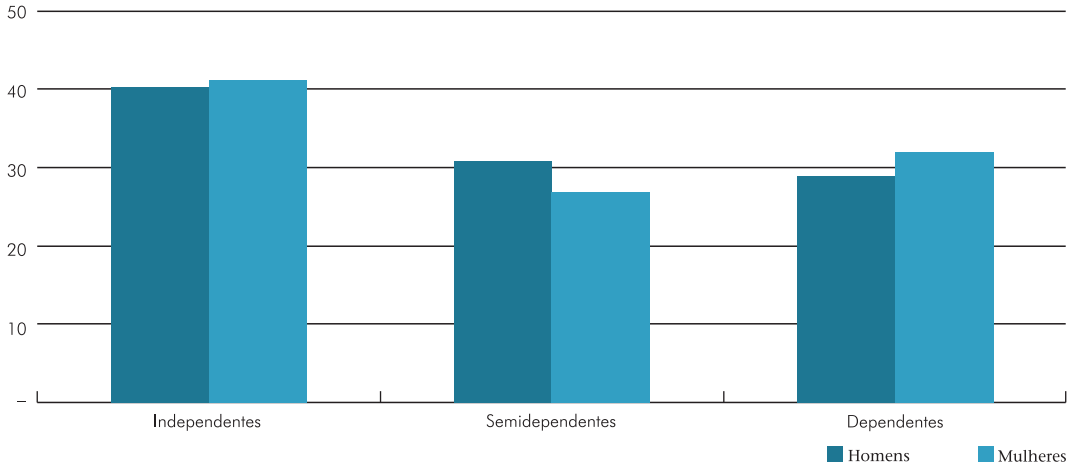
GRÁFICO 2 **Santa Catarina: distribuição proporcional da população de idosos do estado e de idosos residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade – 2007-2008**



Fontes: Estimativas dos totais populacionais realizadas pelo IBGE e estratificadas por sexo e idade pelo MS/SE/Datasus e Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Analisando o conjunto dos residentes nota-se que a maioria foi declarada como independente (40,9%). Isso é observado para homens e mulheres em proporções bastante semelhantes. A proporção de dependentes é mais elevada entre as mulheres do que entre os homens, 31,9% e 28,8%, respectivamente. Ocorre o inverso no caso dos semidependentes: entre os homens, a proporção é de 30,8% e, entre as mulheres, de 26,9% (gráfico 3).

GRÁFICO 3 **Santa Catarina: proporção de residentes nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

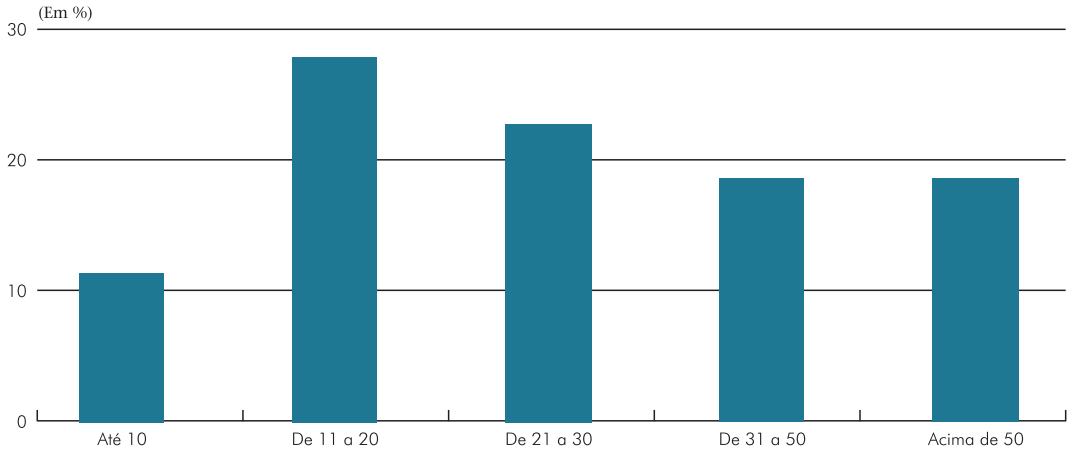
4 - CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES

Para caracterizar as instituições utilizaram-se os indicadores de tamanho, natureza, serviços oferecidos e gastos. A análise sobre o tamanho das instituições foi feita a partir do número de residentes, área física e construída, espaços existentes e número de leitos por quarto.

4.1 - NÚMERO DE RESIDENTES

As instituições de Santa Catarina têm, em média, 30 residentes e todas podem, portanto, ser consideradas de pequeno porte no que se refere à população atendida. No entanto, a variabilidade em torno dessa média é grande. Prevalecem as instituições que contam com até 20 residentes, como mostra o gráfico 4. Aproximadamente 40% estão nessa condição e 11,5% têm menos de dez residentes. Instituições de grande porte, nas quais residem 50 idosos e mais, representam 18,8% do total.

GRÁFICO 4 **Santa Catarina: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4.2 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Dois indicadores de área física foram utilizados: área total e construída. De acordo com eles, pode-se dizer que as instituições que responderam a esse quesito[1] contam com amplos espaços. A área física total média é de 6.214,29 m². No entanto, a tabela 1 mostra que existe grande variabilidade em torno da média; a área mínima declarada é de 192 m² e a máxima de 38.400 m². Na área construída, a variação é menor, mas ainda expressiva. A área média construída é de 1.462,14 m², sendo a mínima 110,92 m² e a máxima, 11.706,00 m². A área construída representa cerca de 39% da área total das instituições em Santa Catarina.

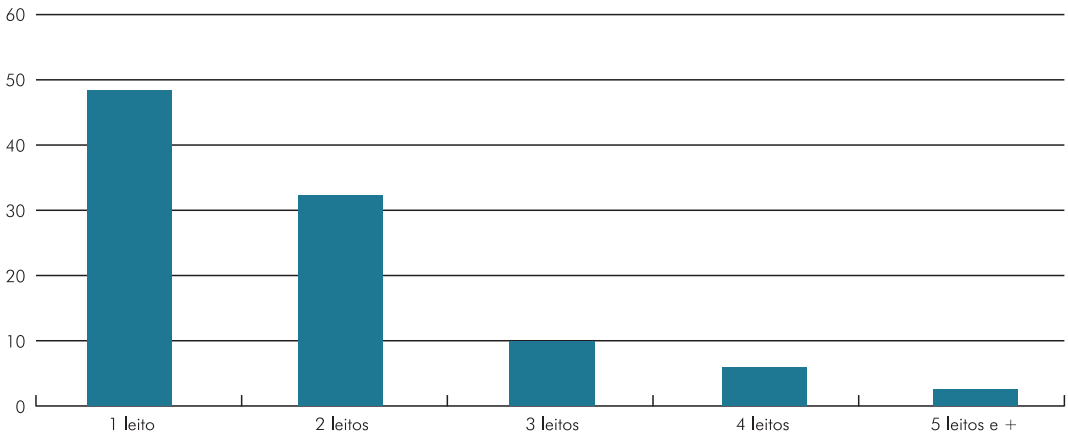
TABELA 1
Santa Catarina: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008

	Área física total (m²)	Área construída (m²)
Média	6.214,29	1.462,14
Mínimo	192,00	110,92
Máximo	38.400,00	11.706,00
Instituições respondentes	62	70

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Outro indicador de como esse espaço está distribuído é o de número de leitos por quarto. O gráfico 5 mostra que 49% dos quartos têm apenas um leito, o que pode sugerir uma moradia com mais privacidade e conforto, muito embora não haja informações sobre a metragem desses quartos. Proporção expressiva também é a de quartos com dois leitos, 32,7%. Apenas 2,5% dos quartos têm cinco leitos ou mais, contrariando a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que determina um número máximo de quatro leitos por quarto.[2]

GRÁFICO 5 **Santa Catarina: distribuição proporcional dos quartos nas instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007-2008**



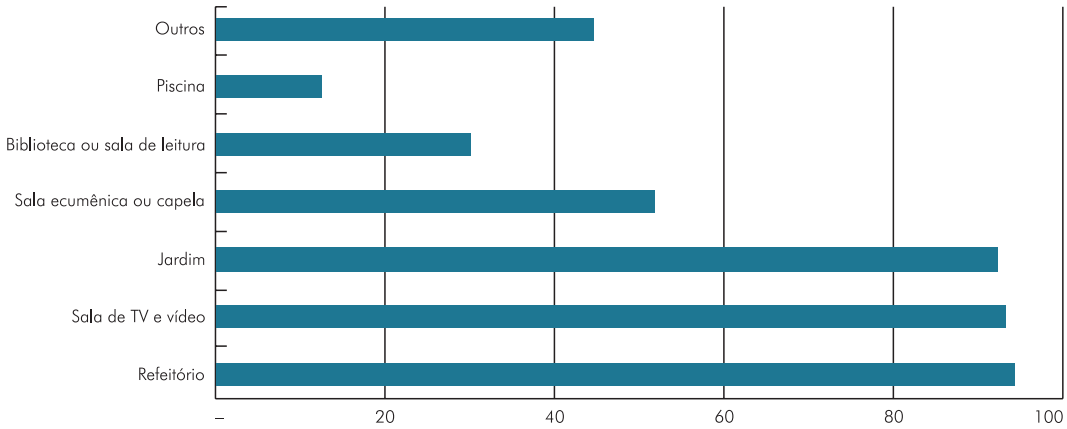
Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

1. No cômputo final, 62 instituições (64,5%) responderam ao quesito de área total e 70 ao de área construída. Essas informações, em muitos casos, são desconhecidas pelos dirigentes das ILPIs.

2. RDC n. 283, de 26 de setembro de 2005.

Observou-se que, além das acomodações, as instituições possuem também espaços que possibilitam a sociabilidade dos residentes. Mais de 90% contam com refeitório, sala de TV e/ou vídeo e jardim. Cerca de 52% usufruem de sala ecumênica ou capela e aproximadamente 30,2% declararam ter bibliotecas e salas de leitura. Esse percentual, consideravelmente mais elevado do que os observados para os estados das regiões Norte e Centro-Oeste, cujas respectivas médias oscilam em torno de 8%, é condizente com a taxa de alfabetização mais elevada do Estado de Santa Catarina, inclusive entre os idosos. Em 2000, ela era de 79%. Para o mesmo ano, essa taxa só foi menor que as observadas para o Rio de Janeiro (83,4%) e o Rio Grande do Sul (80,4%).

GRÁFICO 6 **Santa Catarina: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo os espaços existentes – 2007-2008**



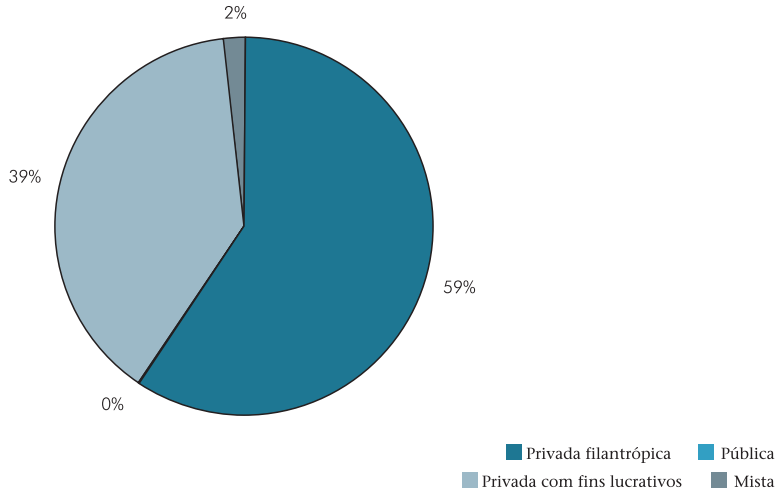
Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4.3 - NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES

A maior parcela das instituições do estado declarou-se filantrópica (59,4%), de inclinação religiosa (28,1%) ou leiga (31,3%), como mostra o gráfico 7. Uma parcela bastante expressiva declarou-se privada com fins lucrativos (38,5%), o que era esperado, uma vez que Santa Catarina se caracteriza por ser um dos estados com maiores níveis de desenvolvimento socioeconômico do Brasil, contando com uma população de elevado poder aquisitivo. Tal proporção é muito superior à observada, por exemplo, nas regiões Norte (2,0%) e Centro-Oeste (4,8%). Cerca de 2,0% das instituições do estado se declararam mistas e nenhuma afirmou ser pública. Esta última informação é condizente com a baixa participação de recursos públicos no total do financiamento, como se verá na seção 5. A despeito disso, 66% das instituições declararam ter parceria ou convênio. Destas, 45,2% mencionaram contar com algum tipo de parceria com órgãos públicos envolvendo repasses financeiros.

As instituições do estado funcionam majoritariamente em regimes aberto (36,8%) ou semi-aberto (38,9%). Apenas 24,2% declararam funcionar em regime fechado, com horários de visita e de saída dos residentes prefixados e rígidos. São dirigidas por pessoas cuja escolaridade predominante é de ensino superior (40,9%). Essa última informação,

GRÁFICO 7 **Santa Catarina: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008**

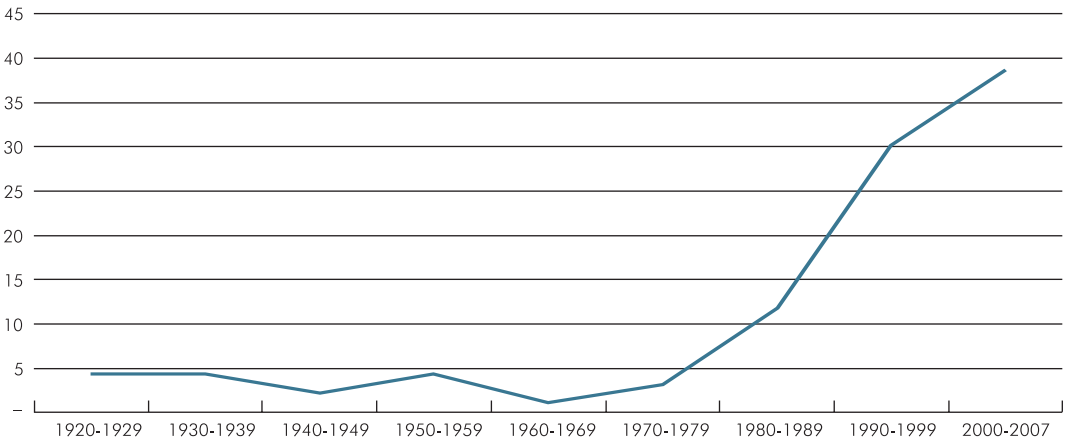


Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

no entanto, merece ressalvas, uma vez que se reconhece que a pessoa que responde oficialmente pela instituição e a pessoa que exerce a administração cotidiana nem sempre são as mesmas. Em muitos casos, o dirigente oficial tem escolaridade elevada, mas não é ele quem está diariamente na casa, lidando com os idosos. Nesta etapa da pesquisa, tal diferenciação não foi investigada.

A maior parte das instituições de Santa Catarina é recente. Das 93 que responderam a esse quesito, 64 foram criadas entre 1990 e 2007, perfazendo 68,8% do total. Dessas, 36 foram criadas entre 2000 e 2007. Entre 1980 e 1989, foram abertas 11 instituições. Até 1980, somente 18. Essas informações sugerem uma tendência crescente de criação de ILPIs no estado. Ressalte-se que estas foram as instituições encontradas no momento da pesquisa. É possível que outras tenham sido abertas e fechadas ao longo dos anos.

GRÁFICO 8 **Santa Catarina: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o início de funcionamento – 2007-2008**

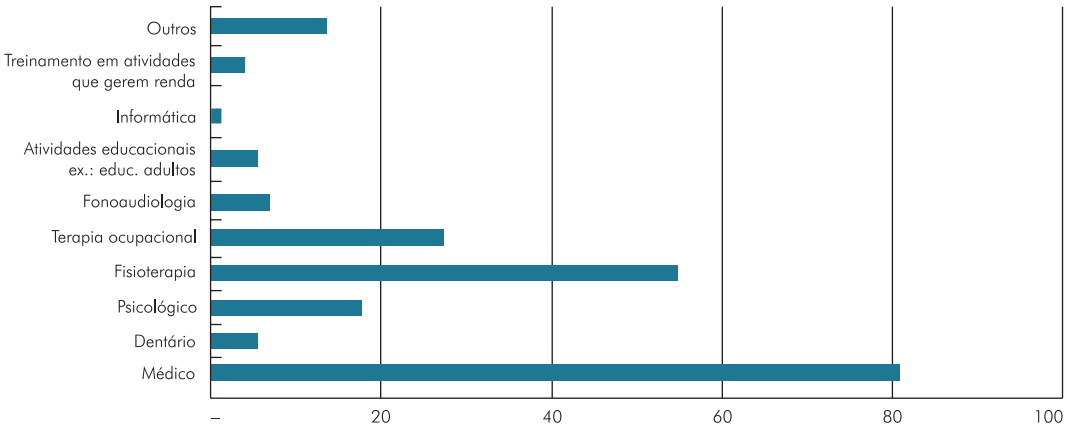


Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4.4 - SERVIÇOS OFERECIDOS

Os serviços mais freqüentes que as instituições declararam oferecer são os médicos e os de fisioterapia, como mostra o gráfico 9. Aproximadamente 81% delas disseram ter serviços médicos e 54,8% de fisioterapia. Ressalta-se também que 27,4% reportaram contar com terapia ocupacional entre os serviços oferecidos, muito embora apenas 2,5% dos profissionais das instituições sejam terapeutas ocupacionais, como se verá na seção 5. Tais atividades são, muitas vezes, desenvolvidas por outros profissionais especializados ou mesmo por não-especializados que trabalham nessas instituições. Entre outros serviços de saúde, as instituições de Santa Catarina reportam também, embora em proporções bastante pequenas, a oferta de serviços dentários. É possível que esses serviços, bem como parte dos médicos, sejam supridos pela rede do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que 86,2% das instituições declararam utilizar serviços públicos. Aproximadamente 51% delas informaram que recebem visitas do Programa de Saúde da Família (PSF). Destaque-se também que apenas 17,8% reportaram oferecer serviços psicológicos. Além disso, registrou-se a existência de cursos de alfabetização (5,5%), de treinamento e atividades que geram renda (4,1%) e de serviços de informática (1,4%).

GRÁFICO 9 **Santa Catarina: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço oferecido – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4.5 - GASTOS

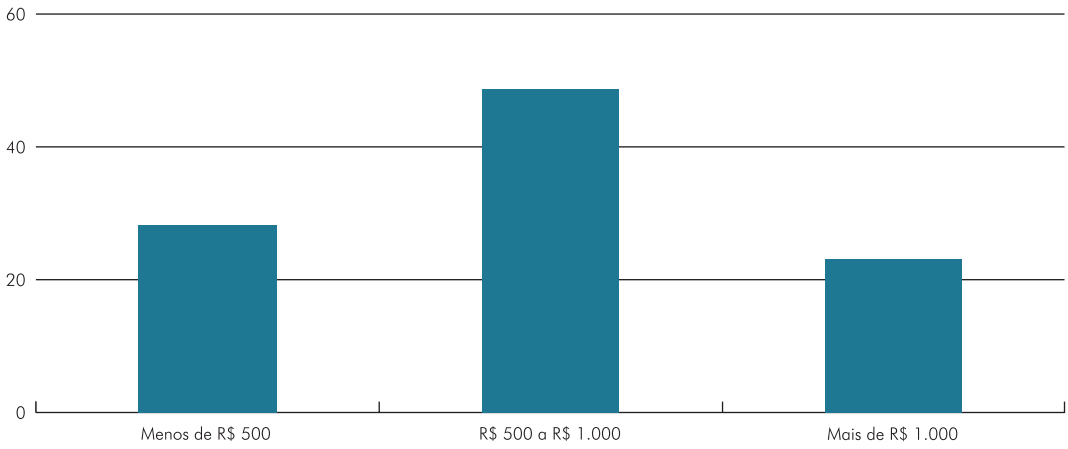
Nem todas as instituições do estado declararam seus gastos. Entre as que o fizeram, em média o gasto total é de R$ 26.985,17, sendo o máximo R$ 125.152,46 e o mínimo R$ 1.800,00. Considerando o efeito do número de residentes observa-se uma enorme variabilidade no gasto médio *per capita*, como mostra a tabela 2. O gasto médio por residente é de R$ 786,07 e o desvio-padrão, de R$ 442,96. Tal variação está relacionada, em parte, à natureza jurídica das instituições. Como se viu, existe uma elevada proporção de instituições filantrópicas no estado. Estas podem apresentar menores gastos monetários, por exemplo, em virtude de receberem doações de alimentos, roupas, remédios etc. e isenção de taxas e impostos. A maior parte das instituições apresenta gastos entre

TABELA 2
Santa Catarina: relação gastos por residente nas instituições de longa permanência – 2007-2008

Custos por residente	Em R$
Médio	786,07
Mínimo	105,88
Máximo	2.727,27
Desvio-padrão	442,96

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH
Nota: O número total de ILPIs que declarou informações sobre os gastos foi de 76.

GRÁFICO 10 **Santa Catarina: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o gasto mensal *per capita* – 2007-2008**

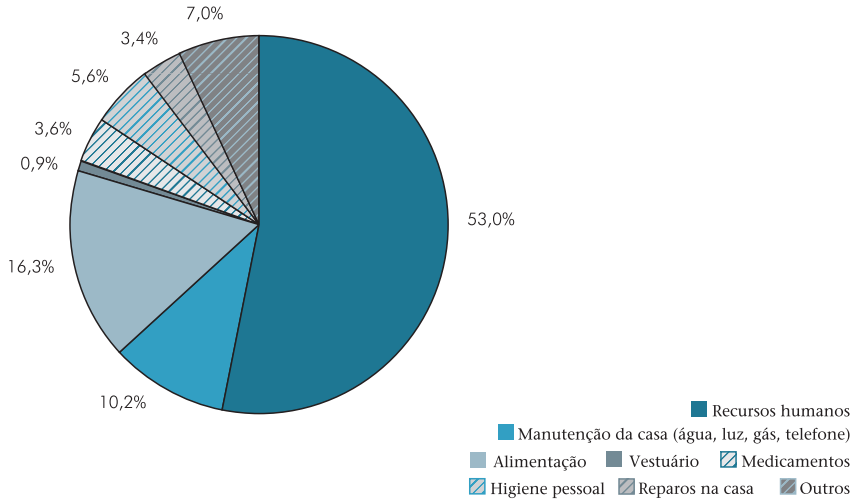


Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

R$ 500,00 e R$ 1.000,00 por residente, como mostra o gráfico 10. Apenas 23,1% delas têm gastos superiores a R$ 1.000,00.

O gráfico 11 mostra que a maior parte dos gastos dessas instituições é destinada ao pagamento de funcionários (53%). Isso ocorre também nos demais estados da região e nas regiões Norte e Centro-Oeste. Ressalte-se também a importância dos gastos com alimentação, que perfazem 16,3% do total de despesas. Em terceiro lugar em importância estão os gastos com manutenção da casa (luz, água, gás e telefone), correspondendo a 10,2%. Produtos de higiene pessoal, como fraldões, medicamentos e pequenos reparos na casa representam 5,6%, 3,6% e 3,4%, respectivamente. Vestuário e outras despesas, em conjunto, respondem por 7,9% do total de despesas das instituições.

GRÁFICO 11 **Santa Catarina: composição percentual dos gastos das instituições de longa permanência – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

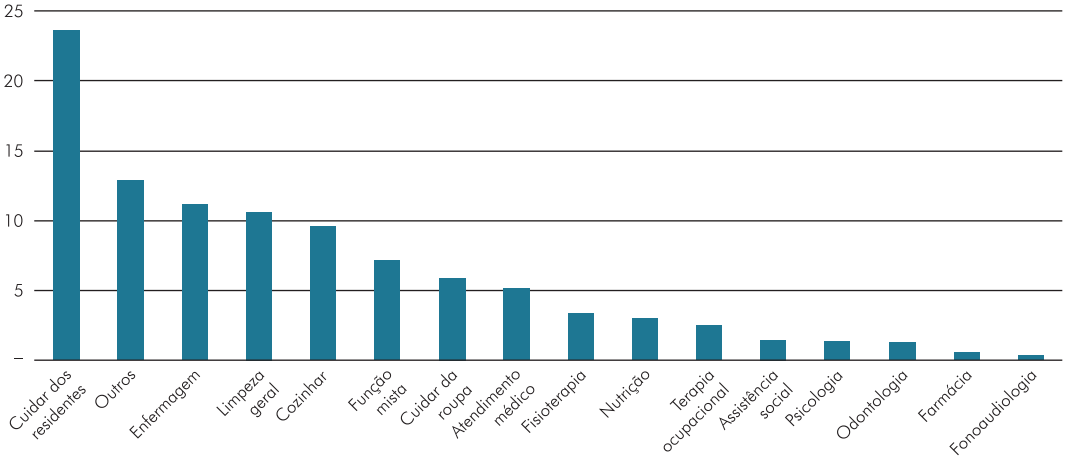
5 - RECURSOS DISPONÍVEIS

5.1 - RECURSOS HUMANOS

Foram consideradas três categorias para a caracterização dos recursos humanos das instituições: os funcionários assalariados, aqueles pagos diretamente pela casa, os voluntários e os cedidos por órgãos públicos. Como esperado, os assalariados constituem a maior parcela do total de funcionários das instituições (76,9%). Observa-se que 20,1% do quadro de pessoal são de voluntários e apenas 3,0% são cedidos do setor público. Em conjunto, observa-se que 23,5% do total de funcionários exercem a função de cuidador de idosos, como mostra o gráfico 12. A equipe de enfermagem – enfermeiros, técnicos e auxiliares – que exerce, por vezes, também a função de cuidador, responde por 11,7% do total. Ressalte-se que é elevada a proporção de funcionários que realizam funções sem especialização, como limpeza geral (10,6%), cozinhar (9,5%), funções mistas (7,6%) e cuidar da roupa (5,9%). O contingente de funcionários nessas funções representa 33,5% do total. Na categoria classificada como outros, correspondente a 12,3% do total, encontram-se, em geral, funções não-especializadas e/ou ligadas à administração da instituição. Podem-se citar as de secretária, administrador, coordenador, jardineiro, motorista e contador, entre outras. Na composição do quadro de pessoal, sobressaem-se ainda as baixas proporções de profissionais que exercem atividades mais especializadas na área de saúde: atendimento médico (5,1%), fisioterapia (3,4%) e terapia ocupacional (2,5%).

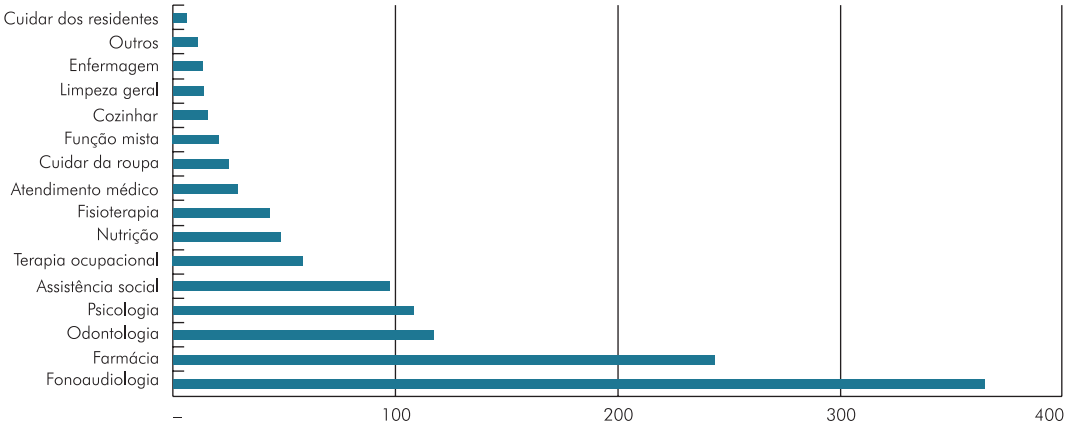
Levando-se em consideração o número de residentes, reforça-se a hipótese do baixo número de profissionais que exercem funções especializadas nas instituições de Santa Catarina, o que também ocorre para outros estados. O gráfico 13 apresenta a relação entre o número de residentes e o de funcionários. Nele, pode-se ver que existe um cuidador para 6,2 residentes. Essa relação, no entanto, não leva em consideração o grau de dependência dos residentes nem a carga horária desses profissionais. A relação entre residentes e médicos é de 28,6 e entre residentes e fisioterapeutas é ainda maior, 43,6.

GRÁFICO 12 **Santa Catarina: distribuição percentual do quadro de pessoal das instituições de longa permanência por tipo de função – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

GRÁFICO 13 **Santa Catarina: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008**

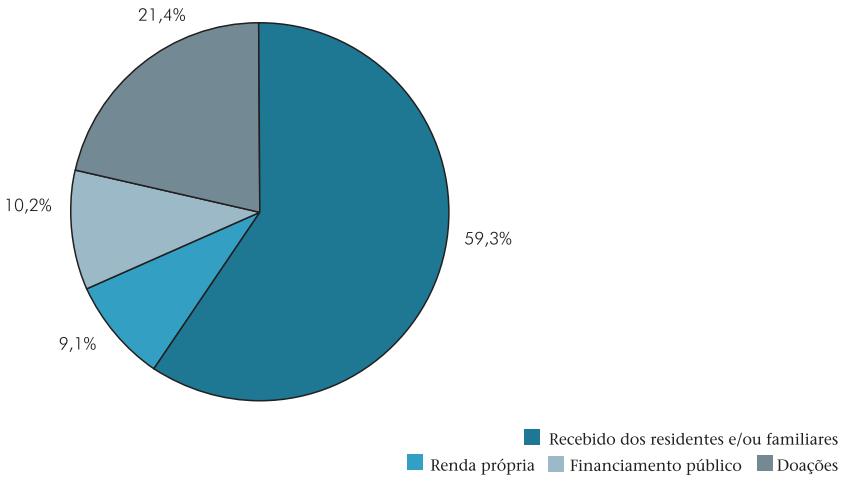


Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de residentes por funcionário é o quociente entre o número de residentes e o número de funcionários assalariados segundo a sua função.

5.2 - FONTES DE FINANCIAMENTO

O gráfico 14 mostra que quase 60% do financiamento das ILPIs do estado são provenientes de mensalidades ou contribuições dos residentes ou de suas famílias. Tal fato é afetado pelo elevado número de instituições privadas (lucrativas ou filantrópicas) localizadas em Santa Catarina. Apesar de o estado não contar com nenhuma instituição pública, 10,2% do financiamento total de suas ILPIs advêm de recursos públicos. Essa proporção pode ser considerada relativamente baixa, uma vez que 59,4% das ILPIs catarinenses são filantrópicas e, como se sabe, recebem, em geral, suporte financeiro de origem pública. Proporção importante do seu financiamento compõe-se também de doações em dinheiro. Estas representam 21,4% do total. Outros 9,1% do total referem-se à renda própria.

GRÁFICO 14 **Santa Catarina: composição percentual das fontes de financiamento das instituições de longa permanência – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul

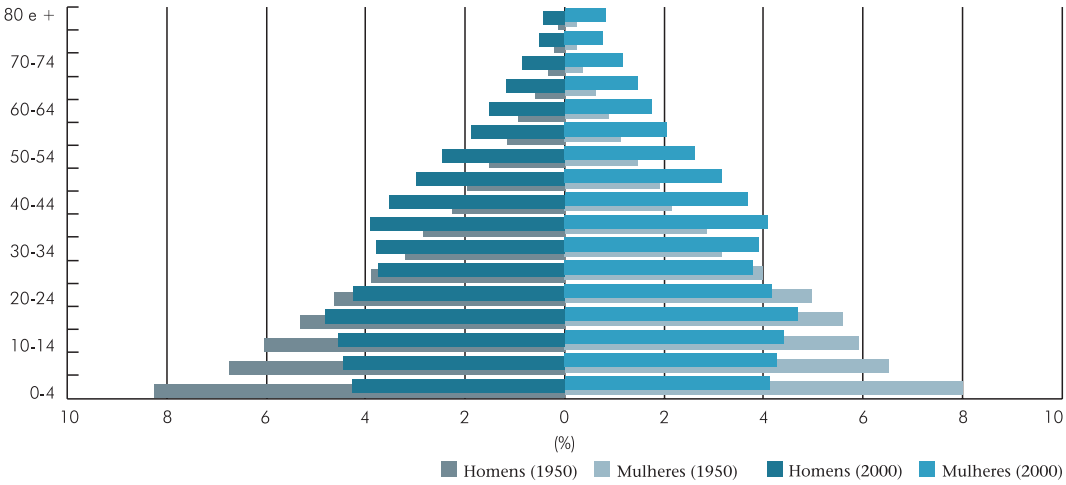
1 - VISÃO GERAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO

O Rio Grande do Sul é o estado que apresenta a maior extensão territorial dentro da região Sul. Ocupa uma área de 281.748,538 km², o que corresponde à nona maior extensão entre as unidades da federação (UFs). Em 2000, sua população era de 10,2 milhões de habitantes, a quinta maior do país, e a densidade demográfica, 36,2 habitantes por km². Apesar de o estado contar com 496 municípios, a maior parte da população se concentra em um número restrito deles, em especial na região metropolitana (RM) de Porto Alegre. As áreas urbanas concentravam naquele ano 81,6% da população do estado. Esse padrão de concentração populacional se reflete também na localização geográfica das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), conforme será visto na seção 2.

Acompanhando a tendência nacional, o estado tem passado por expressivas mudanças demográficas ao longo das últimas décadas. O processo de envelhecimento populacional em decorrência da redução das taxas de natalidade, assim como de aumento da expectativa de vida, também está em curso no Rio Grande do Sul e fica claramente evidenciado ao se observar a pirâmide etária que apresenta a distribuição da população por sexo e idade nos anos de 1950 e 2000 (gráfico 1).

A população menor de 20 anos correspondia a 52,4% da população total em 1950 e passou a ser responsável por apenas 35,5% em 2000. Tal processo é representado pelo estreitamento da base da pirâmide. Por outro lado, em apenas 50 anos, a proporção da população de idosos, pessoas com 60 anos ou mais, apresentou um salto dos 4,5%, em 1950, para 10,5% em 2000. O número absoluto de pessoas idosas vivendo no Rio Grande do Sul passou de 188.263 para 1.065.484 nesse período. Tais números garantem

GRÁFICO 1 **Rio Grande do Sul: distribuição proporcional da população por sexo e idade – 1950 e 2000**



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1950 e 2000.

especial destaque ao estado no cenário nacional, uma vez que é a UF com a segunda maior proporção de idosos, ficando atrás somente do Rio de Janeiro, que tem 10,7% da população com mais de 60 anos. A média nacional era de 8,6% em 2000.

Outra característica do processo de envelhecimento populacional gaúcho é o crescimento acentuado da população muito idosa, ou seja, idosos com mais de 80 anos. Esse grupo, que respondia por 8% do número total de idosos em 1950, passou a responder por 12% dessa população em 2000. O aumento em termos absolutos dessa faixa etária, de 15.123 para 127.940 indivíduos, contribui para o aumento da demanda por ILPIs, pois as fragilidades físicas e mentais se acentuam nessa faixa etária. Todos esses fatores apresentados alteram o formato do topo da pirâmide etária que se alargou.

Fazendo um recorte de sexo, observa-se que em 2000 a população do estado seguia o padrão populacional do país com uma proporção maior de mulheres entre a população estadual (51,0%). Entre os idosos, a proporção de mulheres teve um aumento expressivo, de 57,4%.

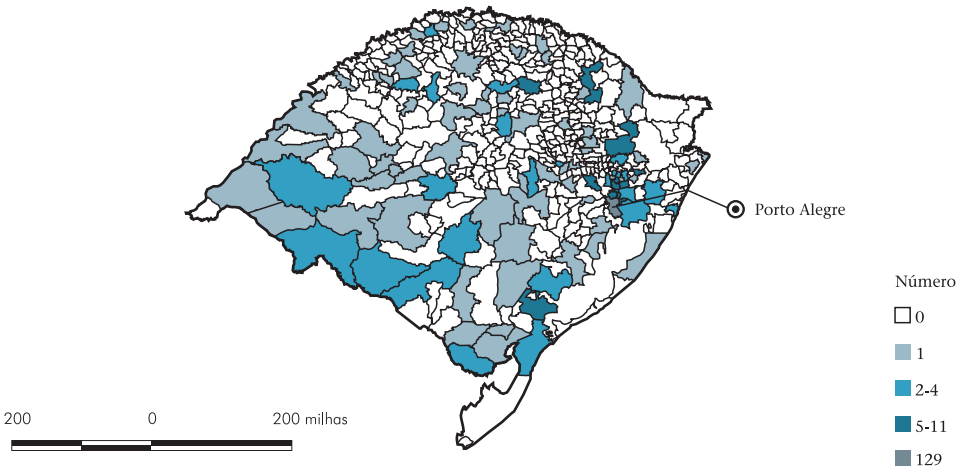
Após esta breve introdução sobre a dinâmica da população do estado será apresentada primeiramente, entre as quatro seções adicionais que compõem este capítulo, a localização espacial das ILPIs do Rio Grande do Sul por municípios. Na terceira seção, será traçado o perfil da população residente levando-se em conta sexo, idade e grau de dependência. Na quarta seção serão descritas as condições de funcionamento das ILPIs segundo sua infra-estrutura, serviços oferecidos e custos de manutenção. Por fim é feita uma análise dos recursos humanos e financeiros com que contam as instituições.

2 - QUANTAS SÃO E ONDE ESTÃO AS ILPIs ?

Foram identificadas no Estado do Rio Grande do Sul 346 ILPIs, distribuídas por 105 municípios. Entre as identificadas, 319 responderam ao questionário da pesquisa, o que representa uma taxa de resposta de 92,2%.

O mapa mostra a distribuição geográfica dessas instituições. Devido à grande fragmentação do estado em municípios, observa-se que, apesar de o Rio Grande do Sul apresentar um número considerável de ILPIs, não se pode dizer que elas estejam bem distribuídas através das 496 cidades. Em aproximadamente 79% dos municípios do estado não se identificaram ILPIs. No mapa, podem ser observadas três áreas de maior concentração de instituições no estado. A maior delas localiza-se na RM de Porto Alegre. A capital conta com 129 instituições; o município de Canoas, com 11; o de São Leopoldo, com 10; e Cachoeirinha, Montenegro e Novo Hamburgo, com 8 cada um. Na região sul do estado, na divisa com o Uruguai, também se observa maior ocorrência dessas instituições. A última área de concentração se localiza na região centro-norte do estado, onde se destaca o município de Passo Fundo, com 7 instituições. Outro município que, embora não inserido nessas regiões, também se destaca é o de Caxias do Sul, que possui um total de 9 ILPIs.

MAPA **Rio Grande do Sul: localização espacial das instituições de longa permanência para idosos por município – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

3 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS RESIDENTES

Nas 319 instituições que responderam ao questionário da pesquisa no Rio Grande do Sul, encontraram-se 8.789 residentes. Entre os moradores, 878 declararam ter menos de 60 anos, portanto, o número de idosos residentes nessas é de 7.359.[1] Esse número corresponde a 0,6% do total de idosos na população do estado e é bastante superior à proporção de idosos residentes em instituições na região Norte (0,2%), e se igualando à proporção observada na região Centro-Oeste (0,6%).

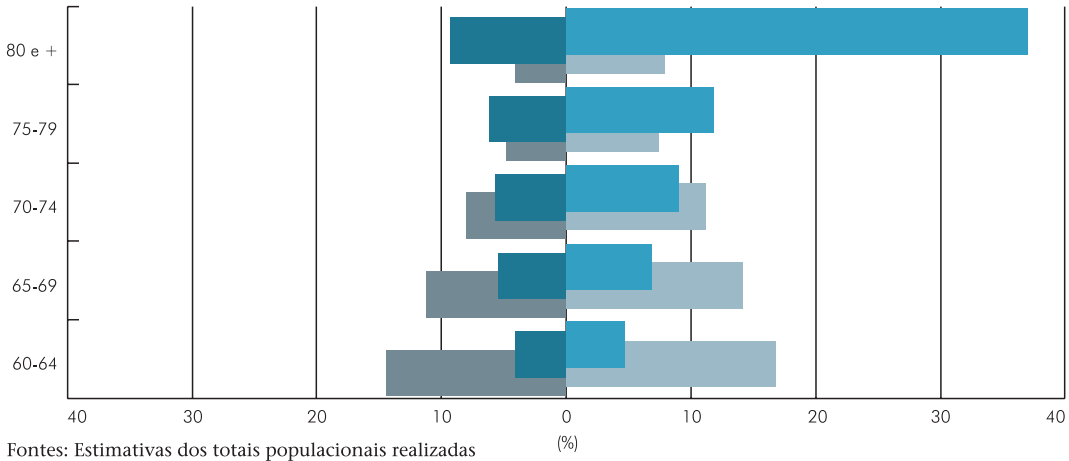
Verifica-se uma proporção maior de mulheres nas instituições pesquisadas; 67,5% dos moradores são do sexo feminino, proporção bastante superior aos 32,5% de homens. Essas proporções vão de encontro aos resultados de outras pesquisas nacionais e internacionais, que, também, encontraram uma predominância maior de mulheres nesse tipo de instituição. Por outro lado, os resultados encontrados para a região Norte mostram uma predominância maior de homens.

No gráfico 2 estão sobrepostas as distribuições percentuais da população de idosos do estado por sexo e idade, ao fundo, e a população idosa residente nas ILPIs, em destaque. A primeira apresenta o formato de uma pirâmide tradicional, com a proporção de idosos diminuindo conforme o avanço da idade. Quanto à proporção dos idosos residentes em ILPIs, ao contrário do observado na distribuição da população em geral, a proporção de residentes cresce com o aumento da idade. Esse fato também corrobora achados de outras pesquisas que apontam para uma demanda maior por instituições nas idades mais avançadas, dado que estas podem acarretar perda de autonomia para as atividades diárias.

Em todas as faixas etárias a proporção de mulheres é maior do que a de homens, porém, chama a atenção a elevada proporção de idosas com mais de 80 anos, as quais

1. Este número de residentes ignora os moradores das ILPIs que se recusaram a responder ao questionário.

GRÁFICO 2 **Rio Grande do Sul: distribuição proporcional da população de idosos do estado e de idosos residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade – 2007-2008**



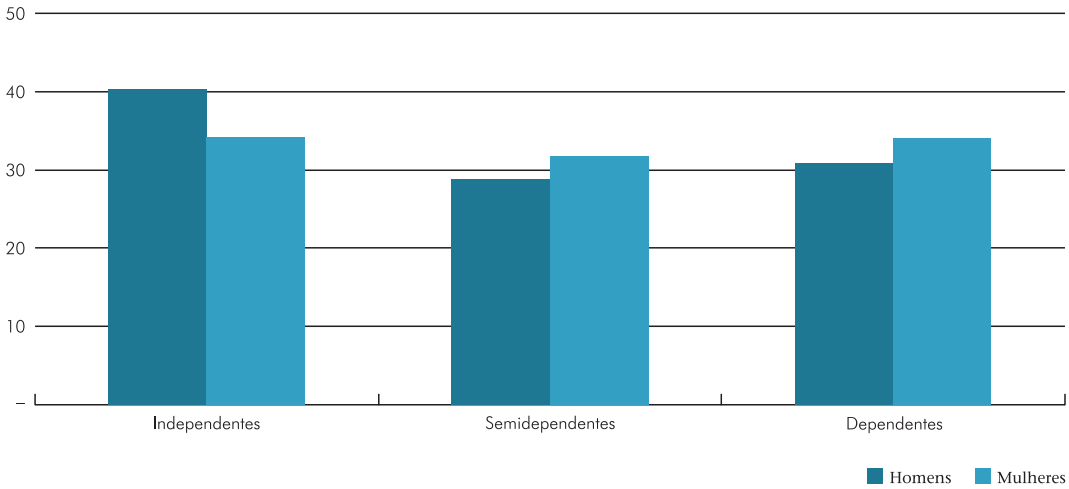
Fontes: Estimativas dos totais populacionais realizadas pelo IBGE e estratificadas por sexo e idade pelo MS/SE/Datasus e Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

respondem por 37,0% do total de idosos residentes. Em relação aos homens, a maior proporção também é observada no grupo de 80 anos ou mais, que responde por 9,3% do total de idosos residentes.

Conforme mencionado, sabe-se que a demanda por ILPIs é diretamente associada ao agravamento da situação de dependência do indivíduo. Em alguns casos esse processo ocorre paulatinamente com o avanço da idade, outras vezes o quadro de dependência pode se agravar precipitadamente por outros fatores, como acidentes vasculares cerebrais (AVCs), quedas etc. Por esse motivo, além de apenas considerar a idade dos residentes, é importante observar o grau de dependência desses idosos. Para mensurar os diferentes níveis de autonomia dos idosos optou-se por utilizar os critérios de dependência definidos pela Política Nacional do Idoso, que quantifica o grau de dependência a partir do número de atividades da vida diária que o residente consegue executar por conta própria.

Com base nisso, 36,2% dos residentes foram classificados como independentes, 30,7% como semidependentes, e 33,1% como dependentes. O gráfico 3 apresenta a distribuição percentual do grau de dependência dos residentes separadamente por sexo. Entre os homens observa-se que 40,3% foram classificados como independentes, 28,8% como semidependentes e 30,9% como dependentes. Entre as mulheres as categorias receberam respectivamente os valores de 34,2%, 31,7% e 34,1%. Sintetizando, as mulheres são mais dependentes que os homens.

GRÁFICO 3 **Rio Grande do Sul: proporção de residentes nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007-2008**



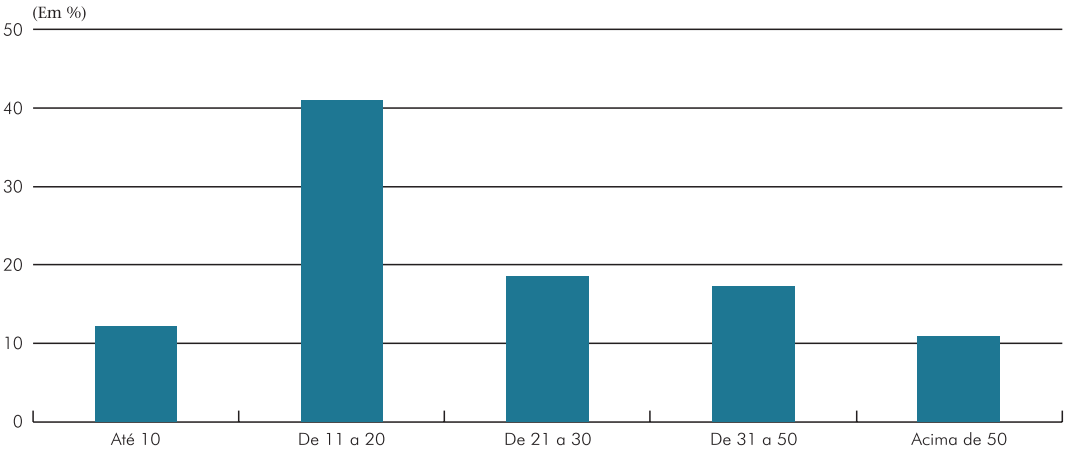
Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4 - CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES

4.1 - NÚMERO DE RESIDENTES

A média de residentes nas instituições do Rio Grande do Sul é de 27,6. Essa média esconde uma grande variabilidade. Foram encontradas instituições com apenas 2 residentes e outras com 219. Conforme mostra o gráfico 4, o maior percentual de instituições possui de 11 a 20 residentes (40,9%). Somando-se a esse percentual o de instituições que contam com menos de 10 residentes, observa-se que 53,1% delas têm menos de 20 residentes, o que desmistifica a idéia de que as ILPs são moradias com espaços e áreas físicas semelhantes a grandes alojamentos. Aproximadamente 11% das instituições têm mais de 50 residentes. Também foram encontradas instituições onde residem somente mulheres e/ou somente homens.

GRÁFICO 4 **Rio Grande do Sul: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4.2 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

Em média, as instituições possuem aproximadamente 7,1 mil m² de área física total, enquanto a área construída corresponde a 994,59 m² (ver tabela 1). A área construída corresponde, em média, a 41,9% da área total, indicando uma grande oferta de área livre disponível. A variabilidade também é muito grande. Foram encontradas instituições que contam de 220 m² a 100 mil m² de área total. Da mesma forma, a área construída varia de 80 m² a 10,5 mil m².

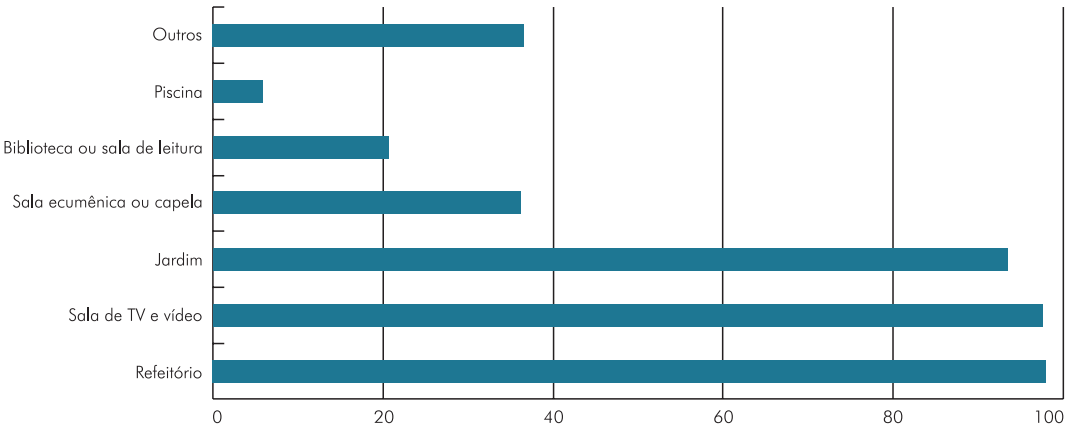
No que se refere aos espaços disponíveis nas ILPIs, o gráfico 5 mostra que refeitório (98,0%) e sala de TV e vídeo (97,6%) são as áreas mais encontradas nas instituições, seguindo-se jardim, encontrado em 93,6% delas. Além desses espaços, os residentes têm acesso a sala ecumênica ou capela (36,1%), biblioteca ou sala de leitura (20,6%) e piscina (5,7%). Outros espaços foram citados por 36,5% das instituições, como, por exemplo, hortas, salão de festas, sala de jogos, sala de fisioterapia, sala para atendimento médico, entre outros. Declararam possuir acomodações para cuidadores, 48,3% das instituições.

TABELA 1
Rio Grande do Sul: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008

	Área física total em m²	Área construída em m²
Média	7.193,07	994,59
Mínimo	220,00	80,00
Máximo	100.000,00	10.521,77
Instituições respondentes	221	233

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

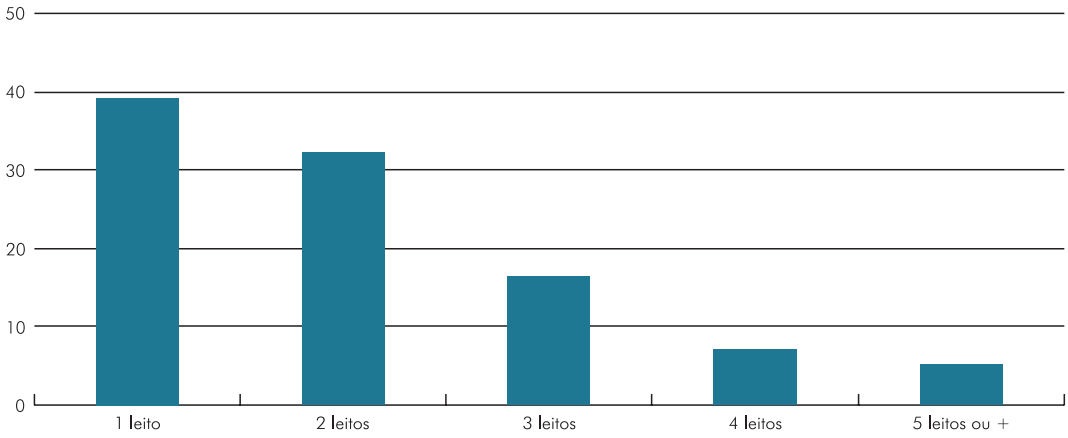
GRÁFICO 5 **Rio Grande do Sul: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo os espaços existentes – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Quanto à distribuição de leitos, como podemos observar no gráfico 6, predominam os quartos com apenas um leito (39,2%), seguidos de quartos com dois (32,3%). Ou seja, em quase 2/3 do total de quartos encontram-se no máximo dois leitos. Apenas 5,2% dos quartos das instituições possuem cinco leitos ou mais, estando em desacordo com a Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

GRÁFICO 6 **Rio Grande do Sul: distribuição proporcional dos quartos nas instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007-2008**

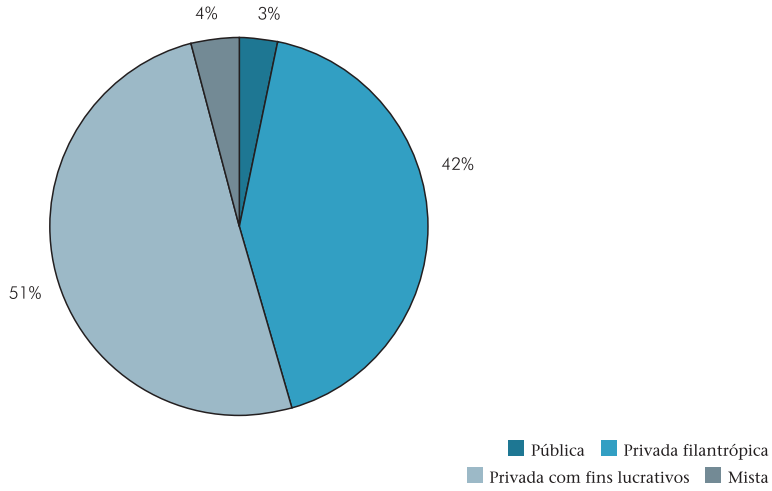


Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4.3 - NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES

No Rio Grande do Sul, predominam as instituições privadas com fins lucrativos; são responsáveis por 50,5% das instituições respondentes, seguidas das instituições privadas filantrópicas (42,0%), aí incluídas as leigas ou religiosas. As participações das instituições mistas e públicas no total são de 4,1% e 3,4%, respectivamente (ver gráfico 7). Quando

GRÁFICO 7 **Rio Grande do Sul: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

consideramos apenas a capital, observamos um predomínio ainda maior das instituições privadas com fins lucrativos; estas respondem por 82,1% do total de instituições aí localizadas. As outras 17,9% são instituições privadas filantrópicas, leigas ou religiosas (ver tabela 2).

Considerando o ano de início de funcionamento das ILPIs, mostrado na tabela 3, percebe-se que entre as que estão em funcionamento atualmente 25,6% iniciaram suas atividades antes de 1979. Na década de 1980, observa-se o surgimento de 10,7% das ILPIs existentes hoje. A partir daí, houve expressivos aumentos: 25,9% das instituições foram inauguradas nos anos 1990 e 37,9% no período 2000-2007. Esse aumento na oferta de ILPIs pode estar relacionado ao aumento da demanda por essa modalidade de cuidado devido às transformações demográficas mencionadas na primeira seção deste capítulo. Salienta-se que esses dados referem-se às instituições em funcionamento no momento da pesquisa, não se tendo informações a respeito daquelas que fecharam nesse período de tempo.

As instituições que possuem convênios ou parcerias respondem por 52,6% das respondentes. Dentre as parcerias, destacam-se as realizadas com prefeituras (43,8%), na forma de repasses financeiros, e em segundo lugar com associações leigas – como Rotary, Lions Club etc. – que chegam a 36,9%. Quando se observa a existência de parcerias pela natureza da instituição, as privadas com fins lucrativos são as que menos

TABELA 2
Porto Alegre: número e distribuição proporcional de instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008

Natureza da instituição	N	%
Pública	0	0,0
Privada filantrópica	20	17,9
Privada com fins lucrativos	92	82,1
Mista	0	0,0
Total	112	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 3
Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional de instituições de longa permanência por ano de início de funcionamento – 2007-2008

Ano	Número	%
Até 1939	15	4,9
Entre 1940 e 1959	36	11,7
Entre 1960 e 1979	28	9,1
Entre 1980 e 1989	33	10,7
Entre 1990 e 1999	80	25,9
Entre 2000 e 2007	117	37,9
Total de respondentes	309	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

realizam convênios (24,0%), enquanto 81,8% das públicas declaram ter parcerias, bem como 79,2% das privadas de caráter filantrópico. Estas realizam mais parcerias com prefeituras na forma de repasses financeiros e com associações leigas. Já as instituições com fins lucrativos citaram prefeituras (outras formas de auxílio), farmácias e associações religiosas.

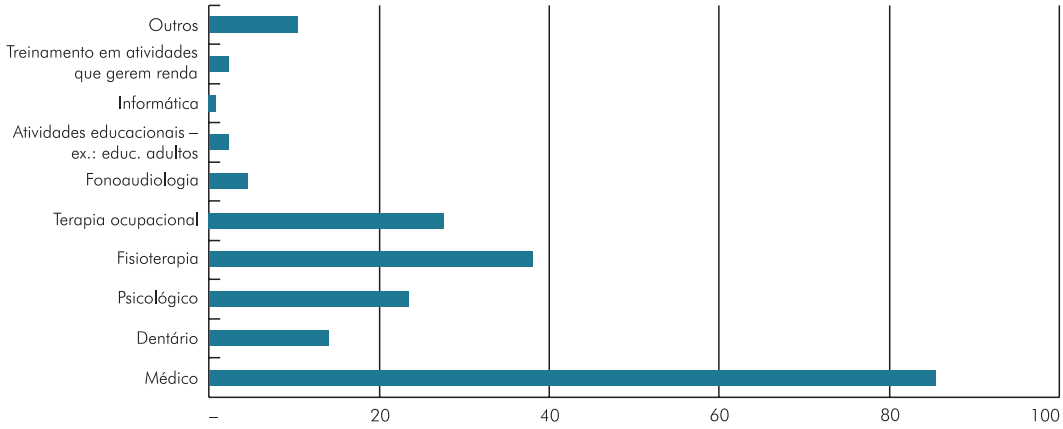
Os regimes de funcionamento aberto e semi-aberto foram os predominantes, citados por 39,1% e 38,8%, respectivamente, das instituições. Isto sugere um cenário facilitador do relacionamento entre residentes e familiares tanto dentro quanto fora das instituições. Já 22,1% delas disseram possuir regime de funcionamento fechado.

4.4 - SERVIÇOS OFERECIDOS

Serviços médicos próprios são encontrados em 85,5% das ILPIs respondentes. O segundo serviço mais oferecido é a fisioterapia, em 38,0%. Também foram citados serviços de terapia ocupacional e atendimento psicológico com 27,6% e 23,5%, respectivamente. Treinamento em atividades que gerem renda, atividades educacionais e informática foram os serviços oferecidos menos citados (ver gráfico 8).

Além dos serviços de saúde próprios (53,9%) cerca de 85% das instituições respondentes declararam contar com os serviços da rede Sistema Único de Saúde (SUS) e 53,2% com atendimento da rede privada. Além disso, 22,0% das instituições respondentes disseram receber a visita do Programa de Saúde da Família e 33,6% visitas da Pastoral da Pessoa Idosa.

GRÁFICO 8 **Rio Grande do Sul: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço oferecido – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

4.5 - GASTOS

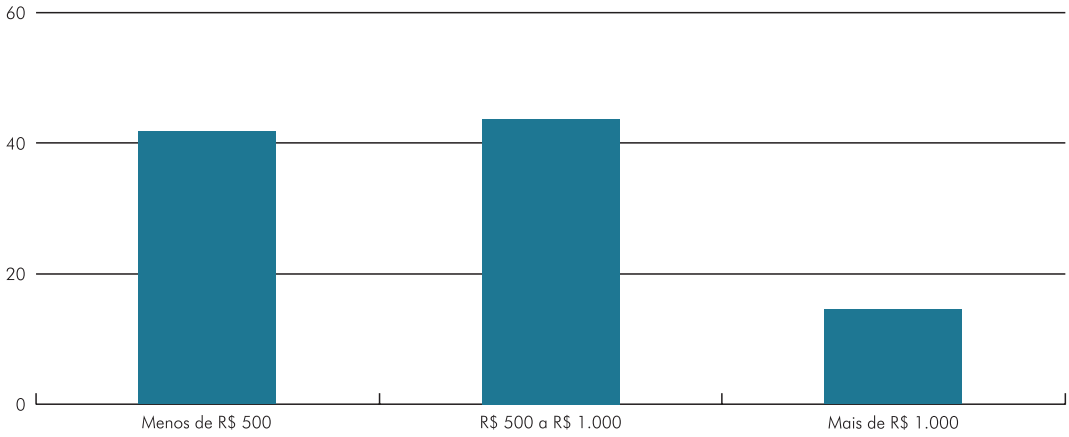
As instituições declararam ter um gasto médio mensal de R$ 18.942,32, sendo o gasto médio por residente de R$ 653,95. A tabela 4 mostra que a variabilidade desse gasto é muito grande. No gráfico 9, pode-se observar que 43,7% das instituições reportaram ter um gasto *per capita* entre R$ 500,00 e R$1.000,00 e 41,8% de menos de R$ 500,00 por residente. Apenas 14,6% gastam mais de R$ 1.000,00 ao mês por residente.

TABELA 4
Rio Grande do Sul: relação gastos por residente nas instituições de longa permanência – 2007-2008

Custos por residente	Em R$
Médio	653,95
Mínimo	161,43
Máximo	3.022,22
Desvio-padrão	391,87

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número total de ILPIs que declarou informações sobre os gastos foi de 261.

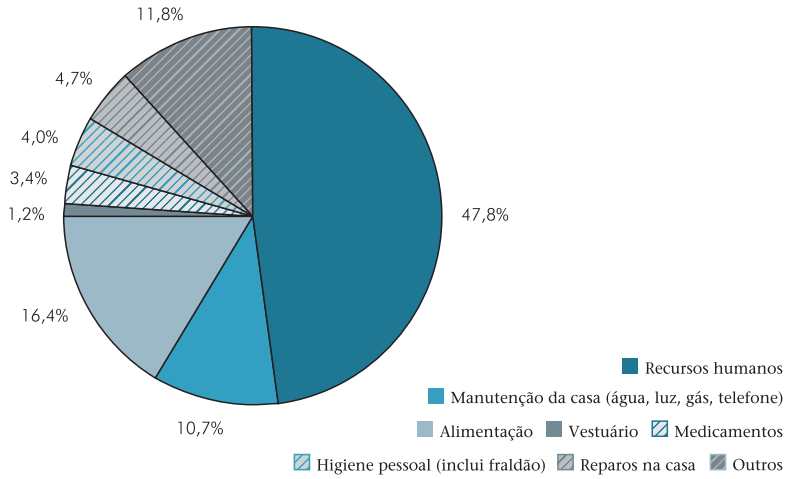
GRÁFICO 9 **Rio Grande do Sul: distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o gasto mensal *per capita* – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

As maiores despesas são com os recursos humanos, que correspondem a 47,8%. Foram citados, também, gastos com: alimentação, 16,4%; manutenção da casa, 10,7% (água, luz, gás, telefone); higiene pessoal, 4,0%; e gastos com medicamentos e vestuário, 3,4% e 1,2%, respectivamente. Outros gastos foram citados por 11,8% das instituições, o que inclui aluguel e gasolina, entre outros. Como foram considerados apenas gastos monetários, gastos com alimentação, vestuário, manutenção da casa e outros ficam subestimados, pois muitas instituições, em especial as filantrópicas, recebem doações de alimentos, vestuário, produtos de higiene pessoal, além das isenções de taxas, contribuições patronais etc.

GRÁFICO 10 **Rio Grande do Sul: composição percentual dos gastos das instituições de longa permanência – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

5 - RECURSOS DISPONÍVEIS

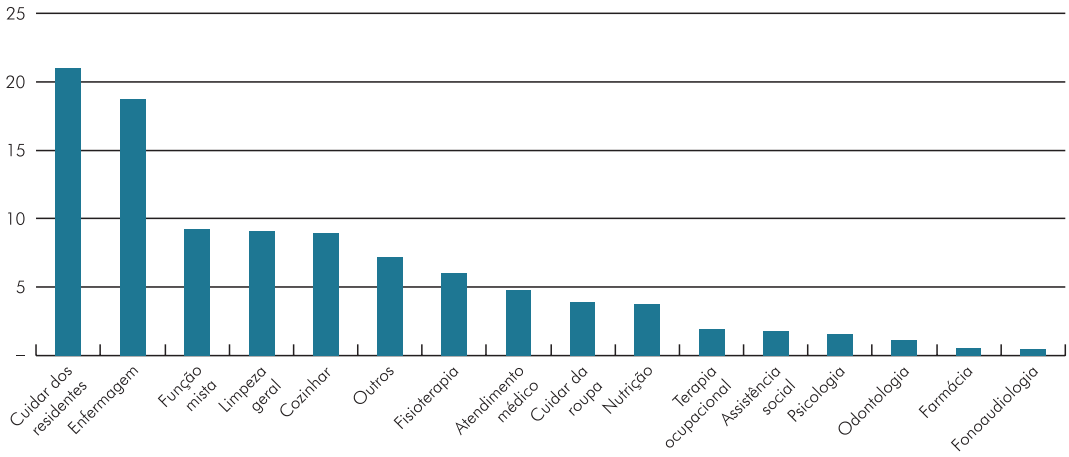
5.1 - RECURSOS HUMANOS

O quadro de funcionários das ILPIs do Rio Grande do Sul é majoritariamente composto por funcionários assalariados, sendo esta parcela responsável por 81,0% da força de trabalho das instituições. Também é significativa a parcela de trabalhadores voluntários, que respondem por 17,0% dos recursos humanos. Estes trabalham em 43,9% das instituições e 82,1% delas têm esses funcionários atuando regularmente. Complementam o quadro funcional os trabalhadores cedidos por outros órgãos, que representam 2,2% do total de funcionários.

O gráfico 11 mostra que as funções de cuidar dos residentes e a de enfermagem são as que ocupam a maior parcela dos funcionários das ILPIs, absorvendo, respectivamente, 21,0% e 18,7% dos recursos humanos. Trabalhadores que executam funções mistas respondem por 9,2% dos trabalhadores, sendo que a sua rotina geralmente abrange as tarefas de cuidar dos idosos, cuidar da roupa, limpeza geral, trabalho de cozinha e serviços gerais. Outros trabalhadores exercem funções ligadas aos cuidados da casa, como limpeza geral (9,1%) e cozinhar (9,0%). A função de cuidar da roupa ocupa 3,9% dos funcionários. Complementam o quadro de funcionários das instituições de longa permanência profissionais especializados na área de saúde e que, em geral, passam menos tempo na instituição. Entre eles, citam-se os fisioterapeutas 6,0%; médicos, 4,8%; e nutricionistas, 3,8%. Em menor proporção encontram-se os profissionais de terapia ocupacional, assistência social, psicologia e odontologia (responsáveis por 1,9%, 1,8%, 1,5% e 1,1%, respectivamente, do total de funcionários) e, por fim, os de farmácia e fonoaudiologia (ambos com 0,5%). Outras funções englobam 7,1% do pessoal ocupado.

Uma forma de aferir o nível de atenção ofertado aos residentes é observar a razão entre o número de residentes e o número de funcionários das instituições do estado. Divide-se o número total de residentes das ILPIs pelo número total de trabalhadores por

GRÁFICO 11 **Rio Grande do Sul: distribuição percentual do quadro de funcionários das instituições de longa permanência por tipo de função – 2007-2008**

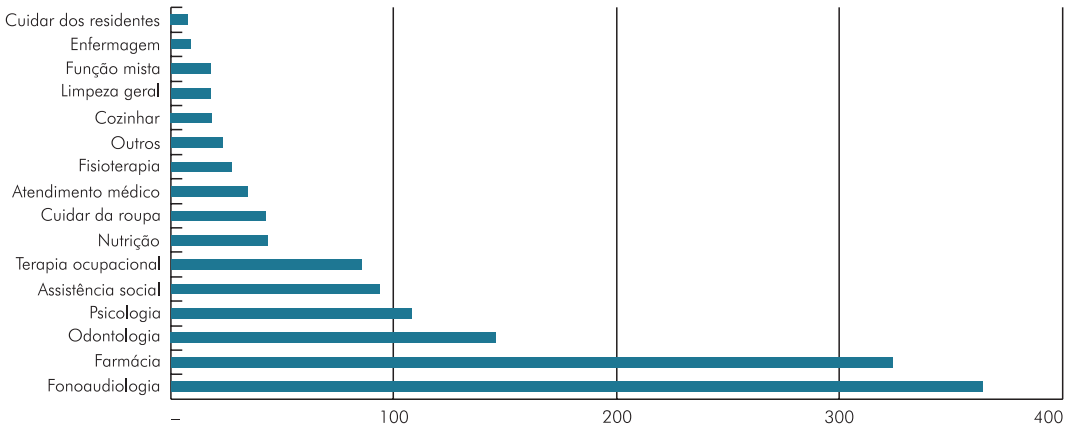


Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

função. Entre as funções mais representativas em termos absolutos, com mais funcionários, verifica-se uma razão residente/funcionário menor, enquanto as funções com menos trabalhadores, ou seja, menor poder de atendimento à demanda dos residentes, assume valor maior (gráfico 12).

Para cada cuidador no estado, existem aproximadamente 8 residentes. Chama-se a atenção para o fato de que esse indicador não leva em conta a carga horária do funcionário e nem o grau de dependência do idoso, mas tão-somente avalia a relação entre número absoluto de residentes em relação aos funcionários por função. Por exemplo, assumindo-se uma carga horária diária, sem o estabelecimento de nenhuma folga, pode-se dizer que a relação residente por cuidador passa para 16. Sabe-se que uma sobrecarga de trabalho para o cuidador pode contribuir como elemento para desencadear atos

GRÁFICO 12 **Rio Grande do Sul: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de residentes por funcionário é o quociente entre o número de residentes e o número de funcionários assalariados segundo a sua função.

de violência contra o residente, em especial aos mais idosos e em piores condições de saúde. Nesse sentido o indicador poderia ajudar a avaliar se a proporção de 1 cuidador para cada 8 residentes no estado é satisfatória ou não.

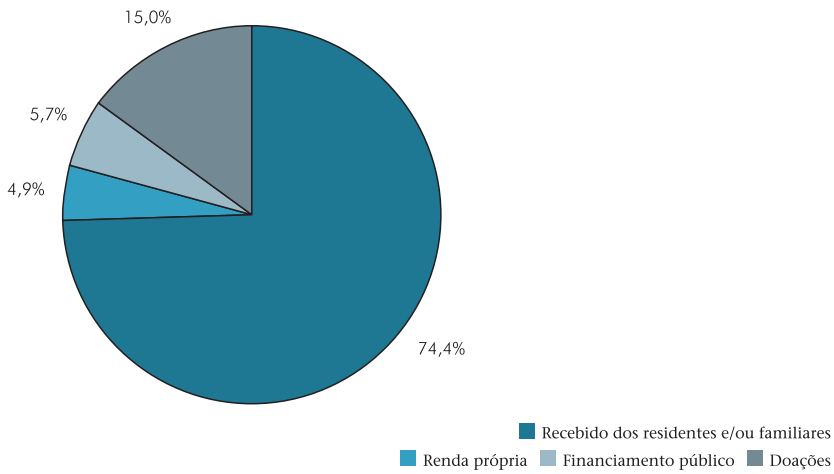
As funções que apresentam índices mais desfavoráveis ao acompanhamento da população residente são fonoaudiologia (1 profissional para 364 residentes) e farmácia (1 profissional para 323 residentes). No caso dos profissionais de atendimento médico, a razão atinge 1 para 34 residentes; fisioterapia, 1 para 27; e enfermagem, 1 para 9 residentes. Agregando-se todos os funcionários, temos uma proporção de 1 trabalhador para 1,7 residente.

5.2 - FONTES DE FINANCIAMENTO

No que diz respeito às fontes que garantem o financiamento das instituições, verificou-se que a maior parte delas (74,4%) é recebida dos residentes. A partir das declarações de 299 instituições, verificou-se que 77,3% afirmaram que solicitam aos residentes uma contribuição regular em dinheiro para poderem manter os estabelecimentos. Entre estas instituições encontram-se aquelas com fins lucrativos e as filantrópicas – estas, em geral, solicitam valores mais modestos. Os valores recebidos de cada residente oscilaram entre R$ 100,00 e R$ 3.560,00, sendo que o valor médio foi de R$ 779,14.

A segunda principal fonte de renda são as doações – oriundas da comunidade, doações espontâneas de familiares de residentes, igrejas ou organizações não-governamentais (ONGs) – que respondem por 15,0% do total. Verbas destinadas às ILPIs pelo poder público respondem por somente 5,7% da renda total e, por fim, completam o financiamento das ILPIs a própria renda das instituições através de fundações mantenedoras, sociedades beneficentes, clubes. Estas respondem por 4,9% da renda total. Salienta-se que 46,5% das instituições auxiliam os idosos a adquirirem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

GRÁFICO 13 **Rio Grande do Sul: composição percentual das fontes de financiamento das instituições de longa permanência – 2007-2008**



Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Anexo

Índice de Tabelas

REGIÃO SUL

SUL

1 Sul: número de instituições de longa permanência identificadas e respondentes por unidade da federação – 2007-2008 A1

2 Sul: população do estado e de residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade A1

3 Sul: população residente nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007-2008 A1

4 Sul: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008 A2

5 Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência pelos espaços existentes declarados – 2007-2008 A2

6 Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a existência de acomodações específicas para os cuidadores – 2007-2008 A2

7 Sul: número e distribuição proporcional dos quartos das instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007-2008 A3

8 Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007-2008 A3

9 Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência por ano de início de funcionamento – 2007-2008 A3

10 Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008 A4

11 Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o regime de funcionamento – 2007-2008 A4

12 Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a escolaridade do diretor – 2007-2008 A4

13 Sul: número e proporção das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço próprio oferecido – 2007-2008 A5

14 Sul: número e proporção das instituições de longa permanência segundo a natureza dos serviços de saúde oferecidos – 2007-2008 A5

15 Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo o gasto mensal *per capita* – 2007-2008 A5

16 Sul: gasto por residente nas instituições de longa permanência – 2007-2008 A6

17 Sul: composição do gasto mensal das instituições de longa permanência segundo o tipo de despesa – 2007-2008 A6

18 Sul: estatísticas dos gastos mensais (em reais) – 2007-2008 A6

19 Sul: número e distribuição proporcional dos funcionários segundo a sua condição – 2007-2008 A7

20 Sul: número de funcionários das instituições de longa permanência por tipo de vínculo segundo a função – 2007-2008 A7

21 Sul: número e distribuição percentual dos funcionários das instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008 A8

22 Sul: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008 A9

23 Sul: número e proporção de instituições de longa permanência segundo a atuação do profissional voluntário (esporádica *versus* regular) – 2007-2008 A9

24 Sul: número e distribuição proporcional dos cuidadores segundo a sua condição – 2007-2008 A10

25 Sul: composição do financiamento das instituições de longa permanência segundo a fonte – 2007-2008 A10

26 Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo a existência de convênio ou parceria – 2007-2008 A10

27 Sul: número de instituições de longa permanência segundo os responsáveis pela internação do idoso – 2007-2008 A11

28 Sul: número de instituições de longa permanência segundo o recebimento (ou não) de contribuições dos idosos e/ou de seus familiares e sua periodicidade – 2007-2008 A11

29 Sul: estatísticas do valor das contribuições regulares – 2007-2008 A11

30 Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional que ajudam os idosos a receberem o benefício da assistência social – 2007-2008 A12

31 Sul: número e distribuição proporcional das instituições que recebem a visita do Programa da Saúde da Família ou da Pastoral da Pessoa Idosa – 2007-2008 A12

PARANÁ

1 Paraná: número de instituições de longa permanência identificadas e respondentes por município – 2007-2008 A13

2 Paraná: população do estado e de residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade – 2007-2008 A17

3 Paraná: população residente nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007-2008 A18

4 Paraná: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008 A18

5 Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência pelos espaços existentes declarados – 2007-2008 A18

6 Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a existência de acomodações específicas para os cuidadores – 2007-2008 A18

7 Paraná: número e distribuição proporcional dos quartos das instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007-2008 A19

8 Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007-2008 A19

9 Paraná: número e distribuição proporcional de instituições de longa permanência por ano de início de funcionamento – 2007-2008 A19

10 Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008 A20

11 Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o regime de funcionamento – 2007-2008 A20

12 Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a escolaridade do diretor – 2007-2008 A20

13 Paraná: número e proporção das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço oferecido – 2007-2008 A21

14 Paraná: número e proporção das instituições de longa permanência segundo a natureza dos serviços de saúde oferecidos – 2007-2008 A21

15 Paraná: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo o gasto mensal *per capita* – 2007-2008 A21

16 Paraná: gasto mensal por residente nas instituições de longa permanência – 2007-2008 A22

17 Paraná: composição do gasto mensal das instituições de longa permanência segundo o tipo de despesa – 2007-2008 A22

18 Paraná: estatísticas dos gastos mensais (em reais) – 2007-2008 A22

19 Paraná: número e distribuição proporcional dos funcionários segundo a sua condição – 2007-2008 A23

20 Paraná: número de funcionários das instituições de longa permanência por tipo de vínculo segundo a função – 2007-2008 A23

21 Paraná: número e distribuição percentual dos funcionários das instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008 A24

22 Paraná: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008 A25

23 Paraná: número e proporção de instituições de longa permanência segundo a atuação do profissional voluntário (esporádica *versus* regular) – 2007-2008 A25

24 Paraná: número e distribuição proporcional dos cuidadores segundo a sua condição – 2007-2008 A26

25 Paraná: composição do financiamento das instituições de longa permanência segundo a fonte – 2007-2008 A26

26 Paraná: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo a existência de convênio ou parceria – 2007-2008 A26

27 Paraná: número de instituições de longa permanência segundo os responsáveis pela internação do idoso – 2007-2008 A27

28 Paraná: número de instituições de longa permanência segundo o recebimento (ou não) de contribuições dos idosos e/ou de seus familiares e sua periodicidade – 2007-2008 A27

29 Paraná: estatísticas do valor das contribuições recebidas regularmente – 2007-2008 A27

30 Paraná: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional que ajudam os idosos a receberem o benefício da assistência social – 2007-2008 A28

31 Paraná: número e distribuição proporcional das instituições que recebem a visita do Programa da Saúde da Família ou da Pastoral da Pessoa Idosa – 2007-2008 A28

SANTA CATARINA

1 Santa Catarina: número de instituições de longa permanência identificadas e respondentes por município – 2007-2008 A29

2 Santa Catarina: população do estado e de residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade – 2007-2008 A30

3 Santa Catarina: população residente nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007-2008 A30

4 Santa Catarina: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008 A31

5 Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência pelos espaços existentes declarados – 2007-2008 A31

6 Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a existência de acomodações específicas para os cuidadores – 2007-2008 A31

7 Santa Catarina: número e distribuição proporcional dos quartos das instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007-2008 A32

8 Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007-2008 A32

9 Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência por ano de início de funcionamento – 2007-2008 A32

10 Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008 A33

11 Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o regime de funcionamento – 2007-2008 A33

12 Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a escolaridade do diretor – 2007-2008 A33

13 Santa Catarina: número e proporção das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço próprio oferecido – 2007-2008 A34

14 Santa Catarina: número e proporção das instituições de longa permanência segundo a natureza dos serviços de saúde oferecidos – 2007-2008 A34

15 Santa Catarina: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo o gasto mensal *per capita* – 2007-2008 A34

16 Santa Catarina: gasto por residente nas instituições de longa permanência – 2007-2008 A35

17 Santa Catarina: composição do gasto mensal das instituições de longa permanência segundo o tipo de despesa – 2007-2008 A35

18 Santa Catarina: estatísticas dos gastos mensais (em reais) – 2007-2008 A35

19 Santa Catarina: número e distribuição proporcional dos funcionários segundo a sua condição – 2007-2008 A36

20 Santa Catarina: número de funcionários das instituições de longa permanência por tipo de vínculo segundo a função – 2007-2008 A36

21 Santa Catarina: número e distribuição percentual dos funcionários das instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008 A37

22 Santa Catarina: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008 A38

23 Santa Catarina: número e proporção de instituições de longa permanência segundo a atuação do profissional voluntário (esporádica *versus* regular) – 2007-2008 A38

24 Santa Catarina: número e distribuição proporcional dos cuidadores segundo a sua condição – 2007-2008 A39

25 Santa Catarina: composição do financiamento das instituições de longa permanência segundo a fonte – 2007-2008 A39

26 Santa Catarina: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo a existência de convênio ou parceria – 2007-2008 A39

27 Santa Catarina: número de instituições de longa permanência segundo os responsáveis pela internação do idoso – 2007-2008 A40

28 Santa Catarina: número de instituições de longa permanência segundo o recebimento (ou não) de contribuições dos idosos e/ou de seus familiares e sua periodicidade – 2007-2008 A40

29 Santa Catarina: estatísticas do valor das contribuições recebidas regularmente – 2007-2008 A40

30 Santa Catarina: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional que ajudam os idosos a receberem o benefício da assistência social – 2007-2008 A41

31 Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições que recebem a visita do Programa da Saúde da Família ou da Pastoral da Pessoa Idosa – 2007-2008 A41

RIO GRANDE DO SUL

1 Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência identificadas e respondentes por município – 2007-2008 A43

2 Rio Grande do Sul: população do estado e de residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade A46

3 Rio Grande do Sul: população residente nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007-2008 A46

4 Rio Grande do Sul: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008 A47

5 Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência pelos espaços existentes declarados – 2007-2008 A47

6 Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a existência de acomodações específicas para os cuidadores – 2007-2008 A47

7 Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional dos quartos das instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007-2008 A48

8 Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007-2008 A48

9 Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência por ano de início de funcionamento – 2007-2008 A48

10 Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008 A49

11 Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o regime de funcionamento – 2007-2008 A49

12 Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a escolaridade do diretor – 2007-2008 A49

13 Rio Grande do Sul: número e proporção das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço próprio oferecido – 2007-2008 A50

14 Rio Grande do Sul: número e proporção das instituições de longa permanência segundo a natureza dos serviços de saúde próprio oferecidos – 2007-2008 A50

15 Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo o gasto mensal *per capita* – 2007-2008 A50

16 Rio Grande do Sul: gasto por residente nas instituições de longa permanência – 2007-2008 A51

17 Rio Grande do Sul: composição do gasto mensal das instituições de longa permanência segundo o tipo de despesa – 2007-2008 A51

18 Rio Grande do Sul: estatísticas dos gastos mensais (em reais) – 2007-2008 A51

19 Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional dos funcionários segundo a sua condição – 2007-2008 A52

20 Rio Grande do Sul: número de funcionários das instituições de longa permanência por tipo de vínculo segundo a função – 2007-2008 A52

21 Rio Grande do Sul: número e distribuição percentual dos funcionários das instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008 A53

22 Rio Grande do Sul: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008 A54

23 Rio Grande do Sul: número e proporção de instituições de longa permanência segundo a atuação do profissional voluntário (esporádica *versus* regular) – 2007-2008 A54

24 Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional dos cuidadores segundo a sua condição – 2007-2008 A55

25 Rio Grande do Sul: composição do financiamento das instituições de longa permanência segundo a fonte – 2007-2008 A55

26 Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo a existência de convênio ou parceria – 2007-2008 A55

27 Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência segundo os responsáveis pela internação do idoso – 2007-2008 A56

28 Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência segundo o recebimento (ou não) de contribuições dos idosos e/ou de seus familiares e sua periodicidade – 2007-2008 A56

29 Rio Grande do Sul: estatísticas do valor das contribuições recebidas regularmente – 2007-2008 A56

30 Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional que ajudam os idosos a receberem o benefício da assistência social – 2007-2008 A57

31 Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições que recebem a visita do Programa da Saúde da Família ou da Pastoral da Pessoa Idosa – 2007-2008 A57

TABELA 1

Sul: número de instituições de longa permanência identificadas e respondentes por unidade da federação – 2007-2008

UF	Identificadas em funcionamento	Respondentes	Taxa de resposta (%)
Paraná	251	248	98,8
Santa Catarina	96	96	100,0
Rio Grande do Sul	346	319	92,2
Sul	693	663	95,7

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 2

Sul: população do estado e de residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade

	População (2007)[a]			Residentes nas ILPIs (2007-2008)[b]		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
< 60	12.534.476	12.607.225	25.141.701	1.094	1.189	2.283
60 a 64	382.245	425.143	807.388	907	746	1.653
65 a 69	291.118	346.650	637.768	1.058	1.024	2.082
70 a 74	208.954	265.351	474.305	1.171	1.332	2.503
75 a 79	125.431	173.479	298.910	1.090	1.643	2.733
80 e +	105.152	176.194	281.346	1.676	4.775	6.451
Ignorada	-	-	-	323	550	945
Total	13.647.376	13.994.042	27.641.418	7.319	11.259	18.650

Fontes: [a] Estimativas dos totais populacionais realizadas pelo IBGE e estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus.

[b] Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 661.

TABELA 3

Sul: população residente nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007-2008

	Independentes	Semidependentes	Dependentes	Total
Homens	2.913	2.017	1.969	6.899
Mulheres	3.687	3.338	3.399	10.424
Total	6.600	5.355	5.368	17.323

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 661.

TABELA 4
Sul: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008

	Área física total (m²)	Área construída (m²)
Média	7.069,85	1.121,66
Mínima	192,00	71,50
Máxima	100.000,00	31.146,00
Instituições respondentes	505	531

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 5
Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência pelos espaços existentes declarados – 2007-2008

Espaços	Número	%
Refeitório	619	97,5
Sala de TV e vídeo	611	96,2
Jardim	568	89,4
Sala ecumênica ou capela	287	45,2
Biblioteca ou sala de leitura	127	20,0
Piscina	37	5,8
Outras	307	48,3

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 635.

TABELA 6
Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a existência de acomodações específicas para os cuidadores – 2007-2008

	Número	%
Possui	282	44,9
Não possui	346	55,1
Total de respondentes	628	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 7

Sul: número e distribuição proporcional dos quartos das instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007-2008

Leitos por quarto	Número	%
1	3.457	37,7
2	3.247	35,5
3	1.328	14,5
4	678	7,4
5 e +	449	4,9
Total de quartos	9.159	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 645.

TABELA 8

Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007-2008

Residentes	Número	%
Até 10	91	13,7
De 11 a 20	227	34,3
De 21 a 30	142	21,5
De 31 a 50	123	18,6
Acima de 50	79	11,9
Total de respondentes	662	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 9

Sul: número e distribuição proporcional de instituições de longa permanência por ano de início de funcionamento – 2007-2008

Ano	Número	%
Até 1939	28	4,4
Entre 1940 e 1959	59	9,2
Entre 1960 e 1979	87	13,6
Entre 1980 e 1989	96	15,0
Entre 1990 e 1999	169	26,3
Entre 2000 e 2007	203	31,6
Total de respondentes	642	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 10
Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008

Natureza	Número	%
Privada filantrópica	344	51,9
Pública	26	3,9
Privada com fins lucrativos	273	41,2
Mista	20	3,0
Total de respondentes	663	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 11
Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o regime de funcionamento – 2007-2008

Regime de funcionamento	Número	%
Aberto	231	35,6
Semi-aberto	264	40,7
Fechado	154	23,7
Total de respondentes	649	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 12
Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a escolaridade do diretor – 2007-2008

Último curso concluído	Número	%
Sem escolaridade	1	0,2
Ensino fundamental incompleto	49	7,8
Ensino fundamental completo	66	10,5
Ensino médio completo	266	42,3
Ensino superior completo	203	32,3
Pós-graduação	44	7,0
Total de respondentes	629	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 13

Sul: número e proporção das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço próprio oferecido – 2007-2008

Serviço	Número	%
Médico	333	76,0
Dentário	51	11,6
Psicológico	95	21,7
Fisioterapia	216	49,3
Terapia ocupacional	130	29,7
Fonoaudiologia	24	5,5
Atividades educacionais – ex.: educ. adultos	31	7,1
Informática	2	0,5
Treinamento em atividades que gerem renda	9	2,1
Outros	54	12,3

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número total de ILPIs respondentes foi de 438.

TABELA 14

Sul: número e proporção das instituições de longa permanência segundo a natureza dos serviços de saúde oferecidos – 2007-2008

Natureza	Número	%
Próprio	265	41,6
Privado	313	49,1
Rede SUS	559	87,8
Pastoral da Pessoa Idosa	18	2,8
Outros	27	4,2

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 637.

TABELA 15

Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo o gasto mensal *per capita* – 2007-2008

Classes de gastos (R$)	Número	%
Menos de 500	264	46,6
500 a 1.000	223	39,3
Mais de 1.000	80	14,1
Total de respondentes	567	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 16
Sul: gasto por residente nas instituições de longa permanência – 2007-2008

Gastos por residente	R$
Médio	636,19
Mínimo	100,00
Máximo	3.022,22
Desvio-padrão	398,49

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 567.

TABELA 17
Sul: composição do gasto mensal das instituições de longa permanência segundo o tipo de despesa – 2007-2008

Tipo de despesa	Valor (R$)	%	Instituições respondentes
Recursos humanos	4.933.242,08	48,95	555
Manutenção da casa: água, luz, gás, telefone	1.075.532,18	10,67	556
Alimentação	1.652.991,39	16,40	556
Vestuário	131.292,76	1,30	556
Medicamentos	382.538,38	3,80	557
Higiene pessoal (inclui fraldão)	435.655,11	4,32	556
Reparos na casa	430.820,38	4,27	555
Outros	1.036.265,91	10,28	558
Gasto total mensal declarado	10.547.734,89	-	568

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: A soma das despesas informadas não totaliza o gasto total declarado pela ILPI.

TABELA 18
Sul: estatísticas dos gastos mensais (em reais) – 2007-2008

Gastos mensais	Média	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão	Instituições respondentes
Recursos humanos	8.888,72	200,00	105.330,00	12.370,50	555
Manutenção da casa	1.934,41	64,00	30.000,00	2.700,13	556
Alimentação	2.973,01	100,00	80.000,00	4.413,48	556
Vestuário	236,14	50,00	15.300,00	803,51	556
Medicamentos	686,78	37,50	18.677,00	1.533,29	557
Higiene pessoal (inclui fraldão)	783,55	43,65	18.000,00	1.646,08	556
Reparos na casa	776,25	42,00	24.286,00	1.690,24	555
Outros	1.857,00	25,00	51.000,00	4.064,00	558
Gasto total mensal declarado	18.569,96	600,00	192.000,00	23.316,92	568

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: Para o cálculo das estatísticas de gasto mínimo foram considerados os valores maiores que zero.

TABELA 19

Sul: número e distribuição proporcional dos funcionários segundo a sua condição – 2007-2008

Condição	Número	%
Assalariado	8.719	78,8
Voluntário	2.001	18,1
Cedido	348	3,1
Total de funcionários	11.068	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 650.

TABELA 20

Sul: número de funcionários das instituições de longa permanência por tipo de vínculo segundo a função – 2007-2008

Função	Assalariados	Voluntários	Cedidos	Total
Cuidar dos residentes	1.885	243	46	2.174
Enfermagem	1.619	135	65	1.819
Cozinhar	989	36	20	1.045
Nutrição	264	86	18	368
Limpeza geral	1.021	29	19	1.069
Cuidar da roupa	538	19	11	568
Assistência social	99	65	18	182
Psicologia	86	88	8	182
Fisioterapia	213	374	26	613
Terapia ocupacional	97	122	10	229
Farmácia	27	32	6	65
Atendimento médico	283	185	46	514
Odontologia	21	89	15	125
Fonoaudiologia	18	34	.	52
Função mista	942	114	26	1.082
Outras	617	350	14	981
Total de funcionários	8.719	2.001	348	11.068

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 650.

TABELA 21
Sul: número e distribuição percentual dos funcionários das instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008

Função	Número	%
Cuidar dos residentes	2.174	19,6
Enfermagem	1.819	16,4
Cozinhar	1.045	9,4
Nutrição	368	3,3
Limpeza geral	1.069	9,7
Cuidar da roupa	568	5,1
Assistência social	182	1,6
Psicologia	182	1,6
Fisioterapia	613	5,5
Terapia ocupacional	229	2,1
Farmácia	65	0,6
Atendimento médico	514	4,6
Odontologia	125	1,1
Fonoaudiologia	52	0,5
Função mista	1.082	9,8
Outras	981	8,9
Total de funcionários	11.068	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 650.

TABELA 22

Sul: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008

Tipo de função	Número de residentes por funcionário[a]
Cuidar dos residentes	9
Enfermagem	10
Cozinhar	18
Nutrição	50
Limpeza geral	17
Cuidar da roupa	33
Assistência social	102
Psicologia	102
Fisioterapia	30
Terapia ocupacional	81
Farmácia	286
Atendimento médico	36
Odontologia	149
Fonoaudiologia	357
Função mista	17
Outras	19

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 650.

[a] É o quociente entre o número de residentes e o número total de funcionários segundo a sua função.

TABELA 23

Sul: número e proporção de instituições de longa permanência segundo a atuação do profissional voluntário (esporádica *versus* regular) – 2007-2008

Condição dos funcionários	Número de instituições	%
Esporádica	136	20,5
Regular	265	40,0
Instituições que contam com voluntários	321	48,4
Total de instituições	663	-

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 650.

TABELA 24
Sul: número e distribuição proporcional dos cuidadores segundo a sua condição – 2007-2008

Cuidadores	Número	%
Assalariado	1.885	86,7
Voluntário	243	11,2
Cedido	46	2,1
Total	2128	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 650.

TABELA 25
Sul: composição do financiamento das instituições de longa permanência segundo a fonte – 2007-2008

Fontes	Valor (R$)	Distribuição proporcional	Instituições respondentes
Recebido dos residentes e/ou familiares	7.488.705,80	67,40	575
Renda própria	679.890,21	6,12	587
Financiamento público	1.194.159,70	10,75	586
Doações	1.748.419,68	15,74	582
Total	11.111.175,39	100,00	-

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 26
Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo a existência de convênio ou parceria – 2007-2008

Convênio ou parceria	Número	%
Possui	388	60,3
Não possui	255	39,7
Total	643	100,0
Tipo de parceria		
Prefeitura (repasses financeiros)	191	29,7
Prefeituras (outras formas de auxílio)	124	19,3
Farmácia	39	6,1
Secretarias estaduais	32	5,0
Associações religiosas	47	7,3
Associações leigas (tipo Rotary, Lions Club etc.)	99	15,4
Outras	128	19,9

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 27

Sul: número de instituições de longa permanência segundo os responsáveis pela internação do idoso – 2007-2008

Responsáveis pela internação	Número
O próprio	215
Familiares	562
Órgão público	164
Amigos	308
Igreja	64
Outros	55

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 643.

TABELA 28

Sul: número de instituições de longa permanência segundo o recebimento (ou não) de contribuições dos idosos e/ou de seus familiares e sua periodicidade – 2007-2008

Contribuição	Número
Não solicita contribuição	179
Solicita contribuição pessoal ou da família	450
Periodicidade da contribuição	
Mensal	426
Outras	1
Total de respondentes	629

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 29

Sul: estatísticas do valor das contribuições recebidas regularmente – 2007-2008

Contribuição	R$
Média	711,84
Mínima	25,00
Máxima	3.560,00

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: Das 450 instituições que declararam solicitar contribuição pessoal ou familiar, 410 declararam o valor.

TABELA 30

Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional que ajudam os idosos a receberem o benefício da assistência social – 2007-2008

	Número	%
Sim	368	58,6
Não	260	41,4
Total de respondentes	628	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 31

Sul: número e distribuição proporcional das instituições que recebem a visita do Programa da Saúde da Família ou da Pastoral da Pessoa Idosa – 2007-2008

Recebe a visita	Programa da Saúde da Família		Pastoral da Pessoa Idosa	
	Número	%	Número	%
Sim	248	38,9	195	30,9
Não	389	61,1	437	69,1
Total	637	100,0	632	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 1
Paraná: número de instituições de longa permanência identificadas e respondentes por município – 2007-2008

Município	Identificadas	Recusa	Respondentes
Abatiá	1	0	1
Almirante Tamandaré	2	0	2
Alto Paraíso	1	0	1
Alto Paraná	1	0	1
Alto Piquiri	1	0	1
Altônia	1	0	1
Andirá	1	0	1
Ângulo	1	0	1
Apucarana	1	0	1
Arapongas	1	0	1
Arapoti	1	0	1
Bandeirantes	1	0	1
Barbosa Ferraz	1	0	1
Barra do Jacaré	1	0	1
Bela Vista do Paraíso	1	0	1
Bom Sucesso	1	0	1
Califórnia	1	0	1
Cambará	1	0	1
Campina da Lagoa	1	0	1
Campo Largo	2	0	2
Campo Mourão	1	0	1
Carambeí	2	1	1
Carlópolis	1	0	1
Cascavel	1	0	1
Castro	3	0	3
Catanduvas	1	0	1
Centenário do Sul	1	0	1
Cianorte	1	0	1
Colombo	3	0	3
Colorado	1	0	1
Cornélio Procópio	2	0	2
Coronel Vivida	1	0	1
Curitiba	49	1	48

(continua)

(continuação)

Município	Identificadas	Recusa	Respondentes
Curiúva	1	0	1
Diamante D'Oeste	1	0	1
Faxinal	2	0	2
Fênix	1	0	1
Flórida	1	0	1
Foz do Iguaçu	1	0	1
Francisco Beltrão	1	0	1
Grandes Rios	1	0	1
Guaíra	1	0	1
Guaraci	1	0	1
Guaraniaçu	1	0	1
Guarapuava	1	0	1
Ibaiti	1	0	1
Ibiporã	2	0	2
Icaraíma	1	0	1
Imbituva	1	0	1
Iporã	1	0	1
Irati	1	0	1
Iretama	1	0	1
Itambaracá	1	0	1
Ivaiporã	1	0	1
Jacarezinho	1	0	1
Jaguapitã	1	0	1
Jaguariaíva	1	0	1
Jandaia do Sul	1	0	1
Jataizinho	2	0	2
Joaquim Távora	1	0	1
Kaloré	1	0	1
Lapa	3	0	3
Laranjeiras do Sul	1	0	1
Loanda	1	0	1
Lobato	1	0	1
Londrina	9	1	8
Lupionópolis	1	0	1

(continua)

(continuação)

Município	Identificadas	Recusa	Respondentes
Mamborê	1	0	1
Mandaguaçu	1	0	1
Mandaguari	1	0	1
Mandirituba	1	0	1
Marechal Cândido Rondon	1	0	1
Marialva	1	0	1
Marilândia do Sul	1	0	1
Maringá	11	0	11
Medianeira	1	0	1
Moreira Sales	1	0	1
Morretes	1	0	1
Nova Aurora	1	0	1
Nova Esperança	1	0	1
Nova Santa Rosa	1	0	1
Ortigueira	1	0	1
Palmas	1	0	1
Palmeira	3	0	3
Palotina	1	0	1
Paraíso do Norte	1	0	1
Paranaguá	2	0	2
Paranavaí	2	0	2
Pato Branco	1	0	1
Peabiru	1	0	1
Pérola	2	0	2
Pinhais	4	0	4
Pinhão	1	0	1
Piraí do Sul	1	0	1
Piraquara	4	0	4
Pitanga	1	0	1
Planalto	1	0	1
Ponta Grossa	5	0	5
Porecatu	1	0	1
Porto Amazonas	1	0	1
Porto Vitória	1	0	1

(continua)

(continuação)

Município	Identificadas	Recusa	Respondentes
Primeiro de Maio	1	0	1
Prudentópolis	1	0	1
Quatiguá	1	0	1
Quedas do Iguaçu	1	0	1
Quinta do Sol	1	0	1
Ramilândia	1	0	1
Ribeirão Claro	1	0	1
Ribeirão do Pinhal	1	0	1
Rio Azul	1	0	1
Rio Bom	1	0	1
Rio Branco do Sul	1	0	1
Rio Negro	1	0	1
Rolândia	1	0	1
Roncador	1	0	1
Rosário do Ivaí	1	0	1
Santa Cecília do Pavão	1	0	1
Santa Cruz de Monte Castelo	1	0	1
Santa Fé	1	0	1
Santa Isabel do Ivaí	1	0	1
Santana do Itararé	1	0	1
Santo Antonio da Platina	1	0	1
São Carlos do Ivaí	1	0	1
São João do Ivaí	1	0	1
São Jorge do Ivaí	1	0	1
São José da Boa Vista	1	0	1
São José dos Pinhais	10	0	10
São Miguel do Iguaçu	1	0	1
São Sebastião da Amoreira	1	0	1
Sapopema	1	0	1
Sarandi	1	0	1
Sertaneja	1	0	1
Sertanópolis	1	0	1
Siqueira Campos	1	0	1
Tamarana	1	0	1

(continua)

(continuação)

Município	Identificadas	Recusa	Respondentes
Tapejara	1	0	1
Tapira	1	0	1
Teixeira Soares	1	0	1
Telêmaco Borba	1	0	1
Terra Boa	1	0	1
Terra Rica	1	0	1
Toledo	2	0	2
Ubiratã	1	0	1
Umuarama	1	0	1
União da Vitória	1	0	1
Uraí	1	0	1
Wenceslau Braz	1	0	1
Total	251	3	248

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 2

Paraná: população do estado e de residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade

	População (2007)[a]			Residentes nas ILPIs (2007-2008)[b]		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
< 60	4.795.727	4.845.010	9.640.737	546	536	1.082
60 a 64	140.734	149.144	289.878	486	301	787
65 a 69	106.650	118.743	225.393	547	385	932
70 a 74	76.447	86.811	163.258	590	450	1.040
75 a 79	45.708	54.984	100.692	486	464	950
80 ou +	38.363	53.541	91.904	701	1.132	1.833
Ignorada	-	-	-	100	191	291
Total	5.203.629	5.308.233	10.511.862	3.456	3.459	6.939

Fontes: [a] Estimativas dos totais populacionais realizadas pelo IBGE e estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus.

[b] Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 248.

TABELA 3
Paraná: população residente nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007-2008

	Independentes	Semidependentes	Dependentes	Total
Homens	1.478	975	889	3.342
Mulheres	1.119	1.146	989	3.254
Total	2.597	2.121	1.878	6.596

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 248.

TABELA 4
Paraná: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008

	Área física total (m^2)	Área construída (m^2)
Média	7.186,13	1.146,97
Mínima	240,00	71,50
Máxima	99.825,00	31.146,00
Instituições respondentes	222	228

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 5
Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência pelos espaços existentes declarados – 2007-2008

Espaços	Número	%
Refeitório	238	97,1
Sala de TV e vídeo	232	94,7
Jardim	203	82,9
Sala ecumênica ou capela	130	53,1
Biblioteca ou sala de leitura	37	15,1
Piscina	8	3,3
Outras	156	63,7

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 245.

TABELA 6
Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a existência de acomodações específicas para os cuidadores – 2007-2008

	Número	%
Possui	102	42,1
Não possui	140	57,9
Total de respondentes	242	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 7

Paraná: número e distribuição proporcional dos quartos das instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007-2008

Leitos por quarto	Número	%
1	1.134	33,6
2	1.216	36,0
3	574	17,0
4	260	7,7
5 e +	196	5,8
Total de quartos	3.380	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 245.

TABELA 8

Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007-2008

Residentes	Número	%
Até 10	41	16,5
De 11 a 20	70	28,2
De 21 a 30	61	24,6
De 31 a 50	50	20,2
Acima de 50	26	10,5
Total de respondentes	248	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 9

Paraná: número e distribuição proporcional de instituições de longa permanência por ano de início de funcionamento – 2007-2008

Ano	Número	%
Até 1939	5	2,1
Entre 1940 e 1959	17	7,1
Entre 1960 e 1979	55	22,9
Entre 1980 e 1989	52	21,7
Entre 1990 e 1999	61	25,4
Entre 2000 e 2007	50	20,8
Total de respondentes	240	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 10
Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008

Natureza	Número	%
Privada filantrópica	153	61,7
Pública	15	6,0
Privada com fins lucrativos	75	30,2
Mista	5	2,0
Total de respondentes	248	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 11
Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o regime de funcionamento – 2007-2008

Regime de funcionamento	Número	%
Aberto	76	30,8
Semi-aberto	108	43,7
Fechado	63	25,5
Total de respondentes	247	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 12
Paraná: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a escolaridade do diretor – 2007-2008

Último curso concluído	Número	%
Sem escolaridade	1	0,4
Ensino fundamental incompleto	21	8,9
Ensino fundamental completo	28	11,9
Ensino médio completo	96	40,7
Ensino superior completo	72	30,5
Pós-graduação	18	7,6
Total de respondentes	236	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 13

Paraná: número e proporção das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço próprio oferecido – 2007-2008

Serviço	Número	%
Médico	85	59,0
Dentário	16	11,1
Psicológico	30	20,8
Fisioterapia	92	63,9
Terapia ocupacional	49	34,0
Fonoaudiologia	9	6,3
Atividades educacionais – ex.: educ. adultos	22	15,3
Informática	3	2,1
Treinamento em atividades que gerem renda	4	2,8
Outros	22	15,3

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número total de ILPIs respondentes foi de 144.

TABELA 14

Paraná: número e proporção das instituições de longa permanência segundo a natureza dos serviços de saúde oferecidos – 2007-2008

Natureza	Número	%
Próprio	62	25,2
Privado	112	45,5
Rede SUS	225	91,5
Pastoral da Pessoa Idosa	9	3,7
Outros	6	2,4

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 246.

TABELA 15

Paraná: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo o gasto mensal *per capita* – 2007-2008

Classes de gastos (R$)	Número	%
Menos de 500	133	58,3
500 a 1.000	71	31,1
Mais de 1.000	24	10,5
Total de respondentes	228	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 16
Paraná: gasto por residente nas instituições de longa permanência – 2007-2008

Gastos por residente	R$
Médio	564,58
Mínimo	100,00
Máximo	2.477,31
Desvio-padrão	374,51

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 228.

TABELA 17
Paraná: composição do gasto mensal das instituições de longa permanência segundo o tipo de despesa – 2007-2008

Tipo de despesa	Valor (R$)	%	Instituições respondentes
Recursos humanos	1.601.659,16	48,25	224
Manutenção da casa: água, luz, gás, telefone	360.287,28	10,85	225
Alimentação	546.499,62	16,46	225
Vestuário	56.872,15	1,71	225
Medicamentos	149.935,69	4,52	225
Higiene pessoal (inclui fraldão)	133.487,65	4,02	225
Reparos na casa	137.892,83	4,15	225
Outros	332.731,65	10,02	227
Gasto total mensal declarado	3.480.004,34	-	228

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: A soma das despesas informadas não totaliza o gasto total declarado pela ILPI.

TABELA 18
Paraná: estatísticas dos gastos mensais (em reais) – 2007-2008

Gastos mensais	Média	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão	Instituições respondentes
Recursos humanos	7.150,26	380,00	86.000,00	9.679,74	224
Manutenção da casa	1.601,28	64,00	30.000,00	2.625,82	225
Alimentação	2.428,89	100,00	21.120,00	2.452,23	225
Vestuário	252,77	50,00	2.500,00	433,57	225
Medicamentos	666,38	35,00	14.000,00	1.293,66	225
Higiene pessoal (inclui fraldão)	593,28	43,65	15.000,00	1.375,22	225
Reparos na casa	612,86	20,00	9.000,00	1.185,32	225
Outros	1.465,78	25,00	28.000,00	2.825,82	227
Gasto total mensal declarado	15.263,18	800,00	192.000,00	18.921,06	228

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: Para o cálculo das estatísticas de gasto mínimo foram considerados os valores maiores que zero.

TABELA 19

Paraná: número e distribuição proporcional dos funcionários segundo a sua condição – 2007-2008

Condição	Número	%
Assalariado	2.916	76,7
Voluntário	712	18,7
Cedido	175	4,6
Total de funcionários	3.803	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 248.

TABELA 20

Paraná: número de funcionários das instituições de longa permanência por tipo de vínculo segundo a função – 2007-2008

Função	Assalariados	Voluntários	Cedidos	Total
Cuidar dos residentes	516	49	34	599
Enfermagem	531	47	22	600
Cozinhar	359	14	9	382
Nutrição	76	28	5	109
Limpeza geral	359	4	15	378
Cuidar da roupa	234	8	4	246
Assistência social	33	18	8	59
Psicologia	27	46	1	74
Fisioterapia	82	129	17	228
Terapia ocupacional	28	42	7	77
Farmácia	8	16	2	26
Atendimento médico	64	74	22	160
Odontologia	5	26	9	40
Fonoaudiologia	6	14	.	20
Função mista	388	45	12	445
Outras	200	152	8	360
Total de funcionários	2.916	712	175	3.803

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 248.

TABELA 21

Paraná: número e distribuição percentual dos funcionários das instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008

Função	Número	%
Cuidar dos residentes	599	15,8
Enfermagem	600	15,8
Cozinhar	382	10,0
Nutrição	109	2,9
Limpeza geral	378	9,9
Cuidar da roupa	246	6,5
Assistência social	59	1,6
Psicologia	74	1,9
Fisioterapia	228	6,0
Terapia ocupacional	77	2,0
Farmácia	26	0,7
Atendimento médico	160	4,2
Odontologia	40	1,1
Fonoaudiologia	20	0,5
Função mista	445	11,7
Outras	360	9,5
Total de funcionários	3.803	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 248.

TABELA 22

Paraná: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008

Tipo de função	Número de residentes por funcionário[a]
Cuidar dos residentes	12
Enfermagem	12
Cozinhar	18
Nutrição	64
Limpeza geral	18
Cuidar da roupa	28
Assistência social	118
Psicologia	94
Fisioterapia	30
Terapia ocupacional	90
Farmácia	267
Atendimento médico	43
Odontologia	173
Fonoaudiologia	347
Função mista	16
Outras	19

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 248.

[a] É o quociente entre o número de residentes e o número total de funcionários segundo a sua função.

TABELA 23

Paraná: número e proporção de instituições de longa permanência segundo a atuação do profissional voluntário (esporádica *versus* regular) – 2007-2008

Condição dos funcionários	Número de instituições	%
Esporádica	50	20,2
Regular	97	39,1
Instituições que contam com voluntários	120	48,4
Total de instituições	248	-

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 248.

TABELA 24
Paraná: número e distribuição proporcional dos cuidadores segundo a sua condição – 2007-2008

Cuidadores	Número	%
Assalariado	516	86,1
Voluntário	49	8,2
Cedido	34	5,7
Total	565	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 248.

TABELA 25
Paraná: composição do financiamento das instituições de longa permanência segundo a fonte – 2007-2008

Fontes	Valor (R$)	Distribuição proporcional	Instituições respondentes
Recebido dos residentes e/ou familiares	1.980.036,89	61,06	233
Renda própria	198.594,79	6,12	237
Financiamento público	643.551,24	19,85	237
Doações	420.337,31	12,96	234
Total	3.242.520,23	100,00	-

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 26
Paraná: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo a existência de convênio ou parceria – 2007-2008

Convênio ou parceria	Número	%
Possui	166	67,8
Não possui	79	32,2
Total	245	100,0
Tipo de parceria		
Prefeitura (repasses financeiros)	93	56,0
Prefeituras (outras formas de auxílio)	58	34,9
Farmácia	11	6,6
Secretarias estaduais	13	7,8
Associações religiosas	17	10,2
Associações leigas (tipo Rotary, Lions Club etc.)	25	15,1
Outras	49	29,5

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 27

Paraná: número de instituições de longa permanência segundo os responsáveis pela internação do idoso – 2007-2008

Responsáveis pela internação	Número
O próprio	87
Familiares	191
Órgão público	71
Amigos	149
Igreja	38
Outros	30

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 247.

TABELA 28

Paraná: número de instituições de longa permanência segundo o recebimento (ou não) de contribuições dos idosos e/ou de seus familiares e sua periodicidade – 2007-2008

Contribuição	Número
Não solicita contribuição	241
Solicita contribuição pessoal ou da família	87
Periodicidade da contribuição	
Mensal	2
Total de respondentes	328

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 29

Paraná: estatísticas do valor das contribuições recebidas regularmente – 2007-2008

Contribuição	R$
Média	608,43
Mínima	50,00
Máxima	2.500,00

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: Das 154 instituições que declararam solicitar contribuição pessoal ou familiar, 141 declararam o valor.

TABELA 30

Paraná: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional que ajudam os idosos a receberem o benefício da assistência social – 2007-2008

	Número	%
Sim	176	71,5
Não	70	28,5
Total de respondentes	246	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 31

Paraná: número e distribuição proporcional das instituições que recebem a visita do Programa da Saúde da Família ou da Pastoral da Pessoa Idosa – 2007-2008

Recebe a visita	Programa da Saúde da Família		Pastoral da Pessoa Idosa	
	Número	%	Número	%
Sim	135	54,7	74	30,5
Não	112	45,3	169	69,5
Total	247	100,0	243	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 1
Santa Catarina: número de instituições de longa permanência identificadas e respondentes por município – 2007-2008

Município	Identificadas	Respondentes
Araranguá	1	1
Balneário Camboriú	1	1
Biguaçu	3	3
Blumenau	9	9
Braço do Trombudo	1	1
Brusque	4	4
Camboriú	1	1
Chapecó	1	1
Criciúma	5	5
Curitibanos	1	1
Florianópolis	16	16
Forquilhinha	1	1
Içara	1	1
Imbituba	2	2
Itajaí	5	5
Jaraguá do Sul	1	1
Joinville	12	12
Lages	3	3
Laguna	1	1
Mafra	1	1
Navegantes	1	1
Palhoça	2	2
Pomerode	1	1
Ponte Serrada	1	1
Quilombo	1	1
Rio do Oeste	1	1
Rio do Sul	1	1
Santo Amaro da Imperatriz	2	2
São Bernardino	1	1
São Francisco do Sul	1	1
São Joaquim	1	1
São José	7	7
São Lourenço do Oeste	1	1

(continua)

(continuação)

Município	Identificadas	Respondentes
Sombrio	1	1
Tijucas	1	1
Timbó	1	1
Tubarão	1	1
Videira	1	1
Total	96	96
Proporção de respondentes	-	100%

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: A taxa de resposta contabiliza apenas as ILPIs em funcionamento.

TABELA 2

Santa Catarina: população do estado e de residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade

	População (2007)[a]			Residentes nas ILPIs (2007-2008)[b]		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
< 60	2.795.579	2.772.544	5.568.123	153	170	323
60 a 64	75.688	83.209	158.897	123	104	227
65 a 69	56.063	65.571	121.634	108	135	243
70 a 74	40.205	50.491	90.696	163	219	382
75 a 79	24.693	33.103	57.796	149	307	456
80 ou +	19.991	32.097	52.088	294	919	1.213
Ignorada	-	-	-	33	45	78
Total	3.012.219	3.037.015	6.049.234	1.023	1.899	2.922

Fontes: [a] Estimativas dos totais populacionais realizadas pelo IBGE e estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus.

[b] Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 96.

TABELA 3

Santa Catarina: população residente nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007-2008

	Independentes	Semidependentes	Dependentes	Total
Homens	361	276	258	895
Mulheres	682	445	528	1.655
Total	1.043	721	786	2.550

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 96.

TABELA 4

Santa Catarina: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008

	Área física total (m²)	Área construída (m²)
Média	6.214,29	1.462,14
Mínima	192,00	110,92
Máxima	38.400,00	11.706,00
Instituições respondentes	62	70

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 5

Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência pelos espaços existentes declarados – 2007-2008

Espaços	Número	%
Refeitório	91	94,8
Sala de TV e vídeo	90	93,8
Jardim	88	91,7
Sala ecumênica ou capela	50	52,1
Biblioteca ou sala de leitura	29	30,2
Piscina	12	12,5
Outras	43	44,8

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 96.

TABELA 6

Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a existência de acomodações específicas para os cuidadores – 2007-2008

	Número	%
Possui	38	41,3
Não possui	54	58,7
Total de respondentes	92	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 7
Santa Catarina: número e distribuição proporcional dos quartos das instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007-2008

Leitos por quarto	Número	%
1	813	49,0
2	542	32,7
3	166	10,0
4	97	5,8
5 e +	41	2,5
Total de quartos	1.659	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 94.

TABELA 8
Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007-2008

Residentes	Número	%
Até 10	11	11,5
De 11 a 20	27	28,1
De 21 a 30	22	22,9
De 31 a 50	18	18,8
Acima de 50	18	18,8
Total de respondentes	96	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 9
Santa Catarina: número e distribuição proporcional de instituições de longa permanência por ano de início de funcionamento – 2007-2008

Ano	Número	%
Até 1939	8	8,6
Entre 1940 e 1959	6	6,5
Entre 1960 e 1979	4	4,3
Entre 1980 e 1989	11	11,8
Entre 1990 e 1999	28	30,1
Entre 2000 e 2007	36	38,7
Total de respondentes	93	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 10
Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008

Natureza	Número	%
Privada filantrópica	57	59,4
Pública	0	0,0
Privada com fins lucrativos	37	38,5
Mista	2	2,1
Total de respondentes	96	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 11
Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o regime de funcionamento – 2007-2008

Regime de funcionamento	Número	%
Aberto	35	36,8
Semi-aberto	37	38,9
Fechado	23	24,2
Total de respondentes	95	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 12
Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a escolaridade do diretor – 2007-2008

Último curso concluído	Número	%
Sem escolaridade	0	0,0
Ensino fundamental incompleto	4	4,3
Ensino fundamental completo	9	9,7
Ensino médio completo	33	35,5
Ensino superior completo	38	40,9
Pós-graduação	8	8,6
Não sabe	1	1,1
Total de respondentes	93	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 13
Santa Catarina: número e proporção das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço próprio oferecido – 2007-2008

Serviço	Número	%
Médico	59	80,8
Dentário	4	5,5
Psicológico	13	17,8
Fisioterapia	40	54,8
Terapia ocupacional	20	27,4
Fonoaudiologia	5	6,8
Atividades educacionais – ex.: educ. adultos	4	5,5
Informática	1	1,4
Treinamento em atividades que gerem renda	3	4,1
Outros	9	12,3

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número total de ILPIs respondentes foi de 73.

TABELA 14
Santa Catarina: número e proporção das instituições de longa permanência segundo a natureza dos serviços de saúde oferecidos – 2007-2008

Natureza	Número	%
Próprio	43	45,7
Privado	43	45,7
Rede SUS	81	86,2
Pastoral da Pessoa Idosa	2	2,1
Outros	2	2,1

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 94.

TABELA 15
Santa Catarina: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo o gasto mensal *per capita* – 2007-2008

Classes de gastos (R$)	Número	%
Menos de 500	22	28,2
500 a 1.000	38	48,7
Mais de 1.000	18	23,1
Total de respondentes	78	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 16
Santa Catarina: gasto por residente nas instituições de longa permanência – 2007-2008

Gastos por residente	R$
Médio	786,07
Mínimo	105,88
Máximo	2.727,27
Desvio-padrão	442,96

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 78.

TABELA 17
Santa Catarina: composição do gasto mensal das instituições de longa permanência segundo o tipo de despesa – 2007-2008

Tipo de despesa	Valor (R$)	%	Instituições respondentes
Recursos humanos	1.030.793,30	52,96	75
Manutenção da casa: água, luz, gás, telefone	198.502,60	10,20	75
Alimentação	317.959,85	16,34	75
Vestuário	18.259,12	0,94	75
Medicamentos	70.156,65	3,60	75
Higiene pessoal (inclui fraldão)	108.657,04	5,58	75
Reparos na casa	65.593,54	3,37	75
Outros	136.270,01	7,00	75
Gasto total mensal declarado	2.104.842,91	-	78

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: A soma das despesas informadas não totaliza o gasto total declarado pela ILPI.

TABELA 18
Santa Catarina: estatísticas dos gastos mensais (em reais) – 2007-2008

Gastos mensais	Média	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão	Instituições respondentes
Recursos humanos	13.743,91	800,00	101.008,00	17.790,88	75
Manutenção da casa	2.646,70	305,88	12.000,00	2.720,14	75
Alimentação	4.239,46	350,00	20.000,00	4.565,18	75
Vestuário	243,45	52,12	3.800,00	640,44	75
Medicamentos	935,42	80,00	6.400,00	1.576,94	75
Higiene pessoal (inclui fraldão)	1.448,76	100,00	18.000,00	2.727,39	75
Reparos na casa	874,58	2,67	4.920,00	1.080,61	75
Outros	1.816,93	45,00	20.000,00	3.704,75	75
Gasto total mensal declarado	26.985,17	1.800,00	125.152,46	27.786,29	78

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: Para o cálculo das estatísticas de gasto mínimo foram considerados os valores maiores que zero.

TABELA 19

Santa Catarina: número e distribuição proporcional dos funcionários segundo a sua condição – 2007-2008

Condição	Número	%
Assalariado	1.537	76,9
Voluntário	402	20,1
Cedido	59	3,0
Total de funcionários	1.998	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 96.

TABELA 20

Santa Catarina: número de funcionários das instituições de longa permanência por tipo de vínculo segundo a função – 2007-2008

Função	Assalariados	Voluntários	Cedidos	Total
Cuidar dos residentes	391	77	2	470
Enfermagem	200	26	7	233
Cozinhar	174	8	8	190
Nutrição	39	18	3	60
Limpeza geral	197	12	2	211
Cuidar da roupa	109	4	4	117
Assistência social	16	12	2	30
Psicologia	12	12	3	27
Fisioterapia	40	22	5	67
Terapia ocupacional	20	29	1	50
Farmácia	4	6	2	12
Atendimento médico	51	43	8	102
Odontologia	6	17	2	25
Fonoaudiologia	3	5	.	8
Função mista	110	36	5	151
Outras	165	75	5	245
Total de funcionários	1.537	402	59	1.998

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 96.

TABELA 21

Santa Catarina: número e distribuição percentual dos funcionários das instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008

Função	Número	%
Cuidar dos residentes	470	23,5
Enfermagem	233	11,7
Cozinhar	190	9,5
Nutrição	60	3,0
Limpeza geral	211	10,6
Cuidar da roupa	117	5,9
Assistência social	30	1,5
Psicologia	27	1,4
Fisioterapia	67	3,4
Terapia ocupacional	50	2,5
Farmácia	12	0,6
Atendimento médico	102	5,1
Odontologia	25	1,3
Fonoaudiologia	8	0,4
Função mista	151	7,6
Outras	245	12,3
Total de funcionários	1.998	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 96.

TABELA 22
Santa Catarina: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008

Tipo de função	Número de residentes por funcionário[a]
Cuidar dos residentes	6
Enfermagem	13
Cozinhar	15
Nutrição	49
Limpeza geral	14
Cuidar da roupa	25
Assistência social	97
Psicologia	108
Fisioterapia	44
Terapia ocupacional	58
Farmácia	244
Atendimento médico	29
Odontologia	117
Fonoaudiologia	365
Função mista	19
Outras	12

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 96.

[a] É o quociente entre o número de residentes e o número total de funcionários segundo a sua função.

TABELA 23
Santa Catarina: número e proporção de instituições de longa permanência segundo a atuação do profissional voluntário (esporádica *versus* regular) – 2007-2008

Condição dos funcionários	Número de instituições	%
Esporádica	22	22,9
Regular	53	55,2
Instituições que contam com voluntários	61	63,5
Total de instituições	96	-

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 96.

TABELA 24

Santa Catarina: número e distribuição proporcional dos cuidadores segundo a sua condição – 2007-2008

Cuidadores	Número	%
Assalariado	391	83,2
Voluntário	77	16,4
Cedido	2	0,4
Total	468	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 96.

TABELA 25

Santa Catarina: composição do financiamento das instituições de longa permanência segundo a fonte – 2007-2008

Fontes	Valor (R$)	Distribuição proporcional	Instituições respondentes
Recebido dos residentes e/ou familiares	1.354.972,18	59,33	78
Renda própria	207.492,44	9,09	81
Financiamento público	232.338,79	10,17	81
Doações	488.979,12	21,41	81
Total	2.283.782,53	100,00	-

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 26

Santa Catarina: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo a existência de convênio ou parceria – 2007-2008

Convênio ou parceria	Número	%
Possui	62	66,0
Não possui	32	34,0
Total	94	100,0
Tipo de parceria		
Prefeitura (repasses financeiros)	28	45,2
Prefeituras (outras formas de auxílio)	15	24,2
Farmácia	5	8,1
Secretarias estaduais	5	8,1
Associações religiosas	6	9,7
Associações leigas (tipo Rotary, Lions Club etc.)	15	24,2
Outras	22	35,5

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 27
Santa Catarina: número de instituições de longa permanência segundo os responsáveis pela internação do idoso – 2007-2008

Responsáveis pela internação	Número
O próprio	39
Familiares	87
Órgão público	29
Amigos	42
Igreja	10
Outros	6

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 94.

TABELA 28
Santa Catarina: número de instituições de longa permanência segundo o recebimento (ou não) de contribuições dos idosos e/ou de seus familiares e sua periodicidade – 2007-2008

Contribuição	Número
Não solicita contribuição	24
Solicita contribuição pessoal ou da família	65
Periodicidade da contribuição	
Mensal	61
Outras	1
Total de respondentes	89

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 29
Santa Catarina: estatísticas do valor das contribuições recebidas regularmente – 2007-2008

Contribuição	R$
Média	717,37
Mínima	25,00
Máxima	2.850,00

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: Das 65 instituições que declararam solicitar contribuição pessoal ou familiar, 57 declararam o valor.

TABELA 30

Santa Catarina: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional que ajudam os idosos a receberem o benefício da assistência social – 2007-2008

	Número	%
Sim	58	61,7
Não	36	38,3
Total de respondentes	94	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 31

Santa Catarina: número e distribuição proporcional das instituições que recebem a visita do Programa da Saúde da Família ou da Pastoral da Pessoa Idosa – 2007-2008

Recebe a visita	Programa da Saúde da Família		Pastoral da Pessoa Idosa	
	Número	%	Número	%
Sim	48	51,1	22	23,4
Não	46	48,9	72	76,6
Total	94	100,0	94	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 1
Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência identificadas e respondentes por município – 2007-2008

Município	Identificadas	Recusa	Respondentes
Alegrete	3	0	3
Alvorada	5	0	5
Arroio Grande	1	0	1
Bagé	2	0	2
Barra do Ribeiro	1	0	1
Bento Gonçalves	1	0	1
Caçapava do Sul	2	0	2
Cachoeira do Sul	1	0	1
Cachoeirinha	8	0	8
Camaquã	1	0	1
Campinas do Sul	1	1	0
Campo Bom	1	0	1
Canela	1	0	1
Canguçu	1	0	1
Canoas	11	0	11
Carazinho	4	0	4
Caxias do Sul	9	1	8
Cerro Largo	1	0	1
Charqueadas	1	0	1
Cidreira	2	0	2
Crissiumal	1	0	1
Cruz Alta	1	0	1
Dois Irmãos	3	0	3
Dom Pedrito	2	0	2
Encruzilhada do Sul	1	0	1
Erechim	1	0	1
Espumoso	2	0	2
Estância Velha	1	0	1
Esteio	2	0	2
Estrela	1	0	1
Eugênio de Castro	1	0	1
Frederico Westphalen	1	0	1
Garibaldi	1	1	0

(continua)

(continuação)

Município	Identificadas	Recusa	Respondentes
Getúlio Vargas	1	0	1
Girua	1	0	1
Gravataí	4	0	4
Guaporé	1	0	1
Guarani das Missões	1	0	1
Herval	1	0	1
Ibiraiaras	1	0	1
Ibirubá	1	0	1
Igrejinha	5	0	5
Ijuí	2	0	2
Itaqui	1	0	1
Ivoti	2	0	2
Jacutinga	1	0	1
Jaguarão	2	0	2
Jaguari	1	0	1
Júlio de Castilhos	1	0	1
Lagoa Vermelha	2	0	2
Lajeado	3	0	3
Mata	1	0	1
Montenegro	8	0	8
Mostardas	1	0	1
Não me Toque	1	0	1
Nonoai	1	0	1
Nova Petrópolis	4	0	4
Novo Hamburgo	8	0	8
Palmeira das Missões	1	0	1
Panambi	1	0	1
Parobé	1	0	1
Passo Fundo	7	3	4
Pedro Osório	1	0	1
Pelotas	5	1	4
Pinheiro Machado	1	0	1
Portão	2	0	2
Porto Alegre	129	17	112

(continua)

(continuação)

Município	Identificadas	Recusa	Respondentes
Quarai	1	0	1
Rio Grande	2	0	2
Rio Pardo	1	0	1
Rosário do Sul	1	0	1
Saldanha Marinho	1	0	1
Santa Cruz do Sul	3	0	3
Santa Maria	3	0	3
Santa Rosa	1	0	1
Santana do Livramento	2	0	2
Santiago	1	0	1
Santo Ângelo	3	0	3
Santo Antônio da Patrulha	4	0	4
São Borja	1	0	1
São Francisco de Assis	1	0	1
São Gabriel	1	0	1
São Leopoldo	10	3	7
São Lourenço do Sul	2	0	2
São Nicolau	1	0	1
São Pedro do Sul	1	0	1
São Vicente do Sul	1	0	1
Sapiranga	2	0	2
Sapucaia do Sul	4	0	4
Soledade	1	0	1
Tapera	1	0	1
Tapes	1	0	1
Taquari	1	0	1
Tenente Portela	1	0	1
Teutônia	1	0	1
Torres	1	0	1
Três Cachoeiras	1	0	1
Três de Maio	1	0	1
Três Passos	3	0	3
Uruguaiana	1	0	1
Vacaria	1	0	1

(continua)

(continuação)

Município	Identificadas	Recusa	Respondentes
Venâncio Aires	1	0	1
Vera Cruz	1	0	1
Veranópolis	1	0	1
Viamão	4	0	4
Total	346	27	319

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 2
Rio Grande do Sul: população do estado e de residentes nas instituições de longa permanência por sexo e idade

	População (2007)[a]			Residentes nas ILPIs (2007-2008)[b]		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
< 60	4.943.170	4.989.671	9.932.841	395	483	878
60 a 64	165.823	192.790	358.613	298	341	639
65 a 69	128.405	162.336	290.741	403	504	907
70 a 74	92.302	128.049	220.351	418	663	1.081
75 a 79	55.030	85.392	140.422	455	872	1.327
80 ou +	46.798	90.556	137.354	681	2.724	3.405
Ignorada	-	-	-	190	314	552
Total	5.431.528	5.648.794	11.080.322	2.840	5.901	8.789

Fontes: [a] Estimativas dos totais populacionais realizadas pelo IBGE e estratificadas por idade e sexo pelo MS/SE/Datasus.
[b] Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 319.

TABELA 3
Rio Grande do Sul: população residente nas instituições de longa permanência por sexo segundo o grau de dependência – 2007-2008

	Independentes	Semidependentes	Dependentes	Total
Homens	1.074	766	822	2.662
Mulheres	1.886	1.747	1.882	5.515
Total	2.960	2.513	2.704	8.177

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 319.

TABELA 4

Rio Grande do Sul: estatísticas da área física e construída das instituições de longa permanência – 2007-2008

	Área física total (m²)	Área construída (m²)
Média	7.193,07	994,59
Mínima	220,00	80,00
Máxima	100.000,00	10.521,77
Instituições respondentes	221	233

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 5

Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência pelos espaços existentes declarados – 2007-2008

Espaços	Número	%
Refeitório	290	98,0
Sala de TV e vídeo	289	97,6
Jardim	277	93,6
Sala ecumênica ou capela	107	36,1
Biblioteca ou sala de leitura	61	20,6
Piscina	17	5,7
Outras	108	36,5

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 296.

TABELA 6

Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a existência de acomodações específicas para os cuidadores – 2007-2008

	Número	%
Possui	142	48,3
Não possui	152	51,7
Total de respondentes	294	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 7
Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional dos quartos das instituições de longa permanência segundo o número de leitos – 2007-2008

Leitos por quarto	Número	%
1	1.809	39,2
2	1.489	32,3
3	755	16,4
4	321	7,0
5 e +	238	5,2
Total de quartos	4.612	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 306.

TABELA 8
Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o número de residentes – 2007-2008

Residentes	Número	%
Até 10	39	12,3
De 11 a 20	130	40,9
De 21 a 30	59	18,6
De 31 a 50	55	17,3
Acima de 50	35	11,0
Total de respondentes	318	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 9
Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional de instituições de longa permanência por ano de início de funcionamento – 2007-2008

Ano	Número	%
Até 1939	15	4,9
Entre 1940 e 1959	36	11,7
Entre 1960 e 1979	28	9,1
Entre 1980 e 1989	33	10,7
Entre 1990 e 1999	80	25,9
Entre 2000 e 2007	117	37,9
Total de respondentes	309	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 10

Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a natureza – 2007-2008

Natureza	Número	%
Pública	11	42,0
Privada filantrópica	134	3,4
Privada com fins lucrativos	161	50,5
Mista	13	4,1
Total de respondentes	319	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 11

Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo o regime de funcionamento – 2007-2008

Regime de funcionamento	Número	%
Aberto	120	39,1
Semi-aberto	119	38,8
Fechado	68	22,1
Total de respondentes	307	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 12

Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições de longa permanência segundo a escolaridade do diretor – 2007-2008

Último curso concluído	Número	%
Sem escolaridade	0	0,0
Ensino fundamental incompleto	24	8,0
Ensino fundamental completo	29	9,6
Ensino médio completo	137	45,5
Ensino superior completo	93	30,9
Pós-graduação	18	6,0
Total de respondentes	301	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 13
Rio Grande do Sul: número e proporção das instituições de longa permanência segundo o tipo de serviço próprio oferecido – 2007-2008

Serviço	Número	%
Médico	189	85,5
Dentário	31	14,0
Psicológico	52	23,5
Fisioterapia	84	38,0
Terapia ocupacional	61	27,6
Fonoaudiologia	10	4,5
Atividades educacionais – ex.: educ. adultos	5	2,3
Informática	2	0,9
Treinamento em atividades que gerem renda	5	2,3
Outros	23	10,4

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número total de ILPIs respondentes foi de 221.

TABELA 14
Rio Grande do Sul: número e proporção das instituições de longa permanência segundo a natureza dos serviços de saúde oferecidos – 2007-2008

Natureza	Número	%
Próprio	160	53,9
Privado	158	53,2
Rede SUS	253	85,2
Pastoral da Pessoa Idosa	7	2,4
Outros	19	6,4

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 297.

TABELA 15
Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo o gasto mensal *per capita* – 2007-2008

Classes de gastos (R$)	Número	%
Menos de 500	109	41,8
500 a 1.000	114	43,7
Mais de 1.000	38	14,6
Total de respondentes	261	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 16
Rio Grande do Sul: gasto por residente nas instituições de longa permanência – 2007-2008

Gastos por residente	R$
Médio	653,95
Mínimo	161,43
Máximo	3.022,22
Desvio-padrão	391,87

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 261.

TABELA 17
Rio Grande do Sul: composição do gasto mensal das instituições de longa permanência segundo o tipo de despesa – 2007-2008

Tipo de despesa	Valor (R$)	%	Instituições respondentes
Recursos humanos	2.300.789,62	47,81	256
Manutenção da casa: água, luz, gás, telefone	516.742,30	10,74	256
Alimentação	788.531,92	16,38	256
Vestuário	56.161,49	1,17	256
Medicamentos	162.446,04	3,38	257
Higiene pessoal (inclui fraldão)	193.510,42	4,02	256
Reparos na casa	227.334,01	4,72	255
Outros	567.264,25	11,79	256
Gasto total mensal declarado	4.962.887,64	-	262

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: A soma das despesas informadas não totaliza o gasto total declarado pela ILPI.

TABELA 18
Rio Grande do Sul: estatísticas dos gastos mensais (em reais) – 2007-2008

Gastos mensais	Média	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão	Instituições respondentes
Recursos humanos	8.987,46	200,00	105.330,00	12.209,62	256
Manutenção da casa	2.018,52	104,00	20.514,00	2.722,11	256
Alimentação	3.080,20	250,00	80.000,00	5.506,37	256
Vestuário	219,38	48,00	15.300,00	1.058,54	256
Medicamentos	632,09	37,80	18.677,00	1.703,34	257
Higiene pessoal (inclui fraldão)	755,90	20,00	10.000,00	1.383,64	256
Reparos na casa	891,51	15,00	24.286,00	2.147,59	255
Outros	2.216,00	15,00	51.000,00	4.974,00	256
Gasto total mensal declarado	18.942,32	1.130,00	188.698,00	24.720,29	262

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: Para o cálculo das estatísticas de gasto mínimo foram considerados os valores maiores que zero.

TABELA 19
Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional dos funcionários segundo a sua condição – 2007-2008

Condição	Número	%
Assalariado	4.266	81,0
Voluntário	887	16,8
Cedido	114	2,2
Total de funcionários	5.267	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 306.

TABELA 20
Rio Grande do Sul: número de funcionários das instituições de longa permanência por tipo de vínculo segundo a função – 2007-2008

Função	Assalariados	Voluntários	Cedidos	Total
Cuidar dos residentes	978	117	10	1.105
Enfermagem	888	62	36	986
Cozinhar	456	14	3	473
Nutrição	149	40	10	199
Limpeza geral	465	13	2	480
Cuidar da roupa	195	7	3	205
Assistência social	50	35	8	93
Psicologia	47	30	4	81
Fisioterapia	91	223	4	318
Terapia ocupacional	49	51	2	102
Farmácia	15	10	2	27
Atendimento médico	168	68	16	252
Odontologia	10	46	4	60
Fonoaudiologia	9	15	.	24
Função mista	444	33	9	486
Outras	252	123	1	376
Total de funcionários	4.266	887	114	5.267

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 306.

TABELA 21

Rio Grande do Sul: número e distribuição percentual dos funcionários das instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008

Função	Número	%
Cuidar dos residentes	1.105	21,0
Enfermagem	986	18,7
Cozinhar	473	9,0
Nutrição	199	3,8
Limpeza geral	480	9,1
Cuidar da roupa	205	3,9
Assistência social	93	1,8
Psicologia	81	1,5
Fisioterapia	318	6,0
Terapia ocupacional	102	1,9
Farmácia	27	0,5
Atendimento médico	252	4,8
Odontologia	60	1,1
Fonoaudiologia	24	0,5
Função mista	486	9,2
Outras	376	7,1
Total de funcionários	5.267	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 306.

TABELA 22

Rio Grande do Sul: número de residentes por funcionário nas instituições de longa permanência segundo o tipo de função – 2007-2008

Tipo de função	Número de residentes por funcionário[a]
Cuidar dos residentes	8
Enfermagem	9
Cozinhar	19
Nutrição	44
Limpeza geral	18
Cuidar da roupa	43
Assistência social	95
Psicologia	109
Fisioterapia	28
Terapia ocupacional	86
Farmácia	326
Atendimento médico	35
Odontologia	146
Fonoaudiologia	366
Função mista	18
Outras	23

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 306.

[a] É o quociente entre o número de residentes e o número total de funcionários segundo a sua função.

TABELA 23

Rio Grande do Sul: número e proporção de instituições de longa permanência segundo a atuação do profissional voluntário (esporádica *versus* regular) – 2007-2008

Condição dos funcionários	Número de instituições	%
Esporádica	64	20,1
Regular	115	36,1
Instituições que contam com voluntários	140	43,9
Total de instituições	319	-

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Notas: 1. A proporção foi calculada em relação ao total de ILPIs respondentes. 2. O número de ILPIs respondentes foi de 306.

TABELA 24

Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional dos cuidadores segundo a sua condição – 2007-2008

Cuidadores	Número	%
Assalariado	978	88,5
Voluntário	117	10,6
Cedido	10	0,9
Total	1.095	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 306.

TABELA 25

Rio Grande do Sul: composição do financiamento das instituições de longa permanência segundo a fonte – 2007-2008

Fontes	Valor (R$)	Distribuição proporcional	Instituições respondentes
Recebido dos residentes e/ou familiares	4.153.696,73	74,37	264
Renda própria	273.802,98	4,90	269
Financiamento público	318.269,67	5,70	268
Doações	839.103,25	15,02	267
Total	5.584.872,63	100,00	-

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 26

Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional segundo a existência de convênio ou parceria – 2007-2008

Convênio ou parceria	Número	%
Possui	160	52,6
Não possui	144	47,4
Total	304	100,0
Tipo de parceria		
Prefeitura (repasses financeiros)	70	43,8
Prefeituras (outras fomas de auxílio)	51	31,9
Farmácia	23	14,4
Secretarias estaduais	14	8,8
Associações religiosas	24	15,0
Associações leigas (tipo Rotary, Lions Club etc.)	59	36,9
Outras	57	35,6

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 27
Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência segundo os responsáveis pela internação do idoso – 2007-2008

Responsáveis pela internação	Número
O próprio	89
Familiares	284
Órgão público	64
Amigos	117
Igreja	16
Outros	19

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: O número de ILPIs respondentes foi de 302.

TABELA 28
Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência segundo o recebimento (ou não) de contribuições dos idosos e/ou de seus familiares e sua periodicidade – 2007-2008

Contribuição	Número
Não solicita contribuição	68
Solicita contribuição pessoal ou da família	231
Periodicidade da contribuição	
Mensal	223
Total de respondentes	299

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 29
Rio Grande do Sul: estatísticas do valor das contribuições recebidas regularmente – 2007-2008

Contribuição	R$
Média	779,14
Mínima	100,00
Máxima	3.560,00

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.
Nota: Das 231 instituições que declararam solicitar contribuição pessoal ou familiar, 212 declararam o valor.

TABELA 30

Rio Grande do Sul: número de instituições de longa permanência e distribuição proporcional que ajudam os idosos a receberem o benefício da assistência social – 2007-2008

	Número	%
Sim	134	46,5
Não	154	53,5
Total de respondentes	288	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

TABELA 31

Rio Grande do Sul: número e distribuição proporcional das instituições que recebem a visita do Programa da Saúde da Família ou da Pastoral da Pessoa Idosa – 2007-2008

Recebe a visita	Programa da Saúde da Família		Pastoral da Pessoa Idosa	
	Número	%	Número	%
Sim	65	22,0	99	33,6
Não	231	78,0	196	66,4
Total	296	100,0	295	100,0

Fonte: Pesquisa Ipea/CNDI/SEDH.

EDITORIAL

Coordenação
Iranilde Rego

Revisão
Lucia Duarte Moreira
Alejandro Sainz de Vicuña
Eliezer Moreira
Elisabete de Carvalho Soares
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração
Roberto das Chagas Campos
Aeromilson de Mesquita
Camila Guimarães Simas
Carlos Henrique Santos Vianna
Camila Souza (estagiária)

Brasília

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - 9º andar
70076-900 - Brasília - DF
Tel.: (61) 3315-5090
Fax: (61) 3315-5314
Correio eletrônico: editbsb@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Nilo Peçanha, 50 - 6º andar (Grupo 609)
20044-900 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3515-8522 e 3515-8426
Fax: (21) 3515-8585
Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br